



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**ZONA DE CONFLITOS: O AGRONEGÓCIO DA SOJA E A FORMAÇÃO DA ESFERA
PÚBLICA EM CORTA-CORDA, SANTARÉM, PARÁ.**

Ruth Helena Cristo Almeida

Belém - PA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**ZONA DE CONFLITOS: O AGRONEGÓCIO DA SOJA E A FORMAÇÃO DA ESFERA
PÚBLICA EM CORTA-CORDA, SANTARÉM, PARÁ.**

Ruth Helena Cristo Almeida

Sob orientação do

Prof^o Dr. Daniel Chaves de Brito

Dissertação apresentada ao Curso de mestrado em Sociologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Belém - PA

Junho/2005

ALMEIDA, Ruth Helena Cristo.

Zona de Conflitos: o Agronegócio da Soja e a Formação da Esfera Pública em Corta-Corda, Santarém, Pará. Ruth Helena Cristo Almeida. Belém: UFPA: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, 134 pg.il.

Dissertação (Mestrado) – em Sociologia, Departamento de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará - UFPA, 2005.

1. Conflito. 2. Amazônia. 3. Esfera Pública. 4. Fronteira Agrícola. 5. Soja. Dissertação (UFPA, CFCH) – I. Título.

**ZONA DE CONFLITOS: O AGRONEGÓCIO DA SOJA E A
FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM CORTA-CORDA,
SANTARÉM, PARÁ.**

Ruth Helena Cristo Almeida

Sob orientação Prof^o Dr. Daniel Chaves de Brito.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do
Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Data da defesa: Conceito:

Banca Examinadora

Prof^o Dr. Daniel Chaves de Brito - Orientador Universidade Federal do Pará

Prof^o Dr. Wilson Barp Universidade Federal do Pará

Prof^o Dr. Alfredo Homma

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amazônia Oriental

Prof^a Dra. Maria José Aquino - Suplente Universidade Federal do Pará

Belém – PA Junho/2005

Zona de Conflitos: o Agronegócio da Soja e a Formação da Esfera Pública em Corta-Corda, Santarém, Pará.
Ruth Helena Cristo Almeida

*Aos meus pais Dinair e Samuel Almeida e ao motivo de tudo que
faço nesta vida, minha filhinha Helen.*

AGRADECIMENTOS

Na elaboração deste trabalho, foram muitos os que contribuíram e participaram. Agradeço então, muito sinceramente:

Ao meu orientador pelo acompanhamento, estimulando desde a graduação minha independência e orientando no sentido de fazer eu caminhar com as minhas “próprias pernas”;

Aos Professores e professoras do curso de mestrado em sociologia da UFPA;

Ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação, a CAPES, pelo incentivo através da concessão da bolsa de estudo;

Aos moradores da Comunidade do Corta-Corda pela disponibilidade e paciência pelas tantas horas, perguntas e conversas, pois sem essa troca seria impossível a realização deste trabalho;

Aos colegas da turma de mestrado e em especial às amiga Ana Paula e Sandra pelas conversas acadêmicas e as “não acadêmicas”;

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR) e ao Centro de Apoio aos Pequenos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC);

Aos amigos e amigas do Museu Paraense Emílio Goeldi: Regina Oliveira, orientadora e amiga, Benedita Barros, Juliana Magalhães, Jorge Gavina pelas dicas, companheirismo e força;

Ao Professor Samuel Sá pela amizade, orientação e acompanhamento deste percurso;

Ao Museu Paraense Emílio Goeldi pela disponibilidade de dados e apoio logístico;

A Rede CELPA por proporcionar o primeiro contato com a área de estudo através do Projeto “Avaliação Socioambiental da População Humana na Área de Entorno da UHE Curuá-Una, Santarém, Pará”, do qual fiz parte;

Aos meus avós Nazildo (em memória) e Ercília pelas orações e fé. Minha tia Marly (em memória) que partiram no período de realização desse trabalho e que sempre incentivaram essa caminhada. À prima Nilzilene Vale por todas as informações, disponibilidade e enorme solicitude para ajudar sempre quando mais precisei. Aos meus irmãos, Jorge, Everton e Samuel pelo apoio.

E ao Andrey Lima, meu esposo, companheiro e sociólogo, pelo amor e paciência nas horas mais difíceis e pela revisão desta dissertação, dando sugestões e orientações.

MUITO OBRIGADA.



Foto: Samuel Almeida

Nova paisagem de Santarém – Castanheira “poupada” em respeito a Lei nº 1.117/94 (Aspectos Ambientais de Proteção da Flora) que confere imunidade de corte à seringueira e à castanheira.

Tem uns Gaúchos querendo comprar terra, mas se a gente vende a terra e vai pra cidade e gasta todo o dinheiro, como a gente fica? A gente tá cabreiro com os gaúchos (Camponês, 58 anos, morador há 20 anos no Corta-Corda).

RESUMO

ZONA DE CONFLITOS: O AGRONEGÓCIO DA SOJA E A FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM CORTA-CORDA, SANTARÉM, PARÁ.

O presente estudo identifica e discute os conflitos sociais existentes na Comunidade do Corta-Corda, localizada a 80 km de Santarém no Estado do Pará, decorrentes da expansão da fronteira agrícola da soja na região. Além disso, analisa a participação do Estado no desenrolar deste processo, bem como identifica os atores sociais envolvidos nestes conflitos e as possíveis saídas encontradas para a sua gestão. A partir do trabalho de campo e de análise da literatura pertinente, realizou-se a aplicação de um formulário com os camponeses e atores sociais identificados e considerados como atores-chave. Outras técnicas foram observações diretas, entrevistas, registros audiovisuais, e análise de mapas e imagens de satélite. Esses recursos permitiram a verificação da existência de conflitos sociais em estágio latente, ou seja, num estágio onde a violência ainda não havia se manifestado, ou pelo menos estava subentendida. Tais conflitos potenciais não deixam de apresentar, porém, mudanças significativas no modo de vida dos camponeses. A saída visualizada para a situação é a formação de arenas de discussão com a mediação de atores da sociedade civil, locais e nacionais, que debatem, apontam saídas e buscam consensos para os conflitos decorrentes da expansão da fronteira agrícola da soja no âmbito da chamada esfera pública.

Palavras-chave: Brasil, Amazônia, Conflito social, Camponeses, Esfera Pública, Fronteira Agrícola, Soja.

ABSTRACT

AREA OF CONFLICTS: SOYBEAN AGRO-INDUSTRY AND THE FORMULATION OF PUBLIC POLICY IN CORTA-CORDA, SANTARÉM, PARÁ

The present study identifies and discusses current social conflicts in the community of Corta-Corda, located 80 km from Santarém, Pará State in Northern Brazil, that have arisen due to the recent expansion of the agricultural frontier of large-scale soybean cultivation in the region. In addition, the study analyzes the role of the government in this process, as well as identifying the social actors involved in these conflicts and possible solutions for their needs and aspirations. Based on field work and examination of the pertinent literature, a questionnaire was designed and used to interview rural dwellers and other key social groups. Additionally, techniques included direct observation, interviews, audiovisual recordings, and the examination of maps and satellite images. These resources allowed us to verify the existence of potential social conflicts, that is, conflicting situations in which violence was not manifested even though it might be implied. Such potential conflicts still inflict significant changes to the rural dwellers' life-style. The solution foreseen for the situation in Corta-Corda is the formation of discussion forums, mediated by elements of local or national civil society, in which the actors can express their situations and seek consensual legal settlements to conflicts that stem from the expansion of the soybean agricultural frontier.

Key-words: Brazil, Amazonia, Social conflicts, Rural areas, Public policies, Agricultural frontier, Soybean.

LISTA DE SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia S/A.

CEAPAC - Centro de Apoio aos Pequenos Projetos de Ação Comunitária CEBRAC - Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural

CELPA – Centrais Elétricas do Pará

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CUT - Central Única dos Trabalhadores

DPL – Departamento de Planejamento DOU – Diário Oficial da União

EIA– Estudos de Impacto Ambiental

EMBRAPA/CPATU – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GEPA - Gestão do Plano Plurianual GTA - Grupo de Trabalho Amazônico IAG - Grupo Consultivo Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ICV - Instituto Centro de Vida

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi MEB - Movimento de Educação de Base MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não-Governamental ONU - Organização das Nações Unidas PCB - Partido Comunista Brasileiro

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SAGRI – Secretaria Executiva de Agricultura do Pará

SECTAM – Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente SEPOF – Secretaria Executiva de Estado, de Planejamento Orçamento e Finanças STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ações Estratégicas para o aumento da Produção de Grãos no Pará - SAGRI – Plano Plurianual – 2000-2003 (2º Governo Almir Gabriel)	31
Quadro 2. Linha do tempo sobre a cultura da soja na Amazônia	43
Quadro 3. Grupos de interesses identificados em Corta-Corda/Santarém	93
Quadro 4. Estrutura de funcionamento da CEAPAC	95
Quadro 5 - Informações gerais sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais	101
Quadro 6. Critérios de responsabilidade social elaboradas pelas ONGs	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do município de Santarém	42
Figura 2. Área desmatada em ha no período de 1994-2004 na Amazônia	46
Figura 3. Mapa de localização da comunidade do Corta-Corda	48
Figura 4. Escolaridade dos entrevistados da comunidade do Corta-Corda	50
Figura 5. Faixas etárias dos entrevistados da comunidade do Corta-Corda	51
Figura 6. Organizações sociais identificadas na comunidade	52
Figura 7. Organizações sociais dos quais os moradores fazem parte	53
Figura 8. Principais atividades dos moradores entrevistados	56
Figura 9. Outras fontes de recursos dos camponeses	57
Figura 10. Tempo de moradia na área	57
Figura 11. Origem dos moradores do Corta-Corda	58
Figura 12. Motivos que atraíram os moradores ao Corta-Corda	58
Figura 13. Documentos da terra que os entrevistados possuem	62
Figura 14. Tamanho das terras (ha) dos camponeses	62
Figura 15. Placa do BASA – Financiamento de arroz na comunidade Corta-Corda	63
Figura 16. Camponeses que já fizeram empréstimo	63
Figura 17. Mapeamento de uso dos recursos naturais da Comunidade do Corta-Corda	66
Figura 18. Diagrama de Veen – Atores identificados como chaves pela Comunidade do Corta-Corda	70
Figura 19. Ciclo do Conflito	80
Figura 20. Cartaz elaborado pelo STR de Santarém enfatizando a importância da terra para os camponeses	104

INTRODUÇÃO

A Amazônia, sobretudo, a partir do final da década de 1980, com o assassinato do seringueiro Chico Mendes, passou a ser alvo da atenção tanto nacional como internacional (HOMMA, 2000). Desde então, é ressaltada a necessidade de proteção da nossa *exuberante biodiversidade* e de controle dos conflitos agrários que, na maioria das vezes, apresentam-se de forma violenta.

É nesse contexto, que grandes empresas vêm investindo em projetos que visam minimizar impactos decorrentes de suas ações. Assim sendo, a empresa Rede CELPA (Centrais Elétricas do Pará) em convênio com o instituto de pesquisa Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), financiou um projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado “*Avaliação socioambiental das populações humanas da área de entorno da Usina Hidrelétrica (UHE) de Curuá-Una, Santarém-Pará*”, tendo como objetivo fazer um levantamento e uma análise socioambiental da área adjacente à UHE.

A pesquisa realizou-se no período de 2002 a 2003, nas 11 comunidades do rio Curuá-Una¹, entre elas, a comunidade de Corta-Corda, a 80 km de Santarém, oeste do Pará. Integrando uma equipe multidisciplinar e desenvolvendo metodologias participativas, estabeleceu-se um maior contato com o cotidiano desta comunidade que começava a passar por transformações, entre elas, a chegada de novos atores sociais, que eles denominavam de “gaúchos”, ligados à expansão da cultura da soja na região.

Estando a Comunidade do Corta-Corda inserida num contexto complexo como este, principalmente após a abertura da fronteira agrícola da soja no oeste do Pará, passou-se a questionar sobre o seguinte ponto: quais os conflitos sociais decorrentes desta fronteira agrícola em tal comunidade? A escolha por Corta-Corda se deu basicamente por dois motivos: era a comunidade mais próxima de Santarém (melhor acesso e logística) e visivelmente, naquele momento, apresentava-se como a área onde ocorriam, com maior velocidade, as transformações, com a entrada de “novos” atores sociais e a compra de terras.

Vale ressaltar que este estudo não tratará da expansão da soja propriamente dita, ou dos impactos ambientais relacionados a esta. O que interessará investigar é o fato de como a

¹ Corta-Corda, Porto Novo, Porto Alegre, Poraquê, São José da Água Branca, Castanheira, Tambor, Xavier, Santa Maria do Aru, São José do Aru e Bananeira

expansão de uma cultura, principalmente do caráter da soja, que está inserida numa macroeconomia, traz consigo mudanças estruturais e conflitos sociais.

Com a finalidade de contribuir com o projeto e entender essa realidade, o ponto de partida era admitir que regiões, grupos sociais e setores governamentais, têm percepções e interesses divergentes e que, por via de regra, são antagônicos entre si e levam a situações conflituosas. Então, de início, para o entendimento desse novo cenário, fazia-se necessário analisar qual era o papel do Estado na atual fronteira² agrícola da soja. Será que o Estado continua o mesmo de décadas anteriores, que financiava diretamente a abertura de fronteiras? Quais os conflitos decorrentes dessa intervenção?

Autores como Castro (2001a) e Brito (2001a) ajudam nessa análise ao apresentar interpretações do “novo papel” do Estado, que não é o mesmo de décadas anteriores, que atuava diretamente na abertura de fronteiras através de uma política conduzida. Isso porque, segundo Castro (2001a), há mudanças, uma crise do planejamento, que altera o papel do Estado e o encaminhamento da formulação de suas políticas públicas desencadeando a necessidade e urgência de reformas. Além disso, há uma sociedade civil emergente que está “no meio caminho das relações entre Estado e mercado” (CASTRO, 2001a, p. 30). Assim, existem modificações e cobranças de qual seria esse novo “papel” conferido ao Estado e que este não deve desprezar dois importantes aspectos: os novos moldes econômicos e a pressão da “nova sociedade civil”.

Além dessa discussão, um conceito essencial para esta análise é o conceito de conflito. Autores como Simmel (1983), Coser (1956) Barbanti Jr. (2003) e Rubin et al (1986) são muito importantes, pois trazem uma perspectiva do conflito como relações sociais inerentes à sociedade e que não deve ser considerado apenas no seu aspecto negativo. Conflito, segundo Coser, diz respeito à contenda “de valores, ou por reivindicações de status, poder e recursos escassos, na qual os objetivos das partes conflitantes são não apenas obter os valores desejados, mas também neutralizar seus rivais, causar-lhes dano ou eliminá-los”. Segundo o autor, os mesmos em geral contribuem para a “manutenção e o crescimento de grupos e coletividades, bem como para reforçar relações interpessoais” (COSER, 1996, p.120-121). Nesta perspectiva, não se deve encarar os conflitos sociais existentes na comunidade como algo totalmente estrangeiro aos atores locais.

² Há uma enorme discussão sobre o tema fronteira, que será detalhado mais adiante. Porém, para efeito conceitual neste trabalho fronteira será considerada como “espaço não plenamente estruturado, dinâmico [...] e portanto gerador de realidades novas e dotadas de elevado potencial político” (BECKER, 1997, p.63).

Um outro conceito importante é o conceito de esfera pública³. A análise dos processos sociais desencadeados no contexto da agricultura da soja mostra-nos a necessidade de investigar a formação de uma esfera pública local. Através dessa noção, acredita-se ser viável o entendimento da atuação política dos grupos sociais aí envolvidos. A vida social sofreu e vem sofrendo mudanças importantes a partir da implantação da cultura da soja, novos atores sociais entram em cena e é necessário delinear as estratégias que o grupo social de Corta-Corda vem se utilizando para enfrentar uma nova situação de conflito.

A hipótese defendida é de que, em função da instabilidade e conflito vivido na comunidade (uma das características do campesinato), decorrentes da expansão da fronteira agrícola que transforma principalmente a relação destes com a terra (meio de produção), os atores locais estariam conseqüentemente discutindo suas situações e tentariam encontrar mecanismos de gestão para tais problemas. A esfera pública então, discutida por autores como Habermas (1990a) e Costa (2002), pode ser vista como um campo de conflitos e consensos e que não faz parte do Estado e nem da esfera privada. Além disso, é um espaço cada vez mais dinâmico e que pode ser usado pelos atores para exporem necessidades, tornando-as pauta pública. Porém, essa esfera pública nem sempre conta com a participação direta dos atores sociais envolvidos, precisando desta forma, da atuação dos chamados mediadores, que no caso de Corta-Corda foram uma Organização Não Governamental local, a Rádio Rural e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Para viabilização deste trabalho foram utilizadas múltiplas técnicas que permitiram variações de escala e de perspectiva. Entre elas destaca-se a entrevista, realizada com a utilização de um roteiro contendo uma lista de questões e tópicos a serem abordados. A escolha desta técnica permite captar não o indivíduo, mas a sua localização social, sendo este, importante para apreender como os membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam suas realidades.

Utilizou-se também, as informações do Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi com os resultados da pesquisa citada anteriormente; fez-se ainda a aplicação de formulário com os camponeses⁴ e atores sociais identificados e considerados como *atores-chave*.

³ Essa noção será melhor trabalhada no capítulo IV, por enquanto esfera pública é definida como um espaço de disputas por poderes, sejam poderes materiais, sejam poderes simbólicos, realizando uma espécie de intercâmbio entre os diferentes campos da vida social segundo Habermas (1990a), Costa (2002).

⁴ Neste trabalho considera-se camponeses um grupo social que possui algumas características específicas. Entre elas se destacam: a) a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais da agricultura familiar; b) funda-se sobre a relação entre propriedade, trabalho e família; c) tem a necessidade de prover a subsistência do grupo familiar, tanto de forma imediata (atendimento às necessidades do grupo doméstico) como através da reprodução

Além disso, foram utilizados dados secundários, mapas, imagem de satélite da área, registros visuais e observação direta. Esta última, seja ou não participante, prolongada ou não, apresenta-se como uma forma de envolvimento e de interação que permite um aprofundamento da análise dos fenômenos em estudo. Assim, estas técnicas permitiram visualizar as diferentes posições dos atores sociais envolvidos nesta realidade que se mostraram contraditórias e até conflitantes.

A escolha dos atores sociais a serem entrevistados se deu através de alguns critérios, como: presença e tempo na área, influência, importância dada pela comunidade, atuação na esfera pública e tamanho da propriedade. Consegui fazer cerca de dez entrevistas envolvendo os atores locais e os mediadores, totalizando aproximadamente cinco horas de conversa gravada. Parte desta, foi transcrita e utilizada no trabalho.

As dificuldades encontradas no decorrer das atividades foram muitas. Entre elas estava a própria relação com os camponeses. A temática “conflito”, por estar, na concepção dos interlocutores, ligada diretamente a idéia de violência, causava um certo constrangimento entre as pessoas, dificultando, em alguns momentos, a apreensão de algumas informações. Não obstante, o próprio entendimento do que a pesquisadora fazia ali, explicando que se tratava de um trabalho e não de um “passeio”, tornava-se difícil.

Além disso, não foi realizada entrevista com nenhum dos chamados “gaúchos”. Isso porque naquele momento (2002-2004), de efervescência e de manifestação de alguns grupos ambientalistas locais e nacionais, os “gaúchos” disseram que não iriam conversar com “nenhuma ambientalista”. Assim, ser socióloga ou ambientalista significava a mesma coisa, causando impossibilidade de um maior contato.

O resultado deste trabalho será contemplado em quatro capítulos. O primeiro dará uma visão sobre a atuação do Estado, mostrando como acontece a ação deste na abertura da fronteira agrícola da soja, especialmente no oeste do Pará. Neste sentido, busca-se mostrar que o subsídio de infra-estrutura necessária para esta expansão é o aspecto principal do “novo papel” conferido ao Estado e que há no seu discurso contradições que resultam em situações conflituosas.

da família pelas gerações subsequentes (da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais); d) há a conjugação do sistema tradicional de produção com outras atividades, que no caso de Corta-Corda são a caça, a pesca e a criação de animais domésticos. É o que Wanderley chama de “uma sábia combinação entre diferentes técnicas” (Wanderley, 1996, p. 19). Será visto com mais detalhe essa discussão no capítulo 3.

O segundo capítulo faz uma caracterização da Comunidade do Corta-Corda, destacando seus aspectos socioambientais e situando a comunidade no contexto da expansão da fronteira agrícola da soja em Santarém.

O terceiro capítulo identifica e analisa os conflitos sociais existentes na Comunidade do Corta-Corda, destacando como essas transformações vêm sendo sentidas de diferentes formas pelos camponeses.

Por último, o quarto capítulo, em linhas gerais, visa mostrar como os camponeses discutem seus problemas na chamada esfera pública em meio a conflitos e consensos onde estas discussões podem ser levantadas e tornadas públicas através da mediação de atores sociais locais e nacionais.

Nas considerações finais, faz-se um retrospecto do que foi abordado e desenvolvido neste trabalho, enfatizando o caráter do conflito, que nem sempre é percebido pelos atores locais, mas que representa grandes mudanças.

Com isso, esse estudo se estruturou num marco temporal que se caracteriza pelo início das mudanças causadas pela expansão da fronteira agrícola da soja na Comunidade do Corta-Corda. Espero desta forma, estar contribuindo para discussões das comunidades e dos grupos locais sobre a realidade que os cercam.

CAPÍTULO I - AMBIVALÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA SOJA

O objetivo deste primeiro capítulo será o de mostrar como acontece, na prática, a ação do Governo estadual na atual fronteira agrícola da soja no Oeste do Pará, em especial no município de Santarém. Inspirando-se em autores como Castro (2001a) e Brito (2001a), pressupõe-se que o Estado atua hoje na expansão da fronteira mais como um “apoio”, viabilizando, por exemplo, infra-estruturas necessárias para esta expansão e não mais como um ator principal. No entanto, ainda há no discurso oficial a presença da importância estatal para o desenvolvimento “sustentável” do Pará. Isso faz com que ocorram alguns conflitos em função, principalmente, das contradições existentes entre tais discursos e suas práticas visualizadas e implementadas através das políticas públicas que ainda se inspiram na modernização do Pará nos “velhos moldes”⁵.

1.1. O papel do Estado na abertura de fronteiras na Amazônia: políticas públicas e conflitos

As diferentes fronteiras⁶ “abertas” no Brasil sempre tiveram uma participação importante e direta do Estado. Essa atuação ocorreu através da intervenção na vida social e econômica por meio de suas políticas públicas de colonização, desenvolvimento ou de integração. Porém, esta atuação se configurou de forma diferente e assumiu algumas peculiaridades nos distintos períodos históricos e ganhou relevância ainda maior quando se tratou da Amazônia. Essa divisão histórica é importante para que sejam diferenciados as políticas públicas pensadas para esses períodos, suas concepções de fronteira e os conflitos decorrentes dessas atuações. Para isso, antes de se delimitar esses momentos, há a necessidade de se caracterizar o Estado do qual se faz referência.

Segundo Brito (2001a), o Estado é composto basicamente por órgãos públicos, por funcionários (este seria, segundo o autor, o lado perceptível do Estado) por normas, regulamentos e leis (lado imaterial do Estado). Este último, porém, só poderá se concretizar se houver em relação ao Estado uma crença legítima na sua atuação. E será através deste que

[...] se institucionalizam os meios de dominação política que se estruturam no seio da sociedade. No entanto, se o Estado é a estrutura de dominação política, o que caracteriza essa dominação são os princípios estruturadores que servem

⁵ Modelo de desenvolvimento intervencionista e dos anos 60, 70 e 80.

⁶ Entendidas neste trabalho como “espaço não plenamente estruturado, dinâmico [...] e portanto gerador de realidades novas e dotadas de elevado potencial político” (BECKER, 1997, p.63).

de base para a organização e ação dos órgãos estatais. São eles que designam a inserção do Estado na sociedade e fundamentam o caráter histórico dessa instituição (BRITO, 2001a, p. 35).

Além disso, o Estado seria, segundo Moraes (2004), o possuidor de três monopólios que o caracterizam como moderno: a) monopólio da produção da norma jurídica – “só o Estado cria lei aplicável a todos os cidadãos de seu território”; b) monopólio da extração e do uso coletivo de parte do excedente econômico gerado no mundo privado – “só o Estado pode taxar” e c) monopólio da coerção legítima, uso legítimo da força física – “só o Estado pode prender”.

Neste sentido, o Estado abrange diversos aspectos, uns mais explícitos, outros nem tanto e será fazendo uso desses poderes legítimos e específicos que o Estado em diferentes momentos históricos, intervirá na abertura de fronteiras. Destaca-se assim, entre esses momentos, alguns já descritos na literatura⁷ (Estado Planejador da década de 60 - Modernização forçada; Estado intervencionista da década de 70; Estado da década de 80 e Estado hoje) que podem ajudar a entender a situação atual que se caracteriza pela expansão da fronteira agrícola da soja no Pará.

O Estado Planejador, da década de 60, baseava-se numa modernização conhecida como “modernização forçada” que se caracterizou por ser um processo de ocupação inserido em um planejamento estratégico articulado pelos militares.

A Amazônia ganhou nesse período um papel de destaque. Isso se deve ao fato de que a região era vista, como destaca Léna (2002), como uma “fronteira de recursos” que deveria ser ocupada e explorada com o objetivo de manter a soberania do país contra invasão de estrangeiros. Além disso, teria um papel importante no desenvolvimento do Brasil, pois nessa época havia a idéia de um “vazio demográfico” pouco utilizado economicamente, freqüentemente reiterado como que para justificar a necessidade de ocupá-la, para garantir a integridade territorial e a integração da nação. Há desta forma, segundo Aquino a atribuição de um “valor econômico e político atribuído a fronteira que a torna estratégica para o Estado que acelera os investimentos em infra-estrutura e mecanismos de controle visando a chamada segurança nacional” (AQUINO, 2003, p. 35.)

Outro aspecto importante deste período é que a Amazônia era vista também como uma possibilidade de alívio de tensões existentes em outras áreas do país, como o nordeste, permitindo acesso a terra para populações rurais e urbanas. Essa forma de ocupação, ou expansão da

⁷ Autores como Brito (2001ab); Castro (2001a); e muitos outros.

fronteira, acarretou, segundo Barbosa (1996), um abalo na economia tradicional da região, que de uma hora para outra foi invadida pela pecuária, cedendo lugar as enormes áreas de pastagens.

Para que essa ocupação ocorresse de forma rápida e para que a Amazônia passasse a ter maior acesso aos centros econômicos do país, a abertura de fronteiras se deu basicamente pelos seguintes incentivos: construção de rodovias (Belém-Brasília e a Transamazônica), implantação de projetos de colonização agrícola, expansão do setor agropecuário, através de incentivos fiscais e creditícios e, num segundo momento, através do investimento público em grandes projetos (tais como Grande Carajás e Tucuruí). As Políticas Públicas fomentaram então, a ocupação desses grandes “vazios” pela agricultura moderna, com um “pacote tecnológico” pronto e acabado para a região.

Assim, a partir de 1968, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária vinculada a firmas nacionais e multinacionais. Além disso, o Estado desenvolve programas de distribuição de terras em locais estratégicos, de modo a atender a interesses de grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural. Os incentivos dados pelos militares serviram como um paraíso fiscal onde muitos projetos eram fantasmas e a deficiência de infra-estrutura era latente.

A maior consequência desse processo, com certeza, foi a concentração fundiária que por sua vez, aumentou o êxodo dos pequenos produtores rurais e que também impactou negativamente o meio ambiente, provocando a especulação imobiliária, a desagregação e a expulsão da população local. Resultando ainda, dessa concepção de fronteira e aplicação de desenvolvimento na Amazônia, em conflitos entre as populações indígenas, os caboclos seringueiros e os negros quilombolas em relação aos novos camponeses pobres estimulados a migrar para a região.

Assim, a decorrência desses conflitos só demonstra na prática que a região não era um vazio demográfico como a lógica do desenvolvimento adotado (progresso econômico sem levar em consideração os aspectos sociais, culturais e políticos) passando por cima de “práticas tradicionais de relações de trabalho e organização da produção e do comércio” (BRITO, 2001b, pág. 70). Mesmo com todos os problemas estruturais de falta de estradas, de armazéns e longas distâncias, valia a pena criar projetos agropecuários na Amazônia resultando em total descaso em relação às populações amazônicas, “particularmente os indígenas, caboclos e demais trabalhadores agroextrativistas que, desse modo, não são contemplados devidamente nas diversas

perspectivas de desenvolvimento para a região, preferindo-se falar de um vazio demográfico e cultural” (GONÇALVES, 1990, p. 38).

Na década de 70 o Estado se caracterizou por uma atuação intervencionista. Nesse período houve a abertura oficial da fronteira agropecuária na Amazônia, decretada pelo General Presidente Médici, que em 1970 decidiu implantar a rodovia Transamazônica. “A abertura daquela fronteira agrícola carregava consigo a marca do regime autoritário que a estimulou” (HEBÉTTE, 2002, p.207). Conforme verificou Barp, foram criados e instalados programas de colonização, “tanto oficiais como privados, cuja administração estava sob a responsabilidade de órgãos oficiais, empresas de colonização e cooperativas agrícolas” (BARP, 1997, p.69).

Incluso neste processo, há a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que tiveram um papel importantíssimo no processo de ocupação na Amazônia. A SUDAM incentivou, através da “distribuição” de incentivos fiscais, a entrada de investidores de diversas áreas (indústria, pecuária, etc.), tendo o poder então de definir quem e onde os incentivos fiscais deveriam ser direcionados. Através do INCRA, criado em 1970, o Estado tinha como objetivo o desenvolvimento de uma política de distribuição de terras na Amazônia adiando desta forma a tão esperada reforma agrária, além de se encarregar, como destaca Hebéte (2002), de crédito, instrução, saúde e associativismo.

Além destas instituições públicas, havia a presença da instituição financeira, representada pelo Banco da Amazônia (BASA) ficando estas responsáveis em implementar e gerir as ações que objetivavam a integração da Amazônia ao contexto Nacional.

Os atores que foram atraídos nesses períodos pelo movimento de expansão de fronteira foram considerados por Castro (2004) como atores capitalizados: os madeireiros, os grandes empreendedores pecuários, os grupos de energia e os grupos ligados a mineradoras etc. Era um cenário onde o Estado estava fortemente presente e que fazia concessões a grandes grupos nacionais e internacionais, todos de fora da Amazônia, baseado num modelo de desenvolvimento que tinha como princípio o progresso econômico.

Assim, os conflitos decorrentes dessa concepção de fronteira, não levando em conta mais uma vez os atores sociais locais, aumentaram ainda mais a pobreza, desigualdade e concentração fundiária nas mãos de grandes empresários, demonstrando total descaso com quem aqui habitava.

Porém, como afirma Becker (1997), no final da década de 70, com a crise fiscal e econômica mundial e os diferentes conflitos decorrentes desta, o governo resolveu mudar

algumas estratégias. Entre estas, estava a redução dos gastos públicos, o desenvolvimento de tecnologias e principalmente maior investimento e atuação na área militar com o objetivo claro de “solucionar os conflitos”.

Nos anos 80, segundo Aquino (2003), o Estado ainda encara a fronteira amazônica como um espaço “livre” e “abundante” onde sua missão seria a de levar o “progresso”. Neste momento “o governo brasileiro integra vários projetos de desenvolvimento para a Amazônia num programa ‘O Grande Carajás’. A fase industrial da fronteira é aberta” [...] (AQUINO, 2003, p. 35)

Porém, é também nesta década, conforme autores como Castro (2001a), Brito (2001b) e Aquino (2003), que o Estado, dependente de legitimação para sua atuação, experimentou uma profunda ruptura no nível dos paradigmas de sua ação. Ocorreu nesse período, não só um questionamento em relação ao seu papel de regulador econômico, mas também como

agente de intervenção na cena econômica e social. Ao longo desse período, as idéias de universalidade, centralidade, integração e intervenção são paulatinamente substituídas pelas de pluralidade social, multiplicidade e pontos de referência, coordenação múltipla de atores e participação em redes e parcerias (CASTRO, 2001a, p. 8).

Desta forma, há neste período uma maior discussão sobre o que vem a ser realmente participação política e qual o papel social que os múltiplos atores poderiam estar assumindo na formulação das políticas públicas, numa tentativa de refletir e substituir o reducionista paradigma que entendia desenvolvimento como a mesma coisa que crescimento econômico, progresso. Há assim, a formação de movimentos “denunciando o custo social e ambiental por pessoas ou grupos que discutiam e criticavam essas políticas que eram articuladas, criadas e decididas sem maiores discussões e participação da sociedade” (AQUINO, 2003, p. 115).

Porém, as contradições eram latentes. Mesmo querendo uma diminuição do Estado em setores, como era o caso da economia, os empresários não descartavam a importância do Estado na manutenção de algumas práticas ditas cooperativistas, ou seja, mesmo acreditando que o modelo de desenvolvimento encaminhado pelo estado não funcionasse mais, os mesmos “questionaram o grau de estatização da economia, [no qual] encontravam dificuldades para oferecer uma proposta de modelo institucional que estabelecesse plenamente os mecanismos de mercado”. (BRITO, 2001b, p. 71). Desta forma, houve mudanças, mas nem tanto.

Assim, nesse amplo contexto de intervenção estatal, Brito (2001a) faz uma análise da Amazônia, discutindo-a em relação ao desenvolvimento pelo qual passou a sociedade brasileira

durante o século XX, para impulsionar a modernização de suas estruturas e, mais particularmente, as estruturas econômicas, através de uma política conduzida. Contudo, as diversas esferas sociais não foram atingidas igualmente pelos princípios organizadores da sociedade moderna, resultando na *superficialidade da modernização* promovida pelo “desenvolvimentismo” brasileiro. Este autor constata o fato de que o processo de industrialização brasileira não gerou somente uma falta de integração entre os elementos organizacionais e uma estrutura de ação social moderna, mas também fez surgir um abismo social e econômico entre as regiões a partir da concentração dos setores mais dinâmicos da economia.

Era o Estado interferindo mais uma vez no “livre jogo do mercado”, como afirma Eli Diniz, citado por Brito (2001a). Esse foi o papel forte que o Estado exerceu em especial na Amazônia. Quando se pensa no Estado hoje, será que ele ainda permanece nos moldes desse Estado regulador e intervencionista? Ou será que o Estado atualmente “trava uma luta” para manter sua governabilidade?

As respostas a estas questões devem levar em consideração o cenário mundial atual. Castro (2001a) destaca que as mudanças provocadas pela globalização alteram o papel do Estado e o encaminhamento da formulação de políticas públicas, onde a pauta considerada prioritária da agenda mundial recai sobre a necessidade e urgência da reforma do Estado. Esta reforma nasce ao mesmo tempo da necessidade e da dependência de como estão se dando as relações e as discussões entre grupos organizados, que estão “no meio caminho das relações entre Estado e mercado” (CASTRO, 2001 a, p. 30).

Há assim, com a abertura de mercados a discussão sobre sua autonomia e auto-regulação, onde este encontraria seu ponto de equilíbrio. Com isso, o Estado,

na maior parte das teorias modernas sobre desenvolvimento, deixa de ser um Estado Keynesiano ou um Estado de Bem-estar social. O estado mínimo é a tese de maior repercussão, e a redução dos gastos públicos e a modernização das estruturas organizacionais são apresentadas como garantia de transparência e de eficácia na gestão da coisa pública (CASTRO, 2001a, p. 10).

Portanto, com a globalização ocorre uma mudança e cobrança de qual seria o “novo papel” conferido ao Estado e onde este realmente deveria se “enquadrar” nos moldes econômicos e de pressão da “nova sociedade civil”.

Para Saul (2003), os riscos encontrados nestas mudanças estariam na impossibilidade do Estado, nas suas novas funções, não conseguir responder as demandas partidas dos diversos

atores sociais tais como: partidos políticos, associações e meios de comunicação e atendê-las eficientemente. “A ampliação da discrepância entre o nível de expectativas e a capacidade de rendimento do aparelho público tendia a tornar os sistemas cada vez mais ingovernáveis, questão da ingovernabilidade” (SAUL, 2003, p. 56). Essa é a questão chave e contraditória. Existe uma sociedade civil cada vez mais forte e atuante, intervindo diretamente nas políticas públicas e com isso o aumento de uma democracia participativa. Haverá, conseqüentemente, um problema de governabilidade?

A hipótese defendida é de que há uma nova ordem mundial, de economia global, onde existe um grupo de atores sociais muito mais fortes e organizados discutindo e interferindo nas políticas públicas. Conseqüentemente, não é mais o Estado que está a frente, interferindo diretamente em processos sociais e econômicos, não é mais ele quem “comanda”. Mas isso não quer dizer que ele esteja fora da “cena”, que não tenha mais força. A sociedade civil precisa do Estado, a economia para se regulamentar também precisa do Estado. Segundo Brito (2001a) o mesmo pode até possuir recursos, e serão justamente estes que subsidiarão, por exemplo, infra-estruturas. Entretanto, há o reconhecimento de que o Estado se tornou menos intervencionista.

Corroborando ainda com a hipótese, Moraes (2004) destaca que na ordem internacional

os estados nacionais são ainda decisivos, repita-se. Mas há estados e estados. Nem todos são iguais, nem todos são igualmente significativos, nem todos sobreviverão. Alguns serão estados, outros apenas seguirão estando. E, de fato, uns e outros desses estados têm passado, passam e passarão necessariamente por significativas transformações (MORAES, 2004, p. 26).

Destarte, considerando esse panorama, os incentivos oficiais e o modo de encarar a fronteira não são mais o de concessão fiscal e distribuição de terras, como nas décadas anteriores. A participação do Estado tem sido a de dotar áreas de fronteira com serviços infra-estruturais e institucionalizar as parcerias que favorecerão a busca de recursos junto a instituições de fomento. Além de possibilitar a articulação entre diversos atores, com interesses diferenciados e/ou conflitantes caracterizando uma correlação de forças entre a sociedade civil, mercado e Estado. Consiste em uma necessidade de responder as transformações globais relacionadas ao mercado e à reestruturação produtiva, cabendo-lhes “investimentos em infra-estrutura para potencializar empreendimentos, na desregulamentação e no enxugamento da máquina funcional” (CASTRO, 2001a, p. 56).

É um novo contexto, tanto sócio-político quanto econômico, no qual não cabem mais concepções “antigas” de fronteira. Esta passa a ser vista não mais como um espaço vazio a

ocupar, “terras devolutas cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros” (BECKER, 1997, p. 67), mas sim como um

[...] espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização como em outras circunstâncias, e portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O dado crucial da fronteira é, pois, atividade histórica que contém; dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador do futuro (BECKER, 1997, p. 67).

O momento vivido no oeste do Pará, em especial no município de Santarém, é de abertura e expansão da cultura da soja. Isso porque, há uma região na qual esta prática agrícola encontrou condições favoráveis (políticas, econômicas, fundiárias e ambientais) ao seu desenvolvimento. Em Santarém, depara-se com um processo recente, pois até 1995 esta cultura ainda não se fazia presente neste município. Porém, como já foi mencionado, encontrou vários atrativos, sendo que o principal deles é o preço da terra que está muito abaixo em relação a outras regiões como sul e centro-oeste do país.

Outro aspecto que pode ser destacado desta *fronteira*, é que a mesma possui um “tempo” particular que se difere de outras áreas onde o processo não está ocorrendo. A fronteira vai se destacar pela velocidade que as transformações nela se processam.

A consequência dessas diferenças e contradições normalmente gera um cenário conflituoso, pois as disputas giram em torno de recursos, na maioria das vezes, a “terra”, entre múltiplos grupos sociais. Gonçalves (1990) destaca que a

migração para a Amazônia não foi somente de diferentes lugares geográficos do país, mas também uma migração de diferentes sujeitos sociais: uns empresários, outros latifundiários, outros antigos pequenos proprietários que venderam suas terras para adquirir outras mais baratas e com maior extensão, outros, ainda, camponeses, pobres e sem terra (GONÇALVES, 1990, p.54).

Desta forma, os conflitos decorrem de disputas por espaços, sejam eles físicos (terra), de poder ou simbólicos. Caracterizando a complexidade do espaço agrário brasileiro, como será visualizado mais adiante.

Além do mais, a ação do Estado nesse contexto é altamente paradoxal. Assim como ele pode promover sua viabilização (através de implementação de infra-estrutura), ele pode também,

retirar-se dando margem para que grupos sociais assumam seu papel, apresentando, desta forma, feições contraditórias, porém, complementares.

Assim, este conceito de fronteira é essencial para o entendimento de como a Amazônia entra no discurso de área a ser apropriada, seja na “corrida” pela utilização dos recursos naturais, ou pela aquisição do direito de exploração desses recursos, principalmente da posse pela terra. Discursos esses, antigos, diferentes nos diversos momentos históricos vividos no Brasil, tendo influência e atuação direta na Amazônia com conseqüências muitas vezes catastróficas.

Conclui-se, que esses períodos foram e são emblemáticos para a visualização das atuações estatais e as conseqüências derivadas de suas intervenções, principalmente quando se pensa em Amazônia. Como afirma Homma (2000), os Estados mostraram a capacidade de cumprir metas e objetivos sem levar em consideração aspectos de cunho social e muito menos ambiental. Porém, hoje a situação mudou. O cenário geopolítico e econômico é outro e os Estados tiveram que mudar suas estratégias de ação.

Um dos primeiros passos dessas mudanças são os instrumentos de planejamento que, no caso do governo federal e dos governos estaduais, criaram e implementaram os chamados Planos Plurianuais (PPA), com objetivos bem claros: planejamento das ações estatais e direcionamento dos recursos que serão investidos nas políticas públicas, tentando dar um caráter gerencial e de eficiência a máquina burocrática. Estas são estratégias, segundo Castro (2001a), de se manter diante de uma força do qual os Estados não podem competir, as forças de mercado.

1.2. Plano Plurianual (PPA - PA): instrumento de planejamento estatal

Os Estados, como previsto na Constituição de 1988, são obrigados a elaborar os seus chamados Planos Plurianuais (PPA). Estes são instrumentos estratégicos necessários para o desenvolvimento das ações do governo. Nele estão contidos diretrizes e objetivos propostos para um período de quatro anos, com a finalidade de dar transparência aos gastos públicos governamentais, pensado como um

planejamento que organiza todas as ações do Governo em programas; proporciona a alocação de recursos nos orçamentos anuais compatíveis com o Plano e melhorar o desempenho gerencial da administração pública; além de estimular parcerias com a União, municípios e setor privado; definir a distribuição regional de metas e gastos; e dar maior transparência à aplicação

dos recursos públicos e seus resultados (Plano Plurianual do Governo Federal é discutido no Pará, 17/06/2003, Starnews).

O Estado do Pará adotou um modelo de planejamento, orçamento e gestão para suas ações, reorganizando, desta forma, seu processo de planejamento. Esta mudança teve início com a publicação da Lei Estadual nº 6.265, de 21/12/1999, que instituiu o Plano Plurianual – PPA 2000-2003 orientado para a resolução e o enfrentamento de problemas na sociedade, sendo este a primeira experiência de planejamento estratégico no estado do Pará.

Este tipo de planejamento atende principalmente a exigências feitas aos governos: possibilitar maior **transparência** e dá maior possibilidade de buscar resultados **eficientes** em sua atuação. “O Programa passa a ser a referência básica à gestão orientada para resultados, integrando-se ao processo de reforma do Estado” (PPA 2000-2003, p. 39). Estes ditam as regras que operacionalizam o desenvolvimento, difundindo, o que Barbanti Jr. (2003) chama de métodos e instrumentos que irão apresentar como o desenvolvimento deverá ocorrer para aquele período.

Alguns PPA’s governamentais tentam conciliar a garantia de resultados eficientes, desenvolvimento de equidades sociais e econômicas com atividades comerciais de capital intensivo, de larga escala, com pouca, ou nenhuma consideração para a preservação da floresta, apresentando abordagens bastante variáveis. Essa realidade que parece bastante contraditória é na verdade complementar. As ações estatais estão hoje muito mais explícitas e inclusive mais publicitadas do que antes. Desta forma, atualmente, há uma preocupação maior com os resultados de suas ações. Porém, isso não garante que populações sejam afetadas por danos sociais, ambientais e econômicos.

Assim, destaca-se nessa análise como o PPA 2000-2003 – “Agronegócio: O Pará investe nisso!” foi um instrumento de planejamento e ao mesmo tempo de “retórica” do desenvolvimento paraense, seguindo de certa forma as orientações do PPA nacional, mas com total liberdade de agenda e de ação.

1.2.1. PPA 2000-2003 Avante Pará: “Agronegócio: O Pará investe nisso!”

A primeira experiência de formulação e implementação do PPA no Estado do Pará se deu com o PPA 2000-2003 Avante Pará: “Agronegócio: O Pará investe nisso!”, no 2º governo de

Almir Gabriel, dedicado especialmente ao agronegócio que se tornou meta prioritária do Governo Estadual.

O PPA elaborado, estava de acordo com um contexto mundial, a globalização que, segundo o governo do Pará, ao se deparar com uma realidade onde “competitividade é o grande desafio para transcender fronteiras⁸”, elaborou o PPA denominado **Avante Pará**, seguindo, de certa forma, a premissa do PPA do Governo Federal (**Avança Brasil**), identificando os grandes desafios para seu desenvolvimento, que eram naquele momento: elevar o nível de renda, reduzir as desigualdades, **desenvolver sem devastar** e construir a paz social.

Ainda no documento, é enfatizado que o governo do Pará procura adotar uma “visão desenvolvimentista”, onde foram estabelecidos pressupostos básicos como: eficiência, equidade social e sustentabilidade, de forma a

possibilitar a aferição de resultados qualitativos e quantitativos, avaliando sua pertinência ou necessidade, com base no equilíbrio da distribuição do esforço governamental para proporcionar benefícios à população. De tal maneira que, as ações do governo possam favorecer o acesso de todos, a padrões razoáveis de qualidade de vida, através dos meios necessários ao ajustamento das políticas públicas à realidade, ouvindo e **estabelecendo parcerias com a área privada** (PPA 2000-2003 Avante Pará: “Agronegócio: O Pará investe nisso!, p.35 – grifos da autora).

Além disso, os grandes benefícios considerados pelo Estado com a implementação do PPA seriam: introdução de elementos que proporcionem o exercício da gestão cotidiana dos programas e de suas ações, atribuição de responsabilidades, prática da avaliação e cobrança de resultados.

Pensando nisso, o governo planejou ações estratégicas para o aumento da produção de grãos para exportação através de programas como o “**Programa Pão-Nosso – elevação da Produção de grãos**”, para ser implementado através da Secretaria de Agricultura (SAGRI). Constam neste programa, projetos específicos, objetivos, área de abrangência, benefícios esperados, recursos financeiros, estratégias do governo etc (Quadro 1).

⁸ PPA 2000-2003 Avante Pará: “Agronegócio: O Pará investe nisso!”

Quadro 1. Ações Estratégicas para o aumento da Produção de Grãos no Pará - SAGRI – Plano Plurianual – 2000-2003 (2º Governo Almir Gabriel)

Projeto	Objetivo	Área de Abrangência	Benefícios esperados	Recurs Financ.
Apoio à produção de sementes fiscalizadas	Estabelecer pólos de produção de sementes fiscalizadas com participação direta dos produtores organizados, através de associações ou cooperativas, com o apoio do governo estadual e municipal.	Fomento de sementes fiscalizadas: todo o Estado do Pará Produção de sementes: Regiões do Baixo Amazonas, Metropolitana de Belém, Sudoeste e Sudeste Paraense.	Atender 60% da demanda atual do Estado que é de 20 mil toneladas de sementes, no prazo de 3 anos.	R\$ 33.663.400,00
Mecanização agrícola nas pequenas propriedades	Aquisição de máquina e implementos agrícolas com vistas a modernizar os serviços de apoio ao setor produtivo do Estado a partir da disponibilidade de equipamentos para mecanização de áreas agricultáveis, atuando principalmente junto a pequenos produtores organizados em comunidades rurais.	100 municípios que ainda não foram contemplados em 98	Mecanização e incorporação ao processo produtivo de uma área de 30.000 ha/ano; Atendimento direto de 8.000 pequenos agricultores que praticam agricultura familiar; Incremento de produtividade da produção de grãos nas áreas trabalhadas de 20%/ano; Geração de imposto sobre a produção na ordem de R\$540.000,00 por ano em um universo temporal de 10 anos de vida útil das máquinas; Geração direta de 24.000 empregos indiretos por ocasião do processo de colheita e beneficiamento da produção.	R\$ 5.415.000,00
Apoio a melhoria da produtividade do cultivo da soja	Desenvolver conjuntamente com órgãos de pesquisa, ensaios experimentais visando disponibilizar tecnologia de ponta que propiciem bom desenvolvimento da cultura da soja no Estado; Incentivar e fomentar agricultores locais visando a produção de sementes de soja para atendimento da demanda interna a curto prazo e para a comercialização com outros Estados a médio e longo prazos; Implantar áreas de cultivos comerciais nas regiões que já dispõem de informações tecnológicas preliminares e infraestrutura de apoio, como armazenagem, transporte e comercialização; Implantar estrutura de beneficiamento e armazenagem da produção.	Nordeste Paraense: Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu; Sudeste Paraense: Redenção e Conceição do Araguaia; Oeste Paraense: Santarém.	Empregos diretos: 300 Empregos indiretos: 600	R\$ 13.150.000
Projeto de implantação de armazéns comunitários e coletores	Dotar de infra-estrutura e serviços de armazenagem comunidades rurais localizadas em áreas potenciais produção de grãos do Estado.	Todo o estado do Pará, especialmente nos municípios considerados estratégicos na produção de grãos.	Aumento da produção de grãos em todas as zonas atendidas, aumento indireto da renda familiar do produtor rural, redução na importação de grãos, aumento na geração de divisas, redução no custo final de produção do setor avícola do Estado.	R\$ 25.600.000,00

Fonte: PPA 2000-2003 *Avante Pará – Agronegócio: O Pará investe nisso!*

Como se pode perceber, o Estado, através de seu planejamento, decidiu alocar recursos necessários para a implementação do agronegócio paraense destacando no PPA o desenvolvimento da pesquisa para o “bom desenvolvimento da cultura da soja no Estado”. Além disso, foi planejado o incentivo e fomento a agricultores locais, visando a produção de sementes de soja; a implantação de áreas de cultivos comerciais nas regiões com tecnologias preliminares e infra-estrutura de apoio (armazenagem, transporte, comercialização e beneficiamento). Este aspecto do planejamento estava direcionado especificamente para áreas escolhidas e delimitadas, como é o caso do nordeste paraense, sudeste paraense e o oeste do Pará, como áreas prioritárias para o desenvolvimento da cultura da soja. Salienta-se que muitas dessas áreas já foram alvos, em décadas passadas, de políticas governamentais com conseqüentes conflitos.

A intervenção do Estado, porém, reveste-se de um caráter temporário, limitado e infra-estrutural, visto que a economia, sobretudo da cultura da soja, opera-se com certa independência. Isso, como já foi visualizado, não elimina de certo o papel importante que o Estado teve e continua tendo na expansão da fronteira agrícola da soja no oeste paraense (Santarém), principal área de intervenção, que já é apresentada como portadora de uma “nova vocação”: plantar e exportar soja.

Além disso, o PPA 2000-2003 destacava a necessidade de estabilidade política e de um plano de equilíbrio econômico que abrissem, naquele momento, possibilidades de dinamização da economia paraense em virtude das potencialidades existentes no território. Entre as quais o governo destaca: recursos minerais e florestais, o potencial hidroenergético e os solos agricultáveis, além de uma rica biodiversidade e variados recursos turísticos, ainda pouco explorados. A proposta seria então, a formação de um parque produtivo com considerável grau de diversificação, no qual a agroindústria, a verticalização mineral e o turismo despontavam para a construção de um **Projeto de Desenvolvimento** que se adequasse a um contexto de transformações e que respondesse ao dilema da criação de emprego e renda que os tradicionais padrões de ocupação econômica do território paraense não lograram resolver.

Esse projeto de desenvolvimento, como será observado mais adiante, corresponde ao próprio título do *PPA 2000-2003 – Agronegócio o Pará investe nisso!* relacionando-se a aposta de sucesso dada pelo governo do Pará ao agronegócio e cadeias produtivas, com destaque para o *agrobusiness* que foi definido no PPA como: “a soma total de operações de produção e distribuição de insumos e de novas tecnologias agropecuárias, da produção propriamente dita, e

do processamento e distribuição dos produtos agropecuários e seus derivados”. (PPA 2000-2003, p. 45). Em resumo, o agronegócio tem por função básica o suprimento à produção, à transformação, ao acondicionamento, ao armazenamento, à distribuição e ao consumo, tendo sua base assentada nas cadeias produtivas, ou seja, na rede de ligações que a agropecuária estabelece com os demais setores da economia: a indústria, o comércio e os serviços.

Portanto, o Estado planejou, para um período de 4 anos, quais seriam suas ações e para onde gostariam de direcionar seus recursos para alcançar seus objetivos, que eram a alavancagem do Agronegócio. Porém, ao terminar a vigência desse plano, quais são os benefícios sociais e ambientais deste processo econômico? Talvez não se possa dimensioná-los neste trabalho, em sua totalidade, mas os noticiários dos jornais e o trabalho empírico (*in loco*) têm registrado os conflitos que se intensificam nas áreas onde o Estado tem priorizado, junto com seus parceiros empresariais, a aplicação de investimentos em infra-estrutura. Além do mais, algumas “falhas” foram identificadas pelo próprio Estado como problemáticas à implementação do PPA 2000-2003, não realizando o êxito esperado como será visto a seguir.

1.2.2. Pontos críticos que entram a operacionalização do PPA (2000-20003): análises do Departamento de Planejamento (DPL) do Estado do Pará

Como parte de um conjunto de ações relacionadas ao PPA, elaborou-se um relatório com o intuito de analisar a implementação do PPA, desenvolvido pelo Departamento de Planejamento (DPL) através de um sistema de Gestão do Plano Plurianual (GEPA), inserido na Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF). O GEPA tem por finalidade interligar o DPL com as entidades responsáveis pelos programas para apoiar a preparação, elaboração e implantação do Plano Plurianual.

Destacou-se dessa análise críticas feitas à SAGRI, pois, nesta, foram encontrados fatores limitantes que dificultaram a operacionalização do PPA, pois consideraram que a

SAGRI ainda mantém a mesma estrutura organizacional dos anos 80, enfrenta hoje, grandes dificuldades para operacionalizar suas ações definidas em um planejamento estratégico moderno, o **Modelo Sistêmico de Gestão** que fundamentou a elaboração do PPA 2000/2003/Avante Pará, com finco direcionado para o Agronegócio Paraense encontra-se esta engessada pela estrutura organizacional vigente, que ainda permanece baseada em um modelo de gestão ultrapassado e inadequado, em comparação com o **modelo dinâmico já definido pelo Estado**; e também, pela natural resistência do corpo funcional,

às mudanças que se pretende implantar (Relatório de Análise PPA, 2003, p; 20 – grifo da autora).

Além destes fatores limitantes, estruturais da SAGRI, outras deficiências foram identificadas, como: problemas de base logística, questões agrária e fundiária, precariedade da infra-estrutura básica e de apoio à produção, baixa capacitação do capital humano, deficiente gestão ambiental, deficiente relação entre o Estado e o Setor Produtivo e dificuldades dos produtores rurais para enfrentar os desafios da competitividade no mercado global.

Deste modo, as dificuldades identificadas pelo DPL apresentam a incompatibilidade entre o que é planejado e o que é realizado. Essas análises feitas pelo próprio Estado, mostram como a mudança no papel deste, faz com que ocorra a necessidade do que Brito (2001a) chama de um “aparato governamental mais ágil e flexível”, para que consiga minimamente cumprir o que planeja internamente. Estas transformações, para o autor, estão relacionadas a uma proposta de fazer com que a estrutura administrativa do Estado se enquadre num modelo de gerenciamento desenvolvido pelo setor privado, na tentativa de transformar o mesmo numa grande empresa.

Baseada nessa visão, é que são verificadas as dificuldades de operacionalização da SAGRI, ou seja, há uma exigência em relação aos Estados e seus órgãos para que adotem um modelo voltado para o gerencialismo⁹, porém, não há a cobrança e nem pretensão de se mudar totalmente a burocracia moderna, mas sim torná-la eficiente e operacional para conseguir responder com rapidez as demandas internas e externas.

No mais, o DPL apresenta em suas análises a possível solução para estas distorções. Segundo o relatório, a saída estaria na integração dos seguintes atores: *Governo* (Federal, Estadual e Municipal) e *Sociedade Civil* (empregadores, empregados, produtores de unidade familiar e organizações não governamentais). Contemplando desta forma, a reforma do Estado, a melhoria dos serviços, a garantia à participação da sociedade, a consolidação da fronteira aberta

⁹ Ao analisar o desenvolvimento do modelo gerencial na administração pública, através da experiência anglo-americana, Abrucio expõe sobre o modelo gerencial puro, primeiro a ser implantado na Grã-Bretanha e, com algumas alterações, no Governo Reagan. O modelo gerencial puro foi implantado sob a égide da crise financeira, tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha, sendo utilizado, no setor público, para diminuir gastos e aumentar a eficiência governamental. A administração pública gerencial surgiu na segunda metade do século XX, motivada pela busca de meios capazes de enfrentar a crise fiscal do Estado; como estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente a administração dos serviços que cabiam ao Estado; instrumento de proteção ao patrimônio público; e insatisfação contra a administração pública burocrática. O gerencialismo consiste na administração voltada para resultados, orientada para os anseios do cidadão/usuário. Assim, o eixo central do gerencialismo puro consistia no conceito de produtividade. As primeiras ações adotadas foram voltadas à redução de custos e pessoal (ABRUCIO, 1997, p. 45).

pelos eixos de desenvolvimento, a diversificação da base econômica montada em cadeias produtivas e o estímulo à geração de emprego e renda pela indução da produção patronal e da agricultura familiar. O relatório só não deixa claro uma coisa: como essa integração estaria acontecendo.

Trata-se da tentativa de fazer uma reforma, onde mais uma vez, segundo Castro (2001a), assim como as empresas, os Estados também querem adotar uma lógica de mercado que exige eficiência, ou pelo menos um governo “formalmente eficiente”. Ficando assim, difícil realizar uma reforma estatal “com procedimentos puramente administrativos” e com a adoção de uma linguagem emprestada da cultura empresarial onde há uma relação empresa/cliente. As análises governamentais trazem com isso, um “novo conceito de organização das ações públicas e de gerenciamento de projetos, aproximando-se da dinâmica administrativa regulada pelo mercado” (CASTRO, 2001a, p. 28).

Assim, observou-se no PPA 2000-2003 que o Estado está realmente atuando na implementação de infra-estrutura como ação importante nas políticas públicas que direcionarão o Pará como centro agroexportador, apoiando a abertura da fronteira agrícola da soja no oeste paraense. Todavia, tenta escamotear a dimensão real do conflito social. O Estado não está preparado para a reforma que pretende. A magnitude dos desafios e a necessidade permanente de revigoramento do processo de articulação política entre o Governo, em seus diferentes níveis, e os demais atores políticos e sociais envolvidos no processo de transformação do Estado, não é uma tarefa fácil e não está sendo realizada na sua plenitude, pois existem problemas internos e “impregnados” à máquina burocrática dos governos.

Por fim, o PPA se tornou um instrumento que diz **onde, em que e quanto** o Estado quer aplicar em suas políticas públicas. Está tudo muito mais explícito. Com isso, pode-se verificar a relação direta, no caso da soja, das áreas planejadas pelo Estado para a implementação de suas ações com a grilagem de terra e conflitos decorrentes, como será observado posteriormente. Os PPA's representaram então, segundo Castro (2001a) o planejamento estatal que continua causando impactos nos níveis sociais, econômicos e ambientais. São priorizados nestes PPA's os eixos nacionais de integração e crescimento econômico baseados numa concepção de desenvolvimento que vê na soja o “novo ouro da Amazônia” elegendo o Agronegócio como premissa.

1.3. Paradigma de Desenvolvimento adotado pelo Governo do Pará: soja como novo “Ouro da Amazônia”

Em entrevista intitulada “*Desenvolver sem Devastar*”, o Secretário Especial de Produção, Sérgio Leão dizia:

A implantação do pólo de grãos na região de Santarém conta com o apoio do Governo do Pará. Trata-se de uma atividade importante para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento das economias locais, metas do atual Governo, afirma o Secretário Especial de Produção, Sérgio Leão. O secretário destaca, ainda, que a alavancagem econômica dos municípios deve ocorrer acompanhando outra premissa básica dentro do modelo proposto pelo Governo estadual, a de **desenvolver sem devastar** (Desenvolver sem devastar, 19/07/2003, www.pa.gov.br - grifo autora).

O Estado, como se percebe na matéria, vê-se como um agente “apoiador” do processo de abertura da fronteira agrícola da soja com vistas ao desenvolvimento almejado que, segundo o discurso, é *sem devastação*, elegendo a agroindústria como “uma das vertentes do tripé de transformação e diversificação da base produtiva do Estado” (PPA 2000-2003, p.32). É um discurso que envolve alguns pontos considerados críticos no Pará: geração de emprego e renda, alavancagem econômica e desenvolvimento sem desmatamento.

Esse debate, desenvolvimento *versus* desmatamento, relacionado ao avanço da agricultura moderna, como é o caso da soja, apresenta-se, ainda, bastante confuso e contraditório. Isso porque de um lado, há a incorporação do discurso da preservação do meio ambiente nas discussões públicas, contudo, não há uma coerência tanto na prática como nos discursos entre os órgãos governamentais. Isso fica claro na fala do Diretor de meio-ambiente SECTAM/PA, Paulo Koury onde o mesmo afirma a incapacidade de impedir que os problemas ambientais e estruturais se repitam

Tanto os órgãos gestores ambientais estaduais, como federais, ficam de fora do processo porque (soja) é uma lavoura que tem a sua própria lógica econômica, ela consegue se auto-financiar através de um processo fechado e o governo perde por conta disso a oportunidade em função da sua precariedade infra-estrutural, etc..., acaba perdendo oportunidade de acompanhar esses processos e

evitar que os males maiores aconteçam (Relatório do Seminário Geopolítica da Soja, outubro/2004).

Assumir essa “incapacidade” demonstra que o Estado está “apoiando” um processo do qual ele já perdeu o controle, principalmente no aspecto ambiental. Além do mais, pensar os “males” apenas por esta perspectiva, é não levar em consideração os atores sociais locais e os conflitos sociais decorrentes dessa expansão.

No entanto, como foi identificado anteriormente, em décadas passadas, o Estado brasileiro nem sequer abria margem para qualquer discussão sobre conflitos ambientais e sociais decorrentes de suas ações. O ponto de partida dessa preocupação com as conseqüências de suas políticas públicas será o final da década de 1980 com o assassinato de Chico Mendes. Autores como Homma (2000) e Castro (2001a) delimitam esse momento como um marco, mesmo que trágico, onde os governos, de certa forma, passam a se preocupar mais com os resultados de suas políticas. Contudo, o que ocorre realmente, é o que Homma (2000) chama de “esverdeamento das políticas públicas”, ou seja, o Estado consegue ao mesmo tempo ter no seu discurso e inclusive nas suas ações, medidas mais sustentáveis. Por outro lado, incentiva e “escancara” a fronteira agrícola da soja no Pará que não está ocorrendo sem conflitos sociais.

Sem dúvida, o ano de 1988, serviu como divisor de águas para a Amazônia. O lado negativo decorreu da importância da pressão internacional para modificar as políticas internas do País e, do mimetismo que passou a prevalecer nas políticas públicas e a Amazônia como uma mercadoria de troca (HOMMA, 2000, p. 65).

Desta forma, essa questão ambiental antes passada despercebida, ganhou repercussão internacional, como destaca Homma (2000), ocasionado mudanças nos governos, mesmo que isso não tenha sido significativo e tenha ficado apenas na retórica. No caso do Estado do Pará não foi diferente.

Portanto, ao ser analisado o desenvolvimento ocorrido na Amazônia e no Pará, com seus mega projetos, transpareceu que as práticas políticas pensadas para a Amazônia sempre provocaram muitas transformações nas vidas das pessoas onde essa intervenção foi direta. Essas mudanças se deram principalmente, segundo Homma (2000), em aspectos relacionados a mudanças sociais, econômicas e políticas. Isso porque os usos de tecnologias avançadas sempre estiveram presentes com a idéia de desenvolvimento pensada para a Amazônia.

Mas e hoje? Qual o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo paraense nesse momento de expansão de fronteira agrícola da soja? Trata-se de progresso econômico? Para ajudar nessa análise são consultados alguns autores como Sztompka (1998), Brito e Ribeiro (2003), Gutbelert (2002) entre outros.

Para Sztompka (1998), a noção de progresso é muito antiga com significativa influência desde seu aparecimento, em tempos remotos. A explicação para tão longa trajetória está na própria condição humana: “o eterno hiato entre a realidade e as aspirações, a existência e os sonhos. Essa permanente tensão entre o que as pessoas têm e o que gostariam de ter, entre o que são e o que gostariam de ser” (SZTOMPKA, 1998, p.68). O conceito de progresso então, alivia essas tensões existenciais, projetando para o futuro a esperança de um mundo melhor e dando como certo a esperança de sua realização.

As primeiras noções de progresso podem ser encontradas na Grécia antiga. Os gregos observaram um mundo em processo de crescimento, de desdobramento gradual de potencialidades, passando por estágios determinados (épocas), produzindo avanços e melhorias. A segunda origem do conceito de progresso se encontra na tradição religiosa judaica. A ênfase bíblica nos profetas e profecias implica uma imagem da história como sagrada, guiada pela vontade ou providência divina e, portanto, predeterminada, irreversível e necessária. O desígnio histórico que se impõe a toda humanidade está presente desde os primórdios, desdobrando-se em acontecimentos concretos, terrenos, culminando na futura idade de ouro, milênio, paraíso. Na idade média alguns novos elementos foram acrescentados à noção de progresso, como a de que o conhecimento humano cresce “incremental” e “cumulativamente” através do tempo. É nesse período também, que aparecem as primeiras utopias elaboradas de imagens idealizadas do paraíso terrestre, a sociedade perfeita a ser atingida no futuro.

Outro marco para este conceito, foi a contribuição das descobertas de outros povos. Segundo Sztompka (1998), declarava-se que a variedade de povos e culturas era devido aos diferentes estágios de **desenvolvimento, ou de progresso**, atingidos pelas diferentes sociedades:

As mais primitivas são vistas como situadas nos estágios iniciais, mostrando às mais civilizadas a imagem de seu próprio passado; estas, por sua vez, representam estágios superiores, oferecendo às mais primitivas um vislumbre de seu futuro. Existem os pressupostos de uma trajetória comum ao longo da qual todas as sociedades se movem (SZTOMPKA, 1998, p.70).

O iluminismo trouxe algumas novas contribuições ao desenvolvimento da noção de progresso. Foi sugerido um critério secular deste conceito, qual seja, o avanço constante do conhecimento e da ciência. Já no século XIX, batizado como a “Era do Progresso”, esta idéia impregna no senso comum, “torna-se universalmente aceita em filosofia, incorpora-se à literatura, à arte e à ciência” (SZTOMPKA, 1998, p.72).

Assim, quando for pensado o conceito de progresso não se deve relacioná-lo diretamente ao progresso econômico. Pode ser considerado como sinônimo de desenvolvimento, sendo seus elementos principais: a) a noção de “tempo irreversível”. Progresso é a diferença positivamente mensurável entre o passado e o presente (progresso adquirido), ou entre o presente e o futuro (progresso esperado); b) idéia de “movimento direcional”, em que nenhum estágio se repete, e em que cada estágio posterior está relativamente mais próximo de certo estágio-final; c) idéia de “progresso cumulativo”, que pode ser incremental, passo a passo, ou revolucionário, mediante saltos; d) progresso passaria por “estágios necessários” (fases, épocas); e) processo inevitável, *necessário*, “natural”, que não pode ser detido; f) A noção de “aperfeiçoamento”, avanço, melhoramento, isto é, a avaliação de cada estágio consecutivo do processo como relativamente melhor do que o precedente, culminando no estágio final do qual se espera a completa realização de valores desejados como **felicidade, abundância, liberdade, justiça, igualdade**.

Portanto, a idéia de progresso ou desenvolvimento associa-se a valores, onde o mesmo não é puramente um conceito (objetivo, descritivo, independente), é antes de tudo uma categoria de valor, ou seja, o mesmo processo pode ser concebido como progressivo, ou não, dependendo dos valores referenciais assumidos. Estes variam enormemente entre pessoas, grupos, classes, nações. O que constitui progresso para alguns pode não sê-lo para outros. Deve-se sempre perguntar então: progresso para quem e sob que aspectos? Desta forma, quando se analisa o processo que está ocorrendo atualmente no Pará, com a expansão da soja, deve-se ter clareza sobre qual desenvolvimento se quer. O sustentável que considera aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos ou o meramente econômico ligado a um desenvolvimento a qualquer custo?

Segundo Brito e Ribeiro (2003), quando se pensar em um processo de desenvolvimento deve-se ligar este com a modernização da sociedade, tem-se que repensar a relação entre os homens e a natureza. Isso porque o conceito de desenvolvimento ainda é visto como “modernizador pautado no progresso e aprimoramento da técnica”. É a idéia de crescimento, ou

melhor, crescimento econômico. Por essa razão o dilema do desenvolvimento ganhou apenas uma complexidade na sua execução.

Este paradigma traz consigo transformações rápidas com sérias conseqüências socioambientais de médio e longo prazo e em larga escala. O problema maior é que o discurso oficial tem incorporado um forte componente ambiental, sem, porém, definir com clareza, como isso acontecerá na prática. O resultado disso, mesmo com um discurso de um “desenvolvimento sem devastação”, são índices alarmantes de desmatamentos, como foi anunciado:

Amazônia tem equivalente a um Estado de Sergipe desmatado ao ano. Os Estados com maior abrangência de áreas desmatadas são o Pará e o Mato Grosso. Cerca de 20 mil a 25 mil quilômetros quadrados são desmatados por ano na Amazônia, ou o equivalente a um Estado de Sergipe, segundo revelou a pesquisa de desenvolvimento sustentável divulgada hoje pelo IBGE. O desflorestamento, ou desmatamento na Amazônia Legal saltou de 440 mil quilômetros quadrados em 1992 para 631 mil quilômetros quadrados em 2002 (Amazônia tem equivalente a um Estado de SE desmatado ao ano, 04/11/2004, Agência Estado).

Deste modo, como afirma Gutbelert (2002), fala-se muito em desenvolvimento sustentável, porém, muito pouco se sabe de sua prática. Antes de qualquer coisa é necessário definir o conceito de sustentabilidade, formulando critérios e indicadores que servirão de pré-requisitos para orientar e indicar formas sustentáveis de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais, auxiliando no monitoramento dos seus impactos e benefícios. Como premissa inicial, é importante ampliar o debate sobre o tema e discutir o significado de sustentabilidade em relação à produção, ao consumo e ao uso e ocupação de espaços. Como alcançar sustentabilidade econômica, ecológica, social e cultural ao mesmo tempo? É preciso refletir sobre o conceito não apenas como uma construção teórica, mas aplicá-lo na prática.

Esta preocupação existe no discurso político que tenta evitar as aparentes contradições em torno do conceito da sustentabilidade. Relatórios, documentos oficiais e discursos são “enfeitados” com esta palavra “mágica” (desenvolvimento sustentável). Na prática, porém, prevalece a prioridade econômica.

Por outro lado, quando se pensar num desenvolvimento sustentável há de se ter em mente que este é um processo político e que deverá levar em consideração aspectos econômicos, sociais, éticos com ativa participação da sociedade civil organizada. Esta é uma questão muito polêmica e

difícil de por em prática, uma vez que significa discussões e gestão de conflitos entre agentes com interesses muitas vezes antagônicos.

Por fim, ao ser analisado o paradigma de desenvolvimento pensado para o Pará, verificou-se a existência do que Aquino (2003) chama de “viés modernizador” que continua orientado as políticas públicas. Estas, parecem ter sido criadas e implementadas “de acordo com a perspectiva na qual a Amazônia parece ser uma territorialidade sem povo, sem identidade, homogênea nos seus aspectos físicos, um espaço a ser transformado, segundo as necessidades do mercado” (AQUINO, 2003, p.85).

Com a entrada da soja e conseqüente uso da alta tecnologia que “invade” a realidade de pequenos agricultores, há uma preocupação com as conseqüências das atividades de riscos e com os impactos ambientais. Entretanto, limita-se a retórica. Há na verdade uma tentativa de conciliar as questões comerciais, que muitas vezes acarretam em grandes impactos ambientais, com o desenvolvimento sustentável, resultando em conflitos sociais, já que o Estado não consegue acompanhar as mudanças e impactos causados com investimento no Agronegócio, contradizendo o “**desenvolver sem devastar**”.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA EM ESTUDO: COMUNIDADE DO CORTA-CORDA

2.1. Santarém: rota de exportação e fronteira agrícola da soja

A Comunidade do Corta-Corda localiza-se no município de Santarém, que possui uma área de 26.058 km², ao norte do Brasil e a oeste do Estado do Pará (Figura 1). A cidade de Santarém é banhada por dois grandes rios, o Amazonas e o Tapajós.



Figura 1. Mapa de localização do município de Santarém

Fonte: Retirado de <<http://www1.folha.uol.com.br/brasil-santarem.shtml>> Acesso em 10/06/2004

A população do município é de aproximadamente 300 mil habitantes. A economia, tradicionalmente, volta-se para a agricultura, pesca, pecuária, comércio, extrativismo e turismo. Basicamente, sempre foi uma produção direcionada à subsistência. Após a abertura da fronteira agrícola da cultura da soja, houve um grande impulso na produção de grãos como o arroz, o milho e a soja.

Essas transformações obviamente não surgem do nada, possuem alguns marcos importantes segundo Homma (2003), uma espécie de linha do tempo sobre a cultura da soja na

Amazônia, minuciosamente detalhada pelo autor (Quadro 2). Entre estes, destacam-se as seguintes:

Quadro 2. Linha do tempo sobre a cultura da soja na Amazônia

Ano	Acontecimentos/marcos
1954	Experiências de cultivo de soja nas várzeas do rio Guamá, Belém, Pará, pelo Instituto Agrônomo do Norte – IAN, que foi apresentado no I Congresso Brasileiro de Nutrição, realizado no Rio de Janeiro
1958	O agricultor cearense José Quincó chegava a Santarém, fugido da seca, que iria se tornar no primeiro produtor de soja naquele município, em 1996
1960	Primeira vinda de imigrantes japoneses para o Maranhão, que foi estabelecida no município de Rosário. Posteriormente, foram efetuadas experiências com plantio de soja para a produção de doméstica de shoyu.
1962	Segunda entrada de imigrantes japoneses no Maranhão, estabelecendo-se na Colônia de Pedrinhas, em São Luís. Foram feitas tentativas de plantio de soja para produção doméstica de shoyu, para consumo dos migrantes, face a inexistência desse produto no mercado.
1964	O Brasil passa a ser o terceiro produtor mundial de soja, superando a Indonésia
1970	A CVRD iniciou suas atividades na Amazônia e sofreu processo de privatização em maio de 1997
1971	Experiências de cultivo de soja em áreas de terra firme na sede do Instituto de Pesquisa Experimentação Agropecuária da Amazônia Ocidental – IPEAAOc, pelo agrônomo Antônio Augusto Silva Costa, em Manaus
1974	Forte entrada de produtores procedentes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, no sul do Maranhão, que se tornaram produtores de soja
1975	Criação da Embrapa Soja, em 16 de abril, com a função de viabilizar o cultivo da soja no Brasil, cuja produção restringia-se na região Sul e as cultivares utilizadas na época eram oriundas dos Estados Unidos
1976	Início do Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado – Prodecer Blairo Maggi inicia suas atividades no plantio da soja, em Itiquira, no Sul de Mato Grosso.
1977	O produtor holandês Leonardus Phillipsen efetua o primeiro plantio comercial de soja de 32 hectares, no município de Balsas, Estado do Maranhão
1978	Iniciada a construção da Estrada de Ferro Carajás.
1979	O grupo do International Development Center of Japan, visitou no período de 16/08 a 15/09, a futura área do Programa Grande Carajás para elaboração de uma proposta de desenvolvimento a ser financiada pela JICA
1980	No dia 24/11, através do Decreto-Lei 1.813, foi criado o Programa Grande Carajás
1981	Em abril a JICA entregou a versão completa dos estudos intitulada “Amazônia Oriental – Plano preliminar de desenvolvimento”, visando investimentos em infra-estrutura para os pólos industriais, agrícolas, pecuários e de reflorestamento. Aparece pela primeira vez a idéia de utilizar 3,9 milhões de hectares para a produção de grãos
1982	Em outubro é lançado o relatório “Diagnóstico da Bacia do Araguaia-Tocantins”, estudo coordenado pelo Ministério do Interior e a Organização dos Estados Americanos Assinatura do acordo de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a JICA para estudar o potencial do Programa Grande Carajás Início do plantio da soja em Rondônia através da iniciativa de dois produtores que cultivaram 60 ha
1983	O Ministério da Agricultura apresenta o documento intitulado “Programa Grande Carajás Agrícola – Versão Preliminar”, em seis volumes, no qual previa o plantio de 238 mil hectares de soja mecanizada
1989	Instalação da Ceval Alimentos, no Maranhão
1990	Implantação do Programa Corredor de Exportação Norte, pelo governo federal, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins
1991	Ceval Agroindustrial Ltda. muda a razão social para Ceval Alimentos S/A
1992	Emeleocípio Botelho de Andrade assume a Diretoria Geral da Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará e começa a elaborar a proposta da introdução do cultivo da soja no Estado do Pará, como alternativa para as áreas degradadas
1994	Em 29/04, o Secretário de Agricultura Carlos Alberto da Silva Franco, lança, em Belém, o Plano Operativo de Política Agrícola: Pará Rural, destacando a formação do Pólo Agroindustrial da Soja nos Cerrados da Região Sudeste do Estado do Pará, elaborado pelo agrônomo Emeleocípio Botelho de Andrade, da Embrapa Amazônia Oriental No dia 14/06, o Pará Rural, foi lançado em Conceição do Araguaia, enfatizando a produção de soja
1995	Em janeiro, Emeleocípio Botelho de Andrade, instala o primeiro experimento de soja, visando expandir essa

	cultura no Estado do Pará, na fazenda “Campo de Boi”, em Ipixuna, de propriedade de Marcos Marcelino
1996	Primeiro plantio experimental de soja na Fazenda Nova Neonita, em Paragominas A Agrária Engenharia e Consultoria S/A e o Grupo Quincó estabelecem o primeiro plantio experimental-comercial de soja de 49,4 hectares, na Fazenda Diamantino, localizado na estrada Curuá-Una, km 12, no município de Santarém.
1997	Primeiro plantio comercial de soja, em 545 hectares, no Estado do Amazonas, na região de Humaitá Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados entre BNDES/Embrapa, assinado no dia 12 de julho, para avaliação de possibilidades de plantio de soja nos Estados do Pará, Amazonas e Roraima Primeira colheita comercial de 330 hectares de soja em Paragominas, 30 hectares em Redenção (Leonir Rosseto) e 50 hectares em Santarém. A Agrária Engenharia S/A procedeu a exportação de 165 t de soja de Santarém para Rotterdam - Embarque da primeira produção comercial de soja nos municípios de Redenção e Conceição do Araguaia, Estado do Pará, em Imperatriz
1998	No dia 26 de agosto é feito o primeiro embarque de soja produzida nos municípios de Redenção e Conceição do Araguaia, em Marabá
1999	Realização, no período de 15 a 16 de dezembro, do Seminário Produção Intensiva de Soja e Outros Grãos na Amazônia: Potencialidades e Limitações, promovido pela Embrapa Amazônia Oriental, em Belém, Pará No dia 13 de setembro, o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia, realizou pela primeira vez, um seminário para avaliar os impactos da expansão da soja na Amazônia No dia 18 de junho, o Juiz Federal Titular da 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determina a proibição do plantio e comercialização da soja geneticamente modificada Roundup Ready e que a Monsanto e a Monsoy apresentem o Estudo Prévio de Impacto Ambiental No dia 28 de maio chegou uma caravana de 75 caminhões vindos do município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, transportando 2.000 toneladas de soja pela Cuiabá-Santarém, recepcionados pelo Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, como uma reivindicação para o asfaltamento da rodovia. A soja foi embarcada em Itaituba após percorrer 1.100 km dos quais 900 km em estrada de terra e seguiu para Itacoatiara para serem embarcadas para a China. O empresário José Diamantino, do grupo Revemar, efetuou o primeiro plantio de soja em Marabá, em uma área de 115 hectares No início do ano o Procurador da República Felício Pontes Júnior move ação solicitando a realização de estudos de impacto ambiental antes da licitação do porto de Santarém No dia 23/11 foi assinado o contrato entre a CDP e a Cargill para a instalação do porto em Santarém, no prazo de dois anos No dia 04/06 foi efetuado o primeiro embarque de soja do oeste paraense pelo Porto de Santarém
2000	Mato Grosso torna-se o maior produtor de soja do país, superando o Estado do Paraná, com quase 9 milhões de toneladas
2002	No dia 07/06 foi cravada a primeira estaca da ponte de acesso do porto da Cargill, em Santarém
2003	No dia 14 de abril foi inaugurado o complexo da Cargill para exportação de soja, em Santarém, Pará No período de 18 a 19/12, em Belém, foi realizado o Seminário “A Geopolítica da Soja na Amazônia”, patrocinado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, Embrapa Amazônia Oriental e Amigos da Terra
2004	No dia 09/01 o juiz federal Nelson Loureiro dos Santos atendendo a determinação do juiz federal Airton Portela, reeditou a liminar que tinha sido cancelada do juiz federal Fabiano Verli, determinando a paralisação das atividades do Porto de Cargill, em Santarém. No dia 15/01, o desembargador federal-relator Carlos Olavo, do tribunal regional Federal da 1ª Região cancela a paralisação das atividades do Porto da Cargill, em Santarém, determinadas pelo juiz federal Nelson Loureiro dos Santos

Fonte: Homma (2003)

Muitas dessas ações surgiram e foram implementadas pela ação de grupos particulares, porém, com a participação intensa e importante de órgãos de pesquisa e dos Estados. Não é á toa que em 1999, ações bem específicas e direcionadas ao agronegócio da soja foram inseridas pelo

Estado do Pará no PPA 2000-20003 *Avante Pará: agronegócio o Pará investe nisso!* Enfatizando Santarém como área apropriada para a expansão desta cultura, devido a condições favoráveis (solo e clima) à sua implementação. Essas ações foram traçadas pelo governo do Pará através do programa Pão Nosso com o apoio de grupos e interesses da iniciativa privada.

A chegada da soja à Amazônia deflagra, de imediato, uma disputa entre grupos conflitantes entre si num emaranhado contexto de relações sociais. A atração dessa cultura se faz ainda maior nessa área devido principalmente:

- Aos baixos preços da terra;
- Aos incentivos financeiros oficiais através de investimentos do BASA para a compra de máquinas, insumos agrícolas e construção de silos e armazéns;
- Às condições favoráveis de mercado, que fizeram com que a produção de soja penetrasse rapidamente nas regiões;
- Ao estabelecimento de uma rede de pesquisa (EMBRAPA) da soja envolvendo o poder público federal e estadual e grupos privados;
- A construção de projetos de implantação de infra-estrutura, como a ampliação do porto da cidade, a construção de um terminal graneleiro para exportação de grãos e a pavimentação da Santarém-Cuiabá com o objetivo de melhorias nos sistemas viários, portuários e de comunicações, facilitando e agilizando o transporte e as exportações, através da Cargill¹⁰ em Santarém.

As transformações no município e demais áreas do oeste paraense são explícitas. Áreas antes destinadas à agricultura familiar de subsistência dão margem agora a um novo sistema de cultivo de arroz, soja ou milho num processo moderno, altamente mecanizado, fazendo contraste à realidade local. Não é à toa que foi anunciado um crescimento de 150% da safra de arroz¹¹ em Santarém com rumo certo: mercado internacional. No entanto, os agricultores locais ainda empregam métodos tradicionais de cultivo, com baixo rendimento, direcionado na sua maioria, para a subsistência.

¹⁰ A obra foi questionada e posteriormente embargada pelo Ministério Público Federal por não ter Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

¹¹ Área plantada cresce 150% no oeste do Pará, 19/07/2003, www.pa.gov.br. Em Santarém há uma dobradinha arroz/soja. Depois de plantar arroz os agricultores estão plantando soja. Por isso, justifica-se a grande quantidade de arroz.

A questão da soja remete a uma dupla face de um mesmo processo. Há o que Homma (2000) chama de um conjunto de riscos e oportunidades conflitantes entre si e que não tem mais controle do governo, agem *per se*.

Os resultados, porém, já são visíveis. Entre eles:

- A Evolução do desmatamento (Anexo 1), pois a soja no Pará não está ocupando apenas áreas já desmatadas anunciadas pelo governo paraense, como se visualiza na Figura 2.

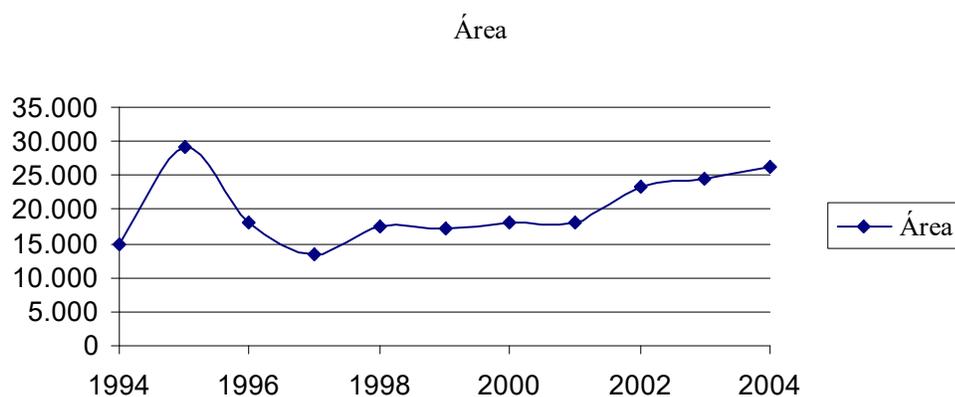


Figura 2. Área desmatada em ha no período de 1994-2004 na Amazônia.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2005

- Concentração de terra através de compra ou grilagem, resultando em conflitos agrários;
- Efeitos hidrológicos de culturas irrigadas;
- Alto grau de utilização de insumos químicos causando prejuízos a pequenos produtores e a populações residentes em suas imediações com a aspersão desses agrotóxicos;
- Poluição das águas e ar, entre outros, são desconsiderados pelo agronegócio, governos e a maior parte da mídia, ou no máximo debitados à conta dos custos naturais que a população tem que pagar para o país progredir;
- Deslocamento de camponeses para a sede do município, em decorrência da compra ou invasão de suas terras e a esperança de que na cidade seus problemas estarão resolvidos.

Assim, diante de tal processo político, social e econômico, como uma comunidade campesina, localizada em Santarém, impactada por tais intervenções, reage a essas

transformações em sua realidade? Para isso, é preciso caracterizar a comunidade nos seus aspectos socioambientais.

2.2. Comunidade do Corta-Corda: aspectos socioambientais

A Comunidade do Corta-Corda está localizada no entorno da Usina Hidrelétrica (UHE) Silvio Braga, à margem do rio Curuá-Una, a uma distância de 80 km a sudeste do município de Santarém (Pa), no Baixo Amazonas. Sua ligação com a cidade de Santarém se dá por meio da Rodovia PA – 370 (Santarém/Curuá-Una) e suas coordenadas são de: 02°47'22" e 54° 17'30" (Figura 3).

A comunidade está inserida no Projeto de Assentamento (PA) **Corta-Corda**¹², que compreende uma área de 52.059 ha, aproximadamente, localizado no Município de Santarém com capacidade física para assentar 468 famílias. Atualmente existem nove comunidades no PA Corta-Corda, a saber: Cícero Mendes, Bom Futuro, Água Azul, São Francisco da Água Azul, Lagoa Azul, São Pedro, Moreá, **Corta-Corda** e Praia Chata, totalizando aproximadamente 331 famílias, com uma média de 5 pessoas/família.

Corta-Corda é uma das onze comunidades que compõem a área de entorno do rio Curuá-Una, as demais são: Porto Novo, Porto Alegre, Poraquê, São José da Água Branca, Castanheira, Tambor, Xavier, Santa Maria do Aru, São José do Aru e Bananeira. A população total dessas comunidades é estimada em 1.900 (mil e novecentos) pessoas distribuídas ao longo do rio. A Comunidade do Corta-Corda possui aproximadamente 44 famílias, com 250 pessoas morando na área.

¹² Projeto de Assentamento (PA) Corta-Corda, denominação do imóvel é Gleba Pacoval, desapropriação através da portaria nº 76 de 19 de novembro de 1997.

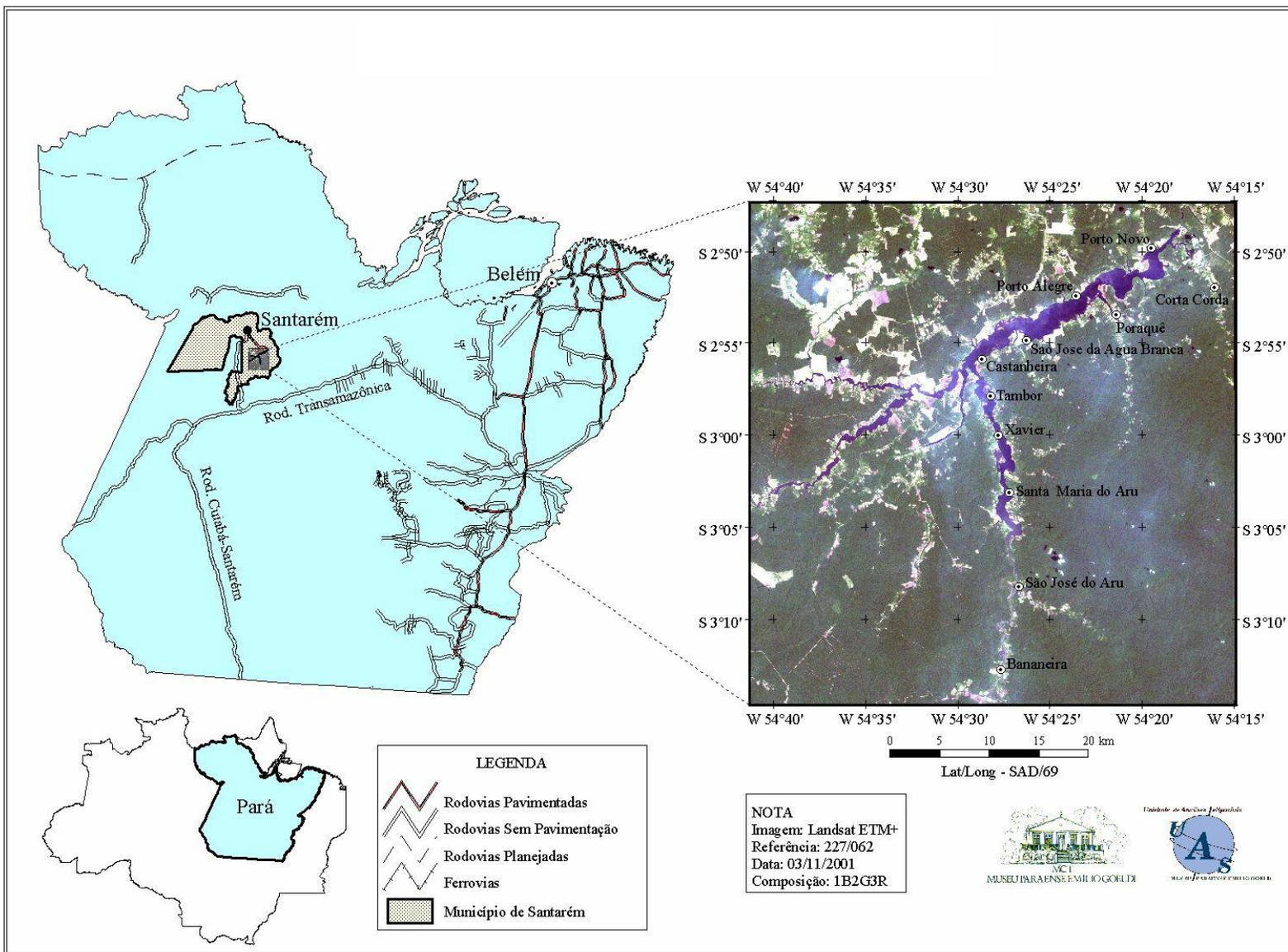


Figura 3. Mapa de localização da Comunidade do Corta-Corda

Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto do Museu Paraense Emílio Goeldi/ Jorge Gavina Ferreira

Essa comunidade, assim como as demais, não se encaixa no modelo sociológico clássico de comunidade. Isso porque normalmente este conceito vem embutido de algumas características que lhe parece próprio: aconchego, companheirismo, solidariedade, confiança mútua, ou seja, uma idéia de pertencimento. Essa discussão já foi levantada por vários autores das ciências sociais como Tönnies (1989) e Nisbet (1988), que geralmente definem comunidade como sendo aquela na qual há um senso comum de interdependência e integração e sua união estaria baseada numa abstração, num estado de espírito reconhecido como uma espécie de *sentimento de comunidade*. E mais, que o elemento fundamental que representaria justamente o contrário do que seria comunidade, ou melhor, de relações não comunitárias, seria justamente a competição ou o conflito.

Há assim, impregnado nessa abordagem, uma visão nostálgica e romântica do passado: a pressuposta coesão emocional e a “vida boa” da comunidade tradicional. Algo que a sociedade moderna teria perdido e somente alguns grupos privilegiados ainda a possuiriam. Assim, partindo desse conceito tradicional de comunidade, Corta-Corda, em meio a conflitos sociais, não seria uma comunidade.

Franco (1997) destaca o descaso dado pelos estudos de comunidades em relação a elementos de conflito ou violência, ou seja, de qualquer componente que represente alguma ruptura ou tensão. Isso se deve ao fato, segundo esta autora, de que a “caracterização sociológica da relação comunitária se baseia na existência de um consenso, da recíproca determinação de vontades e da inclinação, em um mesmo sentido, das pessoas que dela participam” (FRANCO, 1997, p. 24).

Diante de uma realidade social rural tão complexa, o conceito de comunidade que será adotado neste trabalho está relacionado ao conceito descrito por Franco (1997), ou seja, a de comunidade como sendo aquela composta além de laços de ajuda mútua, de solidariedade entre os membros, de **elementos integradores**, é composta também, por elementos de **ruptura e tensão**. Esses elementos ao contrário do que se pode imaginar, não são ameaçadores das relações comunitárias, mas sim **constitutivos** do sistema social.

Desta forma, como destaca Hebéte (2002), os espaços que compõem a vida em comunidade como os espaços físicos, econômicos, políticos e culturais são compostos de relações de solidariedade e de conflito ligados intrinsecamente, e é justamente isso que vai garantir a sua reprodução social.

Assim, além deste caráter conceitual do que vem a ser comunidade, aborda-se outros aspectos referentes à escolaridade, idade, organização social, infra-estrutura, saúde, principais atividades econômicas, origem e questão fundiária, financiamento, dívidas e uso dos recursos naturais pelos camponeses.

Dados educacionais

Foram entrevistados 50% das famílias da Comunidade do Corta-Corda (N=44), totalizando 22 famílias, com média de 6 pessoas em cada.

Na comunidade, o nível de escolaridade pode ser considerado muito baixo. A maioria (43%) possui uma média de quatro anos de estudo, ou seja, cursaram da 1ª a 4ª série do ensino fundamental. O número de analfabetos foi de 24%; 19% assinam apenas o nome e 14% tinham o ensino fundamental completo como é verificado na Figura 4. Todas as comunidades do entorno do rio Curuá-Una possuem escolas de 1ª a 4ª série obrigatoriamente, devido as dificuldades de acesso das crianças a outras comunidades. Não foi verificado, entre os entrevistados, ninguém com o ensino médio completo ou incompleto, pois não foram entrevistados os (as) professores (as), que geralmente são as únicas pessoas que possuem este grau de instrução.

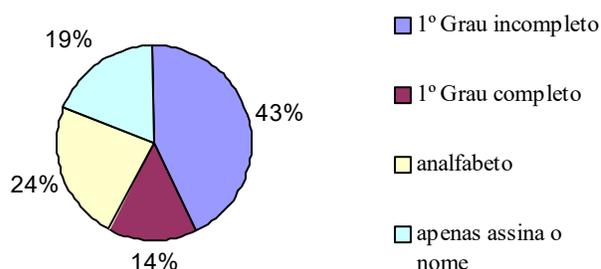


Figura 4. Escolaridade dos entrevistados da Comunidade do Corta-Corda

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

A vontade de ultrapassar o ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, faz com que muitos pais mandem, principalmente suas filhas, para a cidade de Santarém, Belterra ou outras comunidades

vizinhas onde hajam escolas com ensino, pelo menos, até a 8ª série. Essas adolescentes vão geralmente para casa de parentes, ou vão ainda trabalhar como domésticas ou babás. Isso já não acontece com os meninos, que continuam na comunidade para servirem de mão-de-obra em trabalhos considerados mais pesados.

Idade

Na Comunidade do Corta-Corda a população pode ser considerada jovem. Não há uma distribuição uniforme entre as faixas etárias. Há um número grande de crianças, tanto do sexo masculino como do feminino, dos 0 a 14 anos (46%), representando a base larga da pirâmide etária. Há também um número elevado de jovens de 15 a 24 anos (16%) onde 9% são de homens, corroborando com o que foi observado na comunidade e nas entrevistas, ou seja, as mulheres nessa faixa vão estudar ou trabalhar em outras áreas e os homens estão ficando. As faixas dos 25 a 39 anos representaram 17% da comunidade, assim como as faixas entre os 40 a 64 anos (17%). Nesta última foi encontrado um número maior de homens (10%) do que de mulheres (7%) que, segundo a pesquisa de campo, já estão viúvos ou estão separados de suas esposas. O grupo de 65 a 79 anos representou a minoria (4%) dos entrevistados, como se observa na Figura 5.

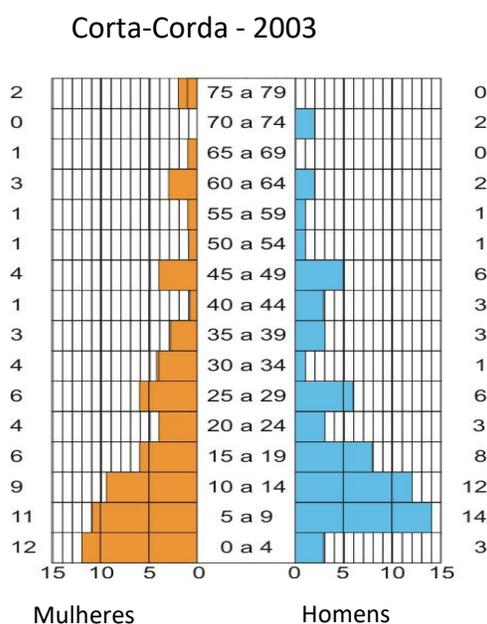


Figura 5. Faixas etárias dos entrevistados da Comunidade do Corta-Corda

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Organização social

A Comunidade do Corta-Corda possui uma associação chamada “Associação de Moradores União Corta-Corda”. Quando perguntados sobre a existência de organizações existentes na comunidade, 95% sabiam da ocorrência de alguma organização e o restante (5%) não sabia da existência de nenhuma. A Associação local foi a mais citada, ou seja, 71% dos entrevistados sabiam da sua existência. Mencionaram também, um Centro Comunitário (14%) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) (10%) (Figura 6). Este último, provavelmente foi confundido com a figura do delegado sindical, que é um membro da própria comunidade e que articula algumas reuniões do STR e recebe as mensalidades dos sócios.

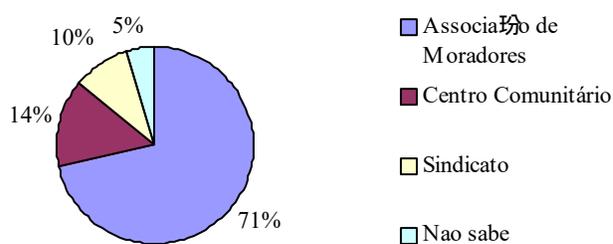


Figura 6. Organizações sociais identificadas na comunidade

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003

A maioria dos entrevistados participa de algum tipo de organização. Quando perguntados sobre suas participações em organizações sociais, 90% dos entrevistados disseram que participam; outros 10% disseram que não faziam parte de nenhuma organização. Número muito parecido aos que sabiam (95%) e dos que não sabiam (5%) da existência de organizações locais. A justificativa dos que não participam de nenhuma organização ou reunião, seja dentro ou fora da comunidade, é de que a mesma não possui local específico para encontros que ocorrem com frequência na escola e que fica distante para quem mora mais próximo ao rio Curuá-Una. Outro fator que dificulta maior participação é que, no período de trabalho de campo, o presidente da comunidade era também o presidente da Associação. Isso gerava muita confusão por parte da

comunidade, que não sabia ao certo qual o papel do presidente, dificultando assim sua representatividade.

Dentre as organizações mais citadas, o STR foi o que apresentou maior participação, 47% dos entrevistados; outros 33% fazem parte da Associação de Moradores União Corta-Corda e do STR conjuntamente; outros 10% fazem parte somente da Associação, como se pode observar na Figura 7.

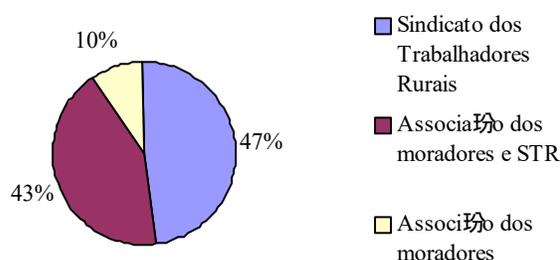


Figura 7. Organizações sociais dos quais os moradores fazem parte

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Todos os entrevistados acham importante a comunidade possuir organizações sociais. Justificam isso de diversas formas: “sem associação a comunidade não vai pra frente”, “mesmo que a associação ou cooperativa seja pequena você aprende a entender os outros”, “um grupo trabalhando junto consegue mais coisas”, “é bom ser unido com os vizinhos e pagar o sindicato para ter garantias”.

Estes relatos refletem a importância de estar associado, principalmente, ao STR, que foi a organização onde ocorreu um maior número de participação. Isso se deve a alguns motivos explicitados pelos próprios camponeses: a) a participação como sócio do STR facilita aposentadoria, pois através do sindicato poderão comprovar sua atividade agrícola junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e b) a busca por outros benefícios públicos como a licença maternidade pelas mulheres, ou algum benefício em caso de acidentes de trabalho. Isso demonstra visivelmente a falta de clareza de suas participações num Sindicato, dificultando, como se destaca mais à frente, a participação efetiva desses atores sociais na chamada esfera pública, que deveria ser mais política. Reconhecendo, com isso, que as

tentativas de organização e autonomização *sui generis* são encontradas, com sucesso muito variável. É importante distinguir, no entanto, as populações que conseguiram organizar-se e articular-se politicamente o suficiente para que certas reivindicações sejam atendidas ou ainda os grupos que recebem ajuda pública ou privada (ONGs, Igrejas) nacional ou internacional (são freqüentemente os mesmos) daqueles que estão ainda por fora desses circuitos, e que não tem como fugir das redes clientelistas locais (caso de muitos ribeirinhos) (LÉNA, 2002, p.11).

Infra-estrutura

Corta-Corda conta com a seguinte infra-estrutura: uma escola de 1ª a 4ª série multiseriada¹³; duas igrejas (uma católica e outra protestante), um campo de futebol, uma mercearia e uma pequena usina de beneficiamento de arroz. Esses espaços são áreas na comunidade que, segundo Hebéte (2002), facilitam os encontros entre os diversos atores sociais de diferentes idades e nos múltiplos aspectos: o econômico, o religioso e o cultural.

Todavia, são vários os problemas relacionados à infra-estrutura. Não há energia elétrica, o posto de saúde mais próximo não funciona e não existe um barracão comunitário para reuniões. Apesar do acesso à comunidade realizar-se tanto por via terrestre como por via fluvial, dependendo do mês e da quantidade de chuva, os comunitários do Corta-Corda ficam isolados, com a sua produção comprometida e forçados a “subirem” o igarapé de canoa ou em pequenas rabetas¹⁴.

Essas dificuldades abrem caminho para algumas negociações. Os novos atores sociais, os chamados “gaúchos” (que serão caracterizados mais adiante), usam tal carência infra-estrutural como moeda de troca. Segundo Loureiro (2002), nas sociedades modernas, ações que visem a construção de estradas, serviços de saúde, de educação, de justiça, entre outras, ficam a cargo do Estado. Contudo, neste aspecto, na comunidade em questão, o mesmo encontra-se pouco presente, o que abre caminho para que esta precariedade se transforme numa das alternativas de barganha dos gaúchos com os camponeses. Isso porque será justamente a promessa de viabilização dessas infra-estruturas, como: a construção de estradas, barracões comunitários, balsas (para atravessar a soja e demais produtos dos camponeses de uma margem a outra do rio Curuá-Una), ônibus para transportar as mercadorias para a cidade, que estão sendo oferecidas em troca de compra de

¹³ Funcionam na mesma sala de aula turmas de 1ª a 4ª séries com uma única professora.

¹⁴ Pequena embarcação movida a gasolina com motor de pequeno porte que varia de 2 a 19 hp (força) com eixo comprido medindo aproximadamente 2 metros.

grandes áreas. Segundo um dos entrevistados, os “gaúchos” chegaram a afirmar que “tudo iria mudar”, que eles iriam “fazer o que o Estado não tinha feito até agora”.

Esse é um dos motivos, como será visto mais adiante, que faz com que o conflito permaneça de forma latente resultando, até certo ponto, na divisão da comunidade. Neste aspecto, destacam-se Simmel (1983) e Rubin et al (1986), que salientam que um conflito é latente quando ele ainda não se manifestou, e, numa negociação, geralmente há uma estratégia de manipulação de determinados atores (troca de espaço social e de terra na comunidade por infra-estrutura), resultante, na maioria da vezes, da incapacidade de barganhar e de ter o que barganhar de uma das partes. Desta forma, a falta de infra-estrutura vira uma “arma” poderosa de negociação ou imposição onde apenas um dos lados pode negociar e decidir.

Saúde

Os maiores problemas de saúde identificados na comunidade pelo agente comunitário de saúde foram: a diarreia, em função da água, e a gripe. A malária, que já foi um grande problema na área, está controlada. O serviço desenvolvido pelo agente de saúde é o de prevenção. No caso da água, é distribuído o hipoclorito de sódio aos comunitários. Há ainda o aconselhamento sobre a construção do sanitário e o aviso sobre as vacinas. Quando alguém adoece, ele encaminha para o posto de saúde mais próximo ou para a cidade de Santarém. As mulheres têm seus filhos normalmente em casa com parteiras, ou como foi dito por um dos entrevistados “elas tem filho pela estrada, bem na estrada ou no meio do rio na canoa”. A mortalidade infantil também é praticamente zero segundo agente de saúde.

Principais atividades econômicas

A agricultura foi caracterizada na Comunidade do Corta-Corda como a principal atividade dos moradores (95%), como se observa na Figura 8. É uma agricultura praticada de forma tradicional, “de corte e queima”, com algumas variações devido às características trazidas pelos moradores de outros estados, principalmente do nordeste brasileiro. São variações de como tratar a terra, período de plantio, desenho e disposição das plantas no terreno, entre outros. Os principais produtos plantados na área são: mandioca, feijão, milho, arroz, algumas frutas e pimenta-do-reino. A maioria é plantada para a subsistência, com exceção da maniva, que é para a

produção e venda da farinha, o arroz e a pimenta-do-reino. As duas últimas, em alguns casos, foram subsidiadas com recursos do Banco da Amazônia (BASA), e direcionadas para o comércio.

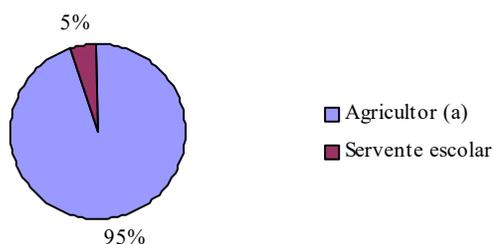


Figura 8. Principais atividades dos moradores entrevistados

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Além da agricultura, existem outras atividades, como será visto posteriormente, como a caça, a pesca artesanal e extrativismo, que também fazem parte da cultura do caboclo e da realidade amazônica. Ressalta-se desta forma, que estas são características marcantes do campesinato brasileiro, já descrito em obras como a de Wagley (1977), que observava desde o século XIX, um revezamento entre essas atividades, tendo na farinha de mandioca o principal produto da agricultura que permanece até hoje.

Porém, foi observado, que além dos recursos financeiros provenientes da agricultura (51%), há um grande número de benefícios governamentais que os camponeses consideram importantes no complemento da renda ou, em alguns casos, o próprio “sustento da família”. Entre esses benefícios há o recebimento de bolsa escola, aposentadoria e pensão, que somam 49% do total dos recursos que entram na casa, como se observa na Figura 9. Esta é uma característica apresentada por Hebéte (2002) como própria do campesinato que não possui apenas uma atividade econômica, mas sim um leque de alternativas que irão complementar sua atividade agrícola.

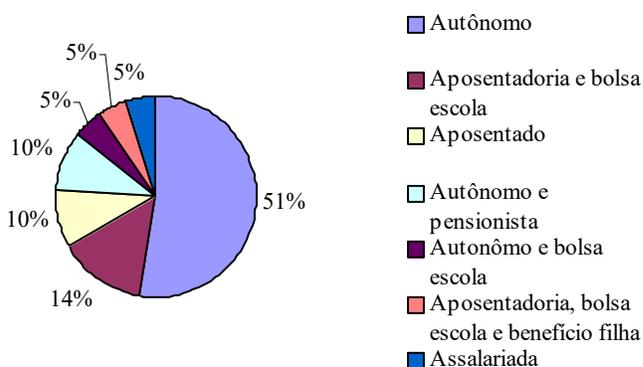


Figura 9. Outras fontes de recursos dos camponeses

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Origem e questão fundiária

Com a aplicação do formulário observa-se que as pessoas que residem na Comunidade do Corta-Corda representam uma população relativamente recente na área. São camponeses recém-chegados à região, visto que 57% dos entrevistados estão na área há menos de 20 anos, como se observa na Figura 10.

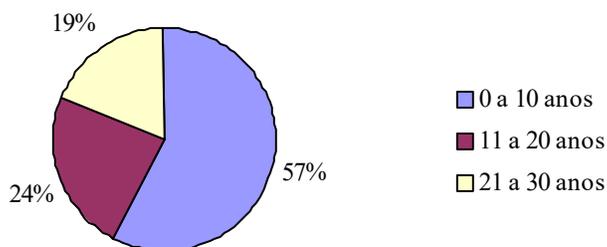


Figura 10. Tempo de moradia na área

Fonte: Banco de Dados Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

A Comunidade do Corta-Corda é atualmente ocupada por migrantes provenientes de municípios do Pará (47%), e 53% de outros estados brasileiros, como Maranhão (24%), Ceará (14%), Paraná (5%), Piauí (5%) e Mato Grosso (5%) (Figura 11).

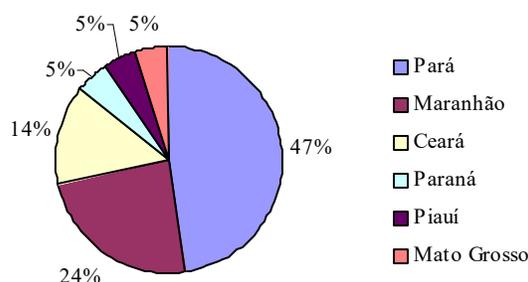


Figura 11. Origem dos moradores do Corta-Corda

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Os principais motivos que os trouxeram para as margens do rio Curuá-Una, foram: disponibilidade e oportunidade de terra (66%), possibilidade de trabalho agrícola (10%), disponibilidade de possuir sua própria terra e trabalho (10%), abundância de produtos extrativistas (9%) e a existência de laços familiares na área (5%), conforme Figura 12. Antes de irem para Corta-Corda a maioria já havia passado por outras áreas trabalhando principalmente em agricultura, garimpo e criação de gado.

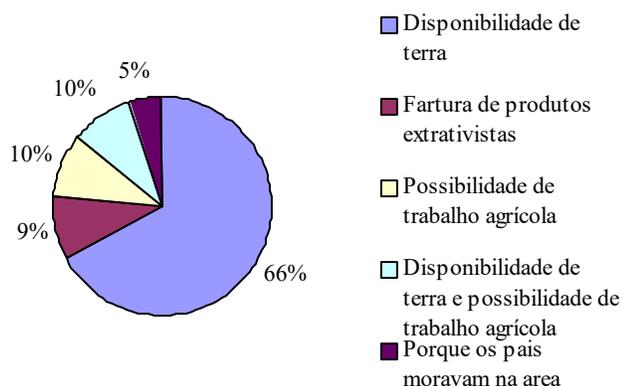


Figura 12. Motivos que atraíram os moradores ao Corta-Corda.

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Essa realidade reflete a situação fundiária na área. Em levantamentos realizados por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi¹⁵ ao INCRA/SR-Pa, verificou-se que toda área de entorno da UHE é de propriedade da União, estando sob a administração do INCRA dois Projetos de Assentamento, sendo um deles o PA Corta-Corda (Gleba Pacoval)¹⁶, município de Santarém.

A forma de ocupação da Comunidade do Corta-Corda é um elemento importante para se entender esse processo conflituoso. Como foi visto anteriormente, a chegada dos camponeses se deu em diferentes épocas e de diferentes locais, principalmente do nordeste brasileiro, atraídos pelos mais variados motivos. E, apesar dessa pluralidade se pode estabelecer e dividir esse movimento migratório em três momentos de maior relevância: a) o primeiro, refere-se ao *boom* da exploração extrativista dos recursos naturais na área; b) o segundo momento, foi a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Silvio Braga em Curuá-Una e, c) mais recentemente, na década de 90, com a abertura da fronteira agrícola da soja.

Como foi visto na caracterização social, Corta-Corda é uma comunidade de ocupação recente, onde a maioria está na área há menos de 20 anos. Antes da construção da barragem (década de 50 e 60), segundo relatos, existiam poucos moradores e a maioria vivia de atividades como: extrativismo, caça de animais silvestres para vender as peles (“gateiros”), pesca e agricultura de subsistência.

Em entrevistas realizadas foi perguntada sobre a origem do nome Corta-Corda. Embora não tenha sido possível precisar sua origem, os camponeses nos relataram que o mesmo tem uma ligação com o primeiro momento de ocupação e uso intensivo dos recursos naturais. Dizem os mais antigos, que existiam vários barcos que entravam na mata para extrair látex, maçaranduba, e peles de animais, sendo que repassavam os produtos para um barco maior pertencente provavelmente a um marreteiro/comprador. Numa dessas excursões, este barco começou a naufragar, como ele vinha puxando barcos menores, para não levá-los para o fundo os extrativistas começaram gritar: “Corta a Corda, Corta a Corda”. Não se pode afirmar a veracidade da história, porém essa foi uma versão contada e compartilhada por vários moradores antigos da comunidade.

¹⁵ Como parte das atividades do “Projeto Avaliação Socioambiental das Populações Humanas da área de entorno da UHE Curuá-Una. Santarém-Pará”.

¹⁶ Desapropriação: através da Portaria nº 76 de 19 de novembro de 1997

Baseado neste extrativismo, a comunidade de Corta-Corda passou a atrair e fixar pessoas que trabalhavam e viviam desses recursos. Muitos conflitos já eram visualizados nesse período e foram citados por pessoas antigas da comunidade. Nesta época, década de 50 e 60, a questão agrária já acirrava conflitos, não por questões de grilagem, mas porque as pessoas que moravam na área tinham suas terras invadidas para retirada dos produtos extrativistas.

Os conflitos que eu entendo, por exemplo, era como tinha antigamente quando a gente entrou aqui pela primeira vez para tirar leite de maçanduba para vender. E como muitos entraram também, isso causava uma confusão, uns conflitos. O camarada entrava nos terrenos dos outros, entrava por trás para tirar os produtos e isso dava pobrema (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

Como todo ciclo econômico, depois de um período de auge, segue um de decadência. De acordo com um dos primeiros moradores da área, a compra de peles de onça e do leite de maçanduba começou a declinar, pois não tinha mais comércio, não havia mais “saída”. A partir desse momento, tem-se o período de decadência. O que marcou a passagem para uma segunda fase, que correspondeu ao final da década de 60 com a construção da Usina Hidrelétrica Sílvio Braga (UHE Curuá-Una). Esta UHE foi construída no período militar e fazia parte de mais um projeto que visava a integração e o desenvolvimento da Amazônia.

Em seu Plano de Gestão Sócio-Patrimonial (2002), a Rede CELPA reporta que, até o final da década de 1960, apenas cinco famílias habitavam o entorno do reservatório. Porém, desde esse período, o rio Curuá-Una tem sido afetado pela construção e funcionamento da UHE, que a partir de 1973 passou a operar de forma contínua na geração de energia. Como consequência dessa obra, o rio Curuá-Una foi represado, o seu volume de água aumentou e parte significativa de seu curso, incluindo os seus afluentes, foram ampliados, inundando suas margens. Dessa forma, grande parte do rio, junto com o rio Moju, abastece o reservatório desse empreendimento.

A UHE iniciou sua operação com uma potência energética de aproximadamente 20MW, com duas turbinas de 10MW cada. Mais tarde, em meados dos anos 1980, a UHE é abastecida por mais uma turbina, expandindo seu potencial de geração de energia para 30.9MW. A função principal da UHE Curuá-Una é de fornecer energia para Santarém, e somente em tempos recentes ela passou a ser interligada a uma rede maior de distribuição, compartilhando e fornecendo eletricidade para o projeto Tramoeste, do Governo do Estado do Pará e Eletronorte.

Segundo informações do relatório do MPEG (2004), a UHE Curuá-Una não pode ser enquadrada como um mega-empreendimento, da magnitude de Tucuruí, Balbina ou Carajás, que

tanto caracterizam a Amazônia dos últimos 30 anos, na polêmica era da “modernização” e “desenvolvimentismo”. Seu impacto foi em menor escala, mas também exibe seus danos ambientais e sociais, presentes até hoje. Isso porque o projeto foi implementado sem muita discussão pela população beneficiada ou atingida por ele. Tampouco, foram realizados estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA¹⁷) para avaliar suas externalidades, positivas e/ou negativas.

Desse modo, quem fosse atingido teria que se adaptar às conseqüências que viriam a se impor, quer no sentido social, quer no sentido ambiental. Além disso, não foram contempladas medidas compensatórias para as populações atingidas. Mais tarde, na década de 1980 e 1990, a rede CELPA introduziria alguns projetos ambientais e sociais. Outros projetos paralelos forneceram uma infra-estrutura adicional, e novamente oportunidades de emprego no período de construção, como as estradas construídas pela empresa C.R. Almeida, e outras vias de acesso provenientes dos ramais da rodovia BR-163, sem mencionar a PA-370, que liga Santarém a Curuá-Una.

Por se tratar de um projeto estruturante, com o objetivo de desencadear um processo de desenvolvimento na região e ao mesmo tempo, ser um projeto de infra-estrutura, a maior geração de emprego e renda se restringiu ao período de construção da obra. Desta forma, muitas pessoas foram atraídas para Curuá-Una, e o contingente dispensado “pegava” um terreno no Corta-Corda para morar e trabalhar.

O terceiro momento corresponde à estruturação de Santarém para produção, transporte e exportação de soja. Além desta, há a intensificação da atividade madeireira que, desenvolvida muitas vezes de forma ilegal, traz um outro contingente de atores para esta região. Dessa maneira, observa-se uma migração que, segundo o relatório do MPEG (2004), é denominado de “*leap frog*”, ou seja, “onde uma leva de pessoas sucede outra e penetra mais adiante, mas que também se mistura com a população existente” (Relatório MPEG, 2004, p. 15). Os novos empreendimentos também permitiram que os “gaúchos” e outros atores se assenhorassem de determinados trechos, subordinando muitos camponeses locais às novas atividades econômicas. Segundo Barbosa (1996), no Corta-Corda ocorre a constituição da reprodução ampliada do capital trazido pela modernização da agricultura.

¹⁷ Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e das resoluções do Conselho nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que definem procedimentos para os licenciamentos de empreendimentos de grande porte, surgidos a partir da década de 80.

Desta forma, o primeiro momento de ocupação da área aconteceu de forma espontânea (ocupação original ou compra de outros posseiros), para explorar e produzir, objetivando a manutenção de suas posses. Ressalta-se que, além de fazer parte de um projeto de assentamento, ou seja, uma área criada para alocar famílias através de políticas governamentais, Corta-Corda agora, também, é uma fronteira agrícola que está sendo recriada por novos atores sociais de interesses diversos.

No que diz respeito a esta questão fundiária, embora 100% dos entrevistados tenham declarado não possuir nenhum documento de posse da terra, 76% afirmaram ter protocolo do INCRA, 14% possuem recibo de compra e venda e protocolo do INCRA conjuntamente, 5% possuem somente um recibo de compra e venda e outros 5% não tem nenhum tipo de documento, como se pode observar na Figura 13. Essa é uma realidade que está facilitando a compra de grandes extensões de terra ou a grilagem na área. Muitos desses terrenos, que estão sendo vendidos para os chamados “gaúchos”, não poderiam estar sendo comercializados, pois, como foi dito anteriormente, são terras da União e os agricultores não se tornam proprietários, mas adquirem o direito de posse. Em relação a isso, há inclusive esclarecimentos por parte do INCRA e STR sobre essa questão, como afirma um dos entrevistados: “O INCRA disse que não podemos vender nossa terra, é terra do Estado, mas tem gente que tá vendendo” (Camponês, 56 anos).

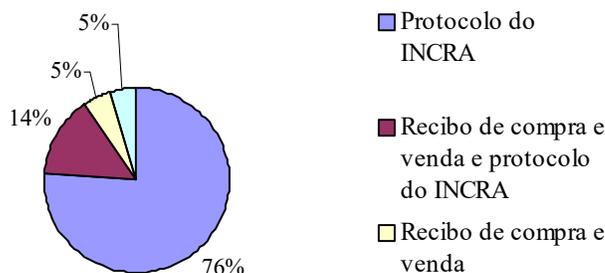


Figura 13. Documentos da terra que os entrevistados possuem.

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Por se tratar de um projeto de assentamento, o tamanho dos terrenos do Corta-Corda não são grandes, sendo, em média, de 10 a 100 ha (Figura 14).

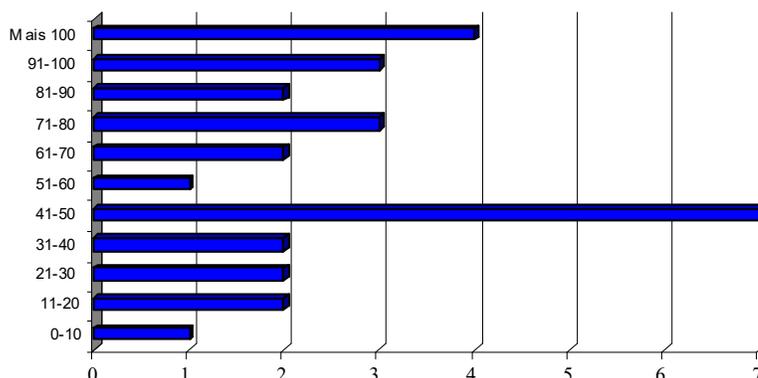


Figura 14. Tamanho das terras (ha) dos camponeses

Fonte: Banco de Dados Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003. os

demais como um “médio produtor”. Este possui duas áreas, uma de 240 ha e a outra de 380 ha, onde planta e exporta arroz que foi subsidiado pelo BASA (Figura 15). O mesmo tem pretensões de plantar soja e só não começou porque não possui dinheiro para adquirir os maquinários necessários.



Figura 15. Placa do BASA – Financiamento de arroz na Comunidade Corta-Corda

Financiamentos e dívidas

No que diz respeito a financiamentos e dívidas, quando perguntados se já tinham feito algum tipo de empréstimo, a maioria disse que não (86%), como se observa na Figura 16. Os 14% restantes emprestaram dinheiro de bancos como BASA (FNO, PRONAF), Banco do Brasil e

Itaú. Foram empréstimos feitos há mais de 6 anos e para os mais variados objetivos: construção de casa, plantação, compra de tratores, etc.

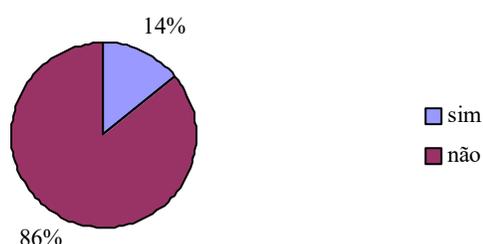


Figura 16. Camponeses que já fizeram empréstimo

Fonte: Banco de Dados do Museu Paraense Emílio Goeldi e trabalho de campo, 2003.

Esses dados se referem, porém, ao trabalho de campo desenvolvido em 2003. Em 2004, no período das entrevistas, os camponeses realizaram empréstimos, através de linhas de crédito do BASA. Tais empréstimos, que ficaram em torno de R\$ 13.000, 00 por associado, saíram via Associação Comunitária, para financiar a plantação de pimenta-do-reino e a criação de gado.

O período previsto para que os camponeses começassem a quitar suas dívidas foi de 3 a 5 anos. Intervalo no qual, de acordo com o banco e os técnicos, a pimenta-do-reino e o gado começariam a produzir e serem vendidos. Conforme as entrevistas, os camponeses não têm a mínima noção dos juros que terão que pagar pelo empréstimo. O que sabem é que, segundo informações do presidente da Associação, os “juros seriam baixos”. O empréstimo pareceu bem atraente, apesar de que nem todos da associação haviam feito.

Quem elaborou os projetos foram técnicos da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) de Santarém. Na quantia recebida, R\$ 13.000, 00, já estava embutido os custos dos técnicos. Porém, verificou-se mais uma vez a desinformação em relação ao processo e o desenrolar do projeto, pois os maiores interessados não têm a mínima noção dos juros, e muito menos de quanto era destinado aos técnicos, ficando claro isso nas entrevistas.

Tem não sei quantos mil que é pros técnicos vim espionar nossos legumes, nossa plantação. Eu sei que eles estão todo tempo vindo nas casas, eles vem espionar o pimental, o gado, tudinho. É 200 reais de cada um de nós para cada um deles. Às vezes vem quatro e é 800 real que eles ganham e é arrecadado daquele dinheiro que tem lá daqueles 13.000 (Camponês, 56 anos, morador há 32 anos no Corta-Corda).

Este quadro de desinformação não é novo na Amazônia, de projetos que partem de “cima” para “baixo”, de técnicos para a comunidade, onde não há um envolvimento maior e muito menos participação na sua elaboração. O resultado disso é que muitos desses projetos ficam fadados ao fracasso.

Porém, nem todos fizeram o empréstimo, pois possuem uma outra visão relacionada a este tipo de financiamento:

Eu não sou sócio e eu não emprestei nada de dinheiro pela associação. Eles vinheram aqui, mas não dava pra mim. Eu sou aposentado, já tô velho, pra entrar nessa arrumação não dá não. Disseram que era coisa boa, mas pra mim não é não, eu gosto de trabalhar nas coisas que são minha. Isso é o governo que manda isso, mas se o camarada não tiver como pagar, o governo toma. Nunca fiz nenhum tipo de empréstimo e nem tenho vontade. Eu não vou entrar numa coisa dessas para não ficar atrapalhado. Eu podia querer isso quando eu era novo que eu trabalhava rasgado, mas agora que eu tô velho, tô cansado, depois para eu morrer e meus filhos ficar atrapalhado com dívida (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

Outros que nunca fizeram empréstimos, manifestaram interesse em fazê-lo, porém com ressalvas, haja vista, como foi mencionado anteriormente, a falta de informação que envolve todo o processo:

Nunca fiz empréstimo. Mas tem vontade de fazer? (Entrevistadora). Ah, eu imagino, né? Tenho vontade de fazer um empréstimo no banco, mas a gente fica pensando também. Porque às vezes sem tá devendo nada pra ninguém a gente já não consegue nem pra despesa da gente imagine devendo pra banco (Camponês, 42 anos, morador há 4 anos no Corta-Corda).

Apesar da falta de informação sobre o trâmite do projeto, uma coisa eles sabem: que possuir o título da terra é uma das garantias necessárias para se fazer um empréstimo, por isso o recurso saiu via associação. Todavia, a dívida é individual.

E pra emprestar, o sr. sabe se tem que dar alguma garantia? (Entrevistadora) Tem. Tem que dar garantia. O que eu vejo o pessoal falar é o que a gente tem que dar de garantia é o que a gente tem que é a terra. É a terra. Se a gente não tiver a gente não faz empréstimo (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

Uso dos recursos naturais

Na comunidade ocorre uma diversidade no uso dos recursos naturais. Além da agricultura, que se apresentou como principal atividade na área, há a combinação desta com outras práticas de uso dos recursos, como: criação animal, extrativismo, pecuária, pesca e caça.

Com isso, a utilização dos recursos naturais pelas comunidades do rio Curuá-Una, está diretamente ligada a necessidade de subsistência e garantia de sua reprodução social. Concretiza-se a partir do conhecimento do ambiente, da sazonalidade, do mercado, da disponibilidade do recurso, da mão-de-obra, caracterizando-se através de atividades de produção e extrativismo.

Os principais produtos para a comercialização vêm da atividade agrícola. A caça, a pesca e o extrativismo vegetal são práticas realizadas para a manutenção do grupo doméstico. Esta utilização pode ser visualizada no mapeamento do uso de recursos naturais¹⁸ realizado na comunidade, onde fica clara a distribuição das atividades entre os vários ambientes locais.

Recursos vegetais

Entre os recursos vegetais mais citados e apresentados no mapeamento de uso, a extração de produtos da floresta, como frutos, remédios, castanha e óleos, estão ocorrendo em áreas cada vez mais distantes, indicando a escassez nos espaços ocupados, tanto por moradias como por atividades de agricultura, já que as roças estão mais próximas das residências. (Relatório Museu Paraense Emílio Goeldi - 2004).

Dentro do primeiro grupo (frutos) estão espécies vegetais que crescem em roças abandonadas ou em quintais das unidades domésticas, como: cupuaçu banana, manga, goiaba, coco, açaí e cacau. Os produtos extraídos da mata, enquadram-se no grupo dos produtos não-manejados, como o piquiá, o patauá, a bacaba, o fruto do jatobá, o tucumã, o pajurá e o fruto do babaçu (Relatório do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004).

Segundo os camponeses, a atividade de extração ocorre ao longo do ano, conforme a disponibilidade dos recursos. Os principais produtos extraídos da mata, citados para fins de medicamentos, foram: andiroba, copaíba, jucá, cumarú, casca de verônica e carapanaúba, em

¹⁸ Imagem de satélite usada para destacar igarapés, rios e lagos existentes na comunidade. Neste, são identificados pelos camponeses, o tipo e uso dado aos recursos naturais nas suas devidas áreas. Esta foi uma das atividades realizada no "Projeto Avaliação Socioambiental das Populações Humanas da área de entorno da UHE Curuá-Una. Santarém-Pará".

geral, consumidas sob forma de chás, xaropes e por aplicação direta, de acordo com a enfermidade. Outros remédios naturais são cultivados pelas famílias, em seus próprios quintais, como: boldo, cidreira ou barbatimão (Relatório do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004).

A construção de casas é um outro uso dado aos recursos. Estas, em sua maioria, são construídas de barro extraído do terreno da família ou de madeira retirada da própria região e cobertas com cavaco (lascas extraídas com machado ou terçado da madeira jarana). Há casas cobertas ou completamente feitas de palha de babaçu, que também são coletadas pelos arredores. Das madeiras utilizadas para construção de casas, cercas, chiqueiros e canoas, foram citadas: itaúba, maçaranduba, angelim, tatajuba, cedro, cedrorana, jatobá, jarana e pequiariana.

Como se pode observar, há um significativo conhecimento sobre plantas, frutas, madeiras entre outros, o que demonstra diversificadas estratégias no uso dado aos recursos naturais na Comunidade do Corta-Corda.

Recursos animais: caça

Segundo o Relatório do Museu Paraense Emílio Goeldi (2004), ocorre na área uma prática de manejo adequado da fauna. Isso ocorre devido aos conhecimentos dos comunitários na prática da caça. As principais espécies caçadas são: paca, tatu, veado vermelho, caititu, veado roxo, nambu açú, azulona, anta, jacu, jacaretinga, nambú, cutia, capivara, jabuti, juruti, galega e mutum.

Dos entrevistados, 73,7% declararam caçar para consumo, onde o verão é a melhor época para esta atividade. As armas utilizadas são as espingardas de cartucho, principalmente dos calibres 20 e 28. Uma minoria usa cachorro “americano” ou mestiço. Outros usam técnicas de “varrida” e de “espera”. A “varrida” é uma técnica que exige que uma trilha seja varrida antes e, depois, percorrida, fazendo o mínimo de barulho; a “espera” é uma emboscada sob alguma árvore frutífera preferida pelas caças. O horário predominante para caçar normalmente é à noite (Relatório do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004).

Pesca

Depois da agricultura, a pesca é a segunda maior atividade realizada pelos camponeses (83,6%). A maioria acha que a melhor época para pescar é o inverno, mas alguns a praticam o ano todo. O rio e a represa são os principais locais utilizados para pesca, mas esta prática ocorre também, no igapó, que é como chamam a floresta de troncos mortos e secos acima da superfície.

De modo geral, considera-se que a diversidade de peixes é maior nos igarapés do que no rio. A maioria usa a dupla de utensílios de pesca: malhadeira e anzol-e-linha, outros usam ainda, a zagaia (lança). Segundo Rebêlo (2004), alguns dos pescadores entrevistados praticam a pesca de mergulho, usando espingardas artesanais e óculos improvisados. Outros mergulham no barranco, metendo o braço nas tocas para pegar um peixe chamado acari. Os melhores lugares para o mergulho são as águas limpas de igarapés e trechos do rio/represa.

Com as informações adquiridas nas entrevistas, reuniões e formulários, elaborou-se um mapa de uso desses recursos naturais onde se pode observar claramente a distribuição e utilização dos diversos recursos existentes na área, como: a pesca, a caça e os produtos extrativistas. Isto pode ser melhor visualizado na Figura 17.

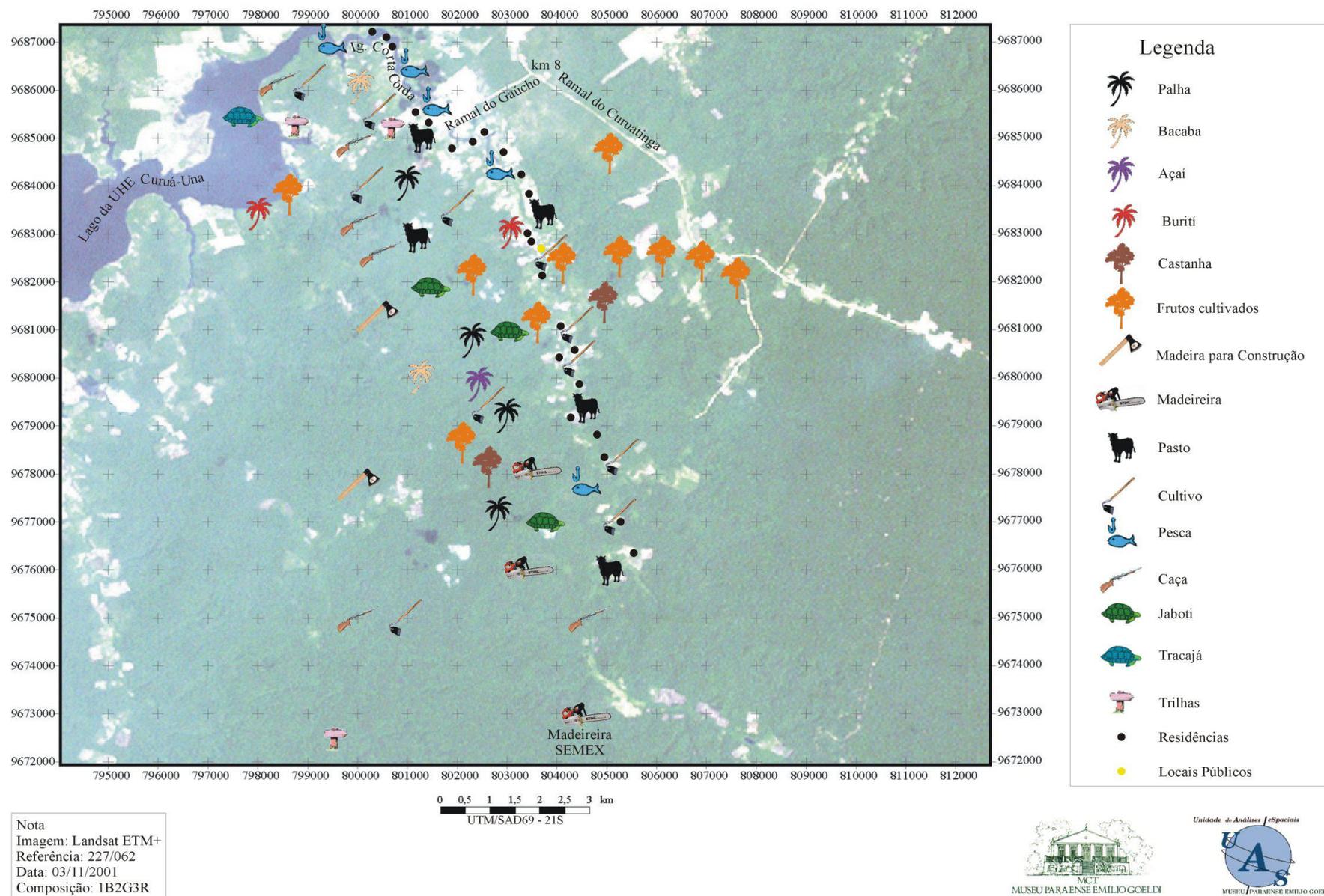


Figura 17 . Mapeamento de uso dos recursos naturais da Comunidade do Corta-Corda.
 Fonte: Reuniões na Comunidade do Corta-Corda

Por fim, verifica-se que na Comunidade do Corta-Corda, assim como nas outras comunidades do rio Curuá-Una, além de viverem da agricultura familiar, vivem também da utilização dos diversos recursos naturais existentes na área. Essa caracterização, nos seus vários aspectos (socioambientais), teve como objetivo a apresentação de uma noção geral da vida na Comunidade do Corta-Corda. Isto permitiu que melhor fosse visualizado o modo como a inserção da cultura da soja, “alienígena” à realidade daquela comunidade, ocasionaram transformações expressivas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e ambientais. Destarte, são tais transformações que, no próximo capítulo, será averiguado.

CAPÍTULO III - COMUNIDADE DO CORTA-CORDA: CENÁRIO DE UM CONFLITO LATENTE

Tem uns “gaúchos” querendo comprar terra, mas se a gente vende a terra e vai pra cidade e gasta todo o dinheiro, como a gente fica? A gente tá cabreiro com os “gaúchos” (Camponês, 58 anos, morador há 20 anos no Corta-Corda).

Neste capítulo, identifica-se e se analisa os conflitos sociais existentes na Comunidade do Corta-Corda, sua tipologia e atores sociais envolvidos.

Parte-se do pressuposto que, os conflitos sociais sempre existiram como elemento constituinte da própria sociedade. Para ajudar nessa interpretação, toma-se como base algumas literaturas que tratam o conflito como algo inerente às relações sociais, a saber: Simmel (1983), Rubin et al (1986), Coser (1956) e Barbanti Jr. (2003). No geral, para estes autores, os conflitos sociais, além de fazerem parte da sociedade, são tão importantes quanto a cooperação ou outra relação de consenso.

Procura-se identificar então, na Comunidade do Corta-Corda, elementos que justificassem esse processo social, que, de forma alguma, foi visto como “mal” ou como “bom”. Tendo como referência este pressuposto, parte-se para identificação e caracterização dos atores sociais locais, além de ser analisado os conflitos existentes que, mostraram-se de forma latente, que ainda não haviam se manifestado através da violência.

3.1. Atores sociais envolvidos: os “antigos” e os “novos”

Um objetivo específico e importante para se entender essa realidade conflituosa na Comunidade do Corta-Corda era descobrir quais atores sociais faziam parte desse cenário. Para isso, foram realizadas algumas reuniões com a aplicação da técnica do Diagrama Institucional ou Diagrama de *Venn*. Estes, são elaborados visando conhecer as instituições formais ou informais existentes na área, o grau de proximidade e os conflitos existentes entre elas e a comunidade, as necessidades de aproximação entre as instituições e a realidade local e, porventura, as necessidades do surgimento de novos organismos. Esses diagramas permitem conhecer a

percepção da comunidade sobre as instituições ou grupos sociais¹⁹. Além dessa técnica, realizou-se entrevistas com os camponeses, para que os mesmos pudessem identificar e apontar alguns atores ou grupos considerados relevantes para eles. Buscava-se identificar desta forma, o que Silveira e Silva (1999) chamam de *stakeholders*, isto é, atores-chave ou grupos que podem ser de qualquer tamanho, classes ou níveis sociais, que atuam em instituições/organizações e que afetam ou são afetados pelas políticas, decisões e ações políticas e/ou econômicas. Destacam-se então, os atores-chave apontados pelos camponeses: 1) Presidente da comunidade; 2) INCRA; 3) Professora; 4) CEAPAC; 5) STR; 6) Grande agricultor (Gaúchos); 7) Pequenos madeireiros; 8) Pequeno pecuarista; 9) Extrativista; 10) Pastor da igreja; 11) Agente de Saúde; 12) Médio pecuarista; 13) Prefeitura; 14) Vereador; 15) Pesquisadores e 16) Presidente regional do STR, como se observa na Figura 18.

Dentre esses atores identificados, faz-se uma separação entre “antigos” e “novos”. Os “antigos” são os camponeses, que possuem toda uma característica e modo de vida específico. Os “novos” atores sociais são os chamados “gaúchos”, que chegaram na área há pouco tempo, porém, já conseguem impor uma outra realidade. Alguns desses atores-chave identificados já se confrontaram, inclusive, de forma violenta. Destarte, salienta-se de antemão, que não é somente a soja a geradora de conflitos na área. Estes conflitos, inerentes à realidade social, sempre estiveram presentes nas tramas e jogos de interesses dos diferentes atores. O que há nesse momento é um conflito decorrente da expansão da fronteira agrícola da soja e, é neste, que haverá maior destaque.

¹⁹ Nesta técnica os atores sociais são identificados de acordo com sua importância em relação a comunidade, ou seja, quanto maior a bola (amarela) maior a importância dada ao ator na comunidade, quanto menor a bola (azul = importância média; rosa = importância muito pequena), menor a importância. A proximidade também das bolas em relação ao centro que representa a Comunidade do Corta-Corda é importante de ser considerada. Maior a proximidade, maior é a relação deste ator social com a comunidade e quanto maior a distância, menor o envolvimento.

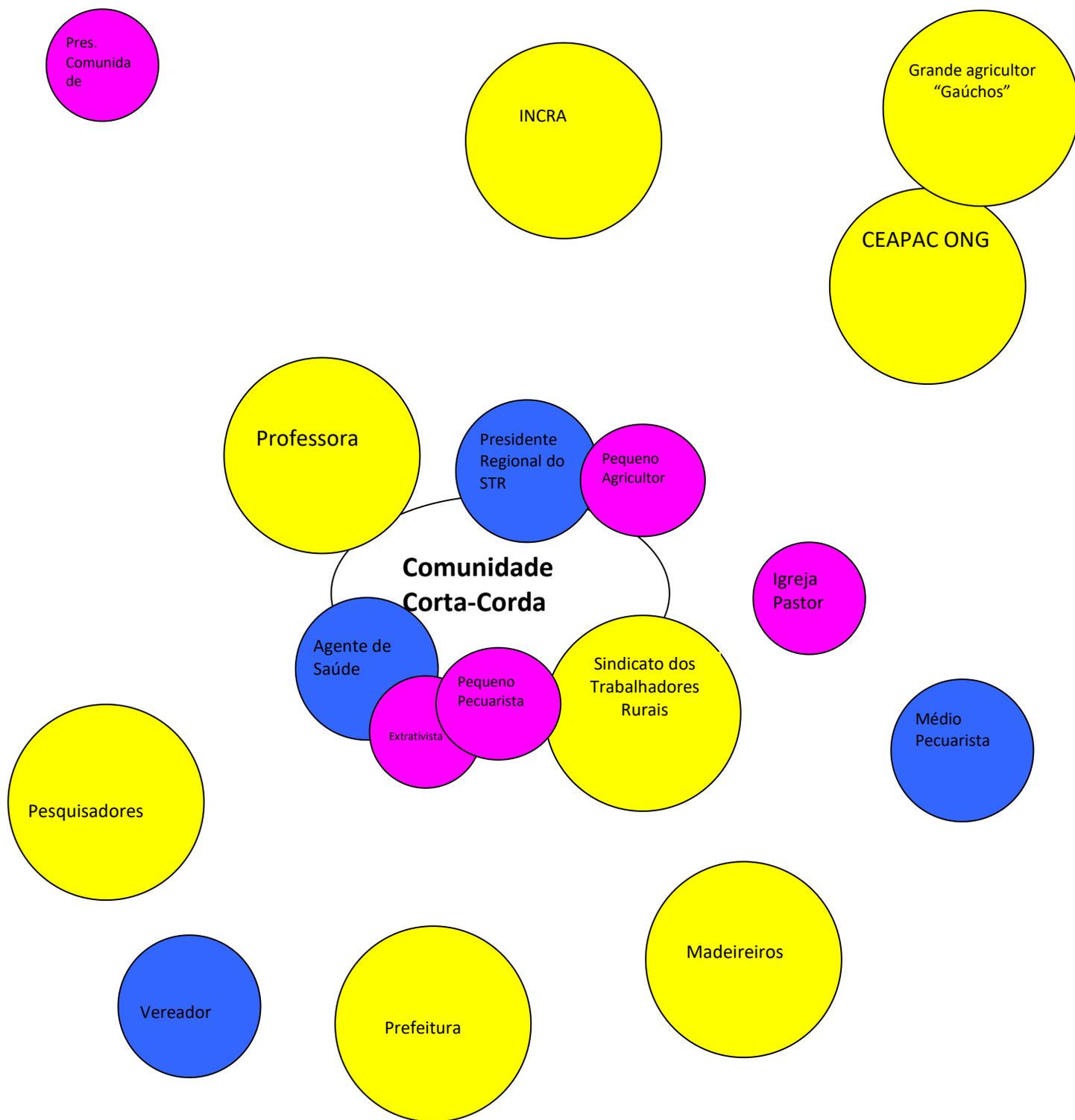


Figura 18. Diagrama de Veen - Atores identificados como chaves pela Comunidade do Corta-Corda
Fonte: Reuniões e entrevistas na Comunidade do Corta-Corda

3.1.1. Caracterização dos camponeses: “os antigos”

Os atores sociais da Comunidade do Corta-Corda serão caracterizados, neste trabalho, como camponeses que realizam a agricultura familiar. Mas o que faz desses atores sociais, considerados “antigos”, serem camponeses? Quais as características que os definem?

Como se observa na caracterização da Comunidade do Corta-Corda, a mesma é composta por quase 100% de agricultores que migraram de outras áreas, principalmente do nordeste brasileiro. Trouxeram desta maneira, sua experiência e forma de trabalho baseado na agricultura familiar para subsistência e para a comercialização.

Segundo Wanderley (1996), o campesinato possui algumas características específicas. Entre elas se destacam: a) a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais da agricultura familiar; b) funda-se sobre a relação entre propriedade, trabalho e família; c) tem a necessidade de prover a subsistência do grupo familiar, tanto de forma imediata (atendimento às necessidades do grupo doméstico) como através da reprodução da família pelas gerações subsequentes (da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais); d) há a conjugação do sistema tradicional de produção com outras atividades, que no caso de Corta-Corda são a caça, a pesca e a criação de animais domésticos. É o que Wanderley chama de “uma sábia combinação entre diferentes técnicas” (Wanderley, 1996, p. 19).

Desta forma, observando tais características, deparamo-nos, na Comunidade do Corta-Corda, com uma população que, para além da garantia da sobrevivência no presente, preocupa-se com a manutenção das gerações futuras. É a esperança de que a produção, juntamente com os recursos materiais e trabalho despendido na unidade de produção sejam transmitidos para gerações futuras. Compreende-se, assim, a importância que assume para o camponês a propriedade familiar da terra.

Porém, o campesinato vem acompanhado de precariedade e é constantemente marcado pela instabilidade das situações vividas. Com efeito, “são numerosos os estudos que indicam a luta dos camponeses para terem acesso ao mercado, são igualmente inúmeras as referências às suas derrotas neste campo de ação” (WANDERLEY, 1996, p. 45). E, com a expansão de uma cultura altamente tecnológica, não há como evitar o choque e os conflitos, como se verá mais adiante.

Assim, encontrou-se um grupo de camponeses que buscam diariamente satisfazer suas necessidades de consumo doméstico, que podem ser abastecidas diretamente do roçado para a

casa. Todavia, dependem da venda de alguns produtos agrícolas para o abastecimento familiar que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, pilha, entre outros. Essa estrutura está sendo tensionada por uma nova realidade: a expansão da fronteira agrícola da soja e a entrada dos “novos” atores sociais, os chamados “gaúchos”.

3.1.2. “Gaúchos”: os “Novos”

Entre os atores-chave identificados no diagrama de Venn, há um grupo considerado como “novos atores sociais”, pois faz pouco tempo que chegaram à região, a partir da segunda metade da década de 90. Entretanto, já estão na disputa pelos espaços, sejam eles territoriais, econômicos ou políticos. Eles são os chamados “gaúchos”.

Os “gaúchos” (sojeiros) estão implantando na região de Santarém, uma ocupação territorial baseada em produção de grande escala. Segundo dados do Museu Paraense Emílio Goeldi²⁰, há dois cenários territoriais importantes que devem ser visualizados com a chegada desses atores. O primeiro deles, é de que os gaúchos estariam comprando terras que já foram pastagens (ativas ou abandonadas), usando áreas já desmatadas, além de áreas de capoeira. A aquisição dessas áreas, ou seja, o processo fundiário, dá-se pela compra de terras já tituladas, pertencentes à pecuaristas ou pequenos produtores rurais.

O outro cenário, é a dos gaúchos ocupando áreas de floresta primária e as convertendo em plantação de soja. O processo fundiário seria através de grilagem, com a exploração e comercialização de toras de madeira para madeireiras locais. Os lotes, neste caso, seriam adquiridos por terceiros (intermediários) para regularização fundiária “fraudulenta”, ou ainda, seriam agregados e repassados aos sojeiros para o plantio. Essas duas realidades complexas, podem ser verificadas no município de Santarém.

Esses “novos atores sociais” são provenientes do centro-oeste brasileiro, principalmente de Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul. São, geralmente, produtores que estão nestas áreas há mais de vinte anos, plantando soja, milho ou arroz. Exercem também forte influência econômica e política. Além disso, podem ser também do sul do Brasil, descendentes de colonos, que venderam suas terras ou foram “expulsos” de suas áreas pela valorização da mesma. Estes atores podem ser tanto do Rio Grande do Sul, como do Paraná ou Santa Catarina. São desta forma, agricultores com uma certa experiência com a cultura da soja e com capital para investimento.

²⁰ Dados extraídos do Museu Paraense Emilio Goeldi <www.museu-goeldi.br> em 20/11/2004.

Porém, essa realidade, do chamado “gaúcho”, nem sempre foi assim. José Vicente Tavares dos Santos, em *Matuchos: Exclusão e Luta* (1993), citado por Aquino (2003), destaca o grande número de migrantes atraídos para a Amazônia em função dos programas oficiais de colonização. Essas políticas trouxeram muitas pessoas do sul para a Amazônia em busca de melhorias de trabalho, de vida e de busca por terra. Conforme Aquino, esses programas não cumpriram o que prometiam, fazendo com que muitos sulistas voltassem para seus locais de origem. Desses, alguns são remanescentes na área do rio Curuá-Una. São “gaúchos”, que não são sojeiros, viviam em pequenas áreas em Belterra ou Santarém. Camponeses pauperizados e sem nenhuma garantia para conseguir empréstimos bancários.

Essa realidade complexa da Amazônia, como bem se sabe, já vem se repetindo. Na maioria das vezes apenas mudam os atores (de “paulistas”, para “gaúchos”) como observou Martins (1991):

[...] não estamos em um processo de ocupação da Amazônia; estamos na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios. E bem clara a origem regional e social desses invasores. Eles vêm do sul e do sudeste e estão procedendo a uma verdadeira sulização do norte. São de preferência de paulistas. Por isso hoje na Amazônia o próprio povo batiza como paulista aquele que vem de fora, com muito dinheiro no bolso, comprador de terras. **(hoje são os gaúchos)**. Basicamente, nessas áreas de superposição, dois regimes de propriedade, distintos entre si, entram em conflito; a posse, de um lado, e a propriedade privada, mais especificamente propriedade capitalista, de outro (MARTINS, 1991 p. 56 – grifos da autora).

Os gaúchos que estão chegando em Santarém, fazem parte, na sua maioria, de grupos que, antes de chegar na Amazônia, já passaram por outras áreas. Estima-se que mais de 300 agricultores já estejam na região, muitos sem documentação da terra ou autorização para exploração. Segundo relatos do jornal do Governo do Estado²¹, eles foram atraídos pelo que “ouviram” e “viram” da Amazônia. Isso diz respeito, a uma Amazônia que possui: a) área onde se tem um clima bom, onde chove muito; b) incentivo do governo através de linhas de crédito para o plantio e construção de silos; c) galpões para abrigar os maquinários e insumos; d) perspectivas de construção de estradas; e) maiores possibilidades de escoamento, depois da construção da Cargill e; f) “muitas terras”. Todavia, como estas vantagens ainda não estão

²¹ Ver Jornal do Governo do Estado - Do Sul para a Amazônia, 19/07/2003.

disponíveis, dificuldades também são enfrentadas. Entre elas, a falta de infra-estrutura para secar os grãos e de logística para receber o calcário para corrigir o solo, sementes e adubos. Realidade ainda presente no período do trabalho de campo.

Porém, os gaúchos vêem a região amazônica como região de novas oportunidades. Trabalham com a perspectiva da esperança *versus* fracasso, buscando encontrar áreas a serem ocupadas. Esperança dos que vêem nela a possibilidade de trabalho, aquisição de terras muito mais baratas e enriquecimento em curto prazo. Além disso, os gaúchos se configuram no âmbito do poder político e econômico e já conquistam relevância no ambiente local, entrando em conflito com interesses já estabelecidos.

Os processos, nos quais fazem sua inserção em Santarém, e especificamente no Corta-Corda, mexem com o principal problema estrutural do Brasil e da Amazônia: a questão fundiária.

Assim, a visão sobre a Amazônia ainda está relacionada como área a ser explorada, como uma verdadeira fronteira, onde há muitas possibilidades de crescimento econômico, e isso, por via da tecnologia e com a abertura de grandes mercados. Há uma Amazônia que ainda tem muitos espaços a serem ocupados, escamoteando os conflitos já existentes e os que podem ser gerados. Esses últimos, já são visualizados, mesmo que passem de forma despercebida, ou até como inexistente. Como será observado, conflitos sociais na Comunidade do Corta-Corda foram identificados e classificados para que fosse possível o melhor entendimento do que se passa nessa realidade tão complexa.

3.2. Conflito social no Corta-Corda: entre a latência e a violência

Na comunidade em estudo, com a abertura da fronteira agrícola da soja, foi possível identificar conflitos sociais que se encontram de forma latente (tácita), ou seja, conflitos que não se manifestaram de forma violenta ou ainda não emergiram. Para autores como Simmel (1983), Rubin et al (1986), Coser (1956) e Barbanti Jr. (2003), como já foi dito, o conflito social é algo inerente à própria sociedade, porém, assume diferentes dimensões de acordo com especificidades históricas, estruturais, políticas e econômicas. Quando se trata da região Amazônica, por exemplo, que tem problemas estruturais graves e antigos, como a questão da desigual apropriação fundiária, que a todo o momento é acirrada, tem-se conflitos sociais que podem até ser administrados ou escamoteados, mas não resolvidos.

Para autores como Martins (1991) e Barp (1997), os conflitos que se configuram no meio rural se mostram cada vez mais complexos. As disputas pela terra não ocorrem exclusivamente, por dicotomias, como: grandes empresas *versus* posseiros pobres; fazendeiros tradicionais *versus* camponeses. Sendo assim, não podem ser encaradas como relações duais. Além disso, nem sempre esses conflitos ocorrem unicamente por interesses econômicos, mas, também, por fatores simbólicos. Isso revela o emaranhado do meio rural, onde sua análise deve ser feita observando os vários ângulos da vida social, pois os conflitos não partem somente de uma relação dual e simplificada, mas envolvem vários grupos sociais ao mesmo tempo.

A temática sobre violência não é nova. É analisada por diversos autores²², que enfatizam tanto a problemática na área rural como na área urbana, sendo, nesta perspectiva, identificada como a forma mais extrema do conflito.

Mas porque se caracteriza a Comunidade do Corta-Corda como um cenário de conflitos sociais latentes? Que características esses conflitos assumem, permitindo afirmar que estão subentendidos, implícitos?

O ponto de partida para desvendar essa realidade, foi a construção do conceito de conflito. Foi consultado o Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX (1996), no verbete onde Lewis Coser coloca várias definições de conflito. Entre elas, destaca-se a seguinte:

[...] contenda a respeito de valores, ou por reivindicações de status, poder e recursos escassos, na qual os objetivos das partes conflitantes são não apenas obter os valores desejados, mas também neutralizar seus rivais, causar-lhes dano ou eliminá-los, o conflito pode ocorrer entre indivíduos ou entre coletividades. Esses conflitos intergrupos, bem como os intragrupos, são aspectos perenes da vida social. **São componentes essenciais da interação social em qualquer sociedade**. Os conflitos não são sempre, de forma alguma, “fatores negativos” a minar a vida coletiva. Em geral contribuem para a manutenção e o crescimento de grupos e coletividades, bem como para reforçar relações interpessoais (COSER, 1996, pp.120-121, grifos da autora).

Neste primeiro contato com o conceito, destacam-se alguns elementos essenciais para a análise: o conflito como contenda, ligado a bens materiais e simbólicos, e que fazem parte de qualquer sociedade.

Sendo assim, a unidade social se forma tanto por correntes “convergentes” quanto “divergentes”, intrinsecamente ligados. Quando atores sociais afirmam que em seus grupos não

²² Martins, José de Souza (1991, 1997), Tavares dos Santos, Vicente (1990), Barp, Wilson (1997), Barreira, César (1998).

existem conflitos, não significa, segundo Coser (1956), firmeza e estabilidade nas relações sociais. Isso porque, cada sociedade, grupo ou comunidade possuem conflitos e os mesmos ocorrem pelos mais diversos motivos. Estes, podem ser tanto devido aos desníveis na oferta dos bens escassos e de prestígio como de posições de poder. Alguns grupos irão manifestar o conflito, outros não. Depende de como cada grupo encara, entende e legitima o que está acontecendo. De como as diferenças irão os afetar ou não e se estão dispostos a entrar em conflito. Os indivíduos, no entanto, não podem viver em constante conflito. Deve haver uma relativa "paz" social, de forma ocasional na relação entre os indivíduos e grupos, mesmo que não seja raro.

Consultou-se também, o dicionário de Política de Bobbio et al (1992), onde Pasquino apresenta três vertentes de interpretações sobre o que vem a ser conflito, feitas por diversos autores das ciências sociais. Dentre elas se destacam:

- a) Conflito como patologia;
- b) Conflito como vitalidade;
- c) Conflito como disfunção.

Segundo Pasquino (1992), autores como: Comte, Spencer, Pareto, Durkheim e Talcott Parsons, consideram o conflito como **patologia social**. Nesta concepção, estes autores vêem a sociedade como naturalmente harmônica e equilibrada, sendo este o seu estado normal. Todo conflito é considerado então, uma "perturbação"; mas não é somente isso; já que o equilíbrio é uma relação harmônica entre os vários componentes da sociedade e constitui o estado normal, as causas do conflito são "meta-sociais, isto é, devem ser encontradas fora da própria sociedade e o conflito é um mal que deve ser reprimido e eliminado" (PASQUINO, 1992, p.226).

Existe, porém, um outro grupo de autores, como: Marx, Sorel, John Stuart Mill, Simmel e, entre os contemporâneos, Dahrendorf e Touraine que consideram a sociedade como campo constante de conflitos, ou seja, que vêem o conflito como **vitalidade**, indispensáveis. Assim, uma sociedade que for considerada harmônica ou equilibrada não lhe dá um caráter que é essencial e só o conflito pode proporcionar: as mudanças e os melhoramentos sociais.

Há ainda, os que consideram os conflitos como uma **disfunção**, ou seja, os conflitos trazem um mal-estar para o funcionamento de um sistema. Neles pode-se encaixar Robert Merton, que destaca o conflito como disfuncional, por ser um produto do "não ou do mau funcionamento

de um sistema social e produz por sua vez obstáculos e problemas no funcionamento do sistema” (PASQUINO, 1992, p.227).

Os autores que ajudaram a interpretar os conflitos existentes na Comunidade do Corta-Corda, encontram-se, além de Simmel (1983), na segunda classificação, a que considera o conflito social como vitalidade, dando idéia de movimento.

Para se entender melhor esta concepção de conflito, Simmel (1983) expõe enfaticamente que o conflito é algo necessário para a constituição da sociedade. A existência do conflito, além dos desacordos e emoções que nele estão envolvidos, faz parte de qualquer interação nas mais variadas esferas da vida humana. Não podendo, desta forma, ser separado das relações sociais, da construção da própria sociedade.

Simmel (1983) chama a atenção ainda, para o fato de que havia duas questões que eram estudadas pela sociologia: a primeira, era a unidade do indivíduo e, a segunda, a unidade formada pelos indivíduos, a sociedade. O conflito ficava desta forma, excluído de qualquer análise de que a sociologia devesse se preocupar, já que representava a negação da unidade. Então, esta divisão organizava-se da seguinte forma: as relações que **constituem uma unidade**, das relações que **contrariam a unidade**. O que não se percebia dessa divisão, segundo Simmel, era que essas relações estão presentes historicamente em todas as sociedades, em todas as situações historicamente reais. Segundo este autor, um grupo absolutamente **harmonioso e centrípeto** não é só empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real. Assim, unidade e conflito são categorias sociologicamente viáveis e não podem ser separadas quando se analisa uma realidade. Além disso, não se pode esquecer que mesmo que haja aspectos negativos e positivos do conflito, estes, “podem ser até separados conceitualmente, pois os mesmos estão interligados, mas empiricamente isso fica inviável” (SIMMEL, 1983, p.45).

Percebe-se então, que Simmel (1983) considera o conflito como uma forma de **sociação**, pois não pode, empiricamente, ser separado da unidade social e também, ocorrer isoladamente, ou seja, só pode ocorrer quando há mais de um ator social envolvido.

Porém, como bem ressalta Simmel (1983), nem só de conflito precisa e se constitui a sociedade. Apesar do mesmo nascer de causas como ódio, inveja, necessidade e desejo e, de que há uma importância do conflito para vitalidade social, a cooperação é essencial, sendo que as duas são categorias de integração e devem ser vistas como positivas. A sociedade precisa, sobretudo, para manter o grupo social interligado, de “quantidades proporcionais de harmonia e

desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis” (SIMMEL, 1983, p. 46). As relações sociais são muito complexas para manter os indivíduos unidos apenas por únicos elos. “A essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas, seja de **só** harmonia, seja **só** de conflito” (SIMMEL, 1983, p. 128).

Além disso, os grupos não são menos grupos pela quantidade de conflito que contêm. Pelo contrário, os mesmos têm as suas características definidas por determinados critérios (cooperação, companheirismo, trabalho familiar etc.) que uma **quantidade inevitável** de conflito não pode ser deixada de lado nessa caracterização. É inútil pensar que o desaparecimento de conflitos resulte numa vida social mais rica e mais plena. É impossível não haver conflitos, da mesma forma como é tão diferente e irrealizável um grupo ser privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses.

Desse modo, o conflito sozinho não produz uma estrutura social, pois precisa corroborar com forças unificadoras. Só essa união (conflitos e forças unificadoras) poderá manter um grupo real, constituindo uma unidade viva e concreta.

Outro aspecto do conflito que deve ser destacado, é que numa situação conflituosa, que pode ser intra e inter comunitária, os grupos sociais sentem a necessidade de agir numa certa centralidade, numa certa direção, resultando, mesmo que temporariamente, numa atuação mais conjunta entre seus membros. Assim, grupos que em outras situações não se uniriam, acabam por se unir numa situação de conflito. “O poder unificador do princípio do conflito não surge com mais força em nenhum outro caso do que quando produz uma associação temporal ou real em circunstâncias de competição ou de hostilidade” (SIMMEL, 1983, p.156).

Isso significa que grupos abalados por individualismos e quebra de tradições, unem-se por uma causa específica, como reação a ameaças, mesmo que, como enfatiza Simmel (1983), seja temporal.

Esse sentimento de causa comum, no caso de Corta-Corda, caracteriza-se pela ameaça sentida, por parte dos camponeses, ao perceberem a possibilidade de terem, seu único bem material (terras), comprado ou grilado pelos “gaúchos”.

Porém, ter a mesma preocupação ou hostilidade, não significava, pelo menos no período de trabalho de campo, a possibilidade de reação ou agressão contra os sojeiros, o que direcionaria o conflito para seu extremo, a violência. Alguns estavam num momento de percepção de uma nova realidade, considerando suas conseqüências, como se desta na fala de um camponês:

Tem uns “gaúchos” querendo comprar terra, mas se a gente vende a terra e vai pra cidade e gasta todo o dinheiro, como a gente fica? A gente tá cabreiro com os “gaúchos” (Camponês, 58 anos, morador há 20 anos no Corta-Corda).

Estar “cabreiro com os gaúchos” não significava porém, que ocorresse alguma reação violenta. Mas o que os impedia naquele momento essa reação, mantendo o conflito num estágio latente?

Identificou-se alguns motivos que impediam essa manifestação. Entre eles se destacam: a) estratégia de manipulação por parte de um dos atores; b) incapacidade de uma das partes numa negociação; c) medo de que o conflito seja violento; d) acomodação, achando que “não adianta fazer nada e que a realidade nunca mudará”; e) falta de oportunidade de negociação ou de enfrentamento.

Por outro lado, no caso dos gaúchos, não havia também, além das denúncias de grilagem, reações violentas à Comunidade do Corta-Corda. O que foi presenciado naquele momento, foi uma estratégia de “chegar” à comunidade oferecendo o que o “Estado até aquele momento não havia feito”, que era promover infra-estrutura. Não entraram num conflito violento porque estava sendo mais vantajoso econômica e politicamente para os mesmos.

Outro autor que corrobora com esta análise, é Barbanti Jr. (2003), que faz uma classificação dos tipos de conflitos e os principais fatores causadores.

Barbanti Jr. (2003) destaca que existem três tipos de conflitos: a) **Os manifestados ou abertos** que são aqueles que são visíveis. Um conflito manifestado é uma situação na qual pelo menos duas partes, tentam valer seus objetivos concretos ou suas percepções.; b) **Os conflitos latentes** são aqueles que existem, mas não emergiram e podem passar despercebidos; c) **E os conflitos dissimulados**, que são aqueles que aparentemente foram “resolvidos”, porém, normalmente estão ligados a fatores estruturais²³ (questão fundiária) que influenciam na sua permanência ou reincidência.

²³ “As questões estruturais, para Rubenstein citado por Barbanti Jr. (2003), referem-se a um padrão de relações sociais que não consegue satisfazer as necessidades básicas, ou assegurar interesses vitais das partes”. Um exemplo de conflitos de base estrutural são aqueles que se originam nas desigualdades existentes na sociedade. As vezes o conflito que se manifesta é apenas uma pequena parte de um problema estrutural. A degradação dos recursos naturais, o fogo na floresta, pode ser um reflexo de questões estruturais mais profundas: desigualdades na estrutura de propriedade rural, desigualdades de renda e de acesso a serviços públicos, necessidades humanas básicas não atendidas etc”. (BARABANTI JR, 2003, pg.45)

Barbanti Jr. (2003) elaborou então, baseado nessa classificação, o que ele chama de ciclo de conflitos (Figura 19). Este, é composto por fases que podem durar muito tempo para passar a outras fases posteriores, ou ainda podem manter-se no estado latente.

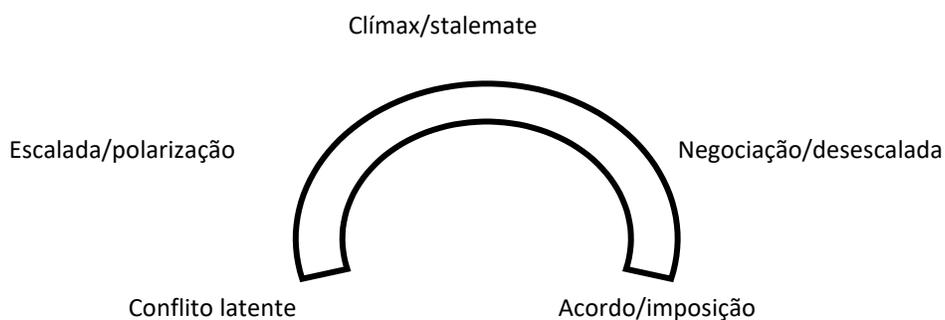


Figura 19. Ciclo do Conflito

Fonte: Barbanti Jr., 2003

Além dos motivos destacados anteriormente que impediam essa manifestação violenta na Comunidade do Corta-Corda, um, em especial, chamou-nos a atenção e que é destacado por Barbanti Jr. (2003). O **conflito passando por despercebido**: a falta de percepção do problema por todos os camponeses, seria um dos motivos pelo qual o conflito não estaria fazendo o seu ciclo de escalada. Isso pôde ser visualizado quando se perguntou sobre a existência de conflitos sociais na área, sendo que as respostas foram as seguintes:

Hoje, que eu saiba, aqui não tem conflito por nada não. Às vez a gente escuta que tem uns camarada entrando nas terras dos outros, mas eu não sei bem como é isso (Camponês, 56 anos, morador há 32 anos no Corta-Corda).

Eu não sei se eu vou falar certo. Mas conflito será que é um tipo de uma perseguição? Às vezes tem por exemplo um grileiro querendo tomar uma área que a gente tem, e aí entra em conflito. A gente só ouve falarem assim de gente que fica tirando os pedaços de terra dos outros, mas ainda não vi isso por aqui não, graças a Deus (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

Desta forma, pode-se dizer que há uma “situação conflituosa”, como afirma Barbanti Jr. (2003), ou seja, na área, não se tem um conflito explícito, mas sim um conflito latente, que nem sempre é percebido e que possui várias dimensões sobrepostas e mutuamente influentes.

O resultado dessa ausência de percepção e da falta de enfrentamento, por disporem de pouco poder de negociação, é a consideração do conflito como algo distante, como se não os envolvesse e ocorresse fora da área da comunidade, onde não costumam transitar (fica lá pra

“cima”). Isso deixa claro para nós a partir da concepção de comunidade como algo tranquilo e “harmonioso” que eles tanto querem preservar:

Tem muita gente comprando terra aqui na área? (Entrevistadora)

Dona Ruth, eu vejo o boato correr que tem um monte de gaúcho ai comprando terra aqui no Corta-Corda mesmo. Tem um gaúcho que mora ai em cima, **ele comprou uns terreno lá em cima** (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

Antigamente existiu algum tipo de conflito no Corta-Corda? (Entrevistadora)

Aqui não. **Aqui sempre toda vida reinou a paz.** Aqui nunca teve conflito, nunca teve mal vizinho, nunca teve contenda, eu tenho medo disso. Se aqui existisse isso eu já tinha saído daqui (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

O que é conflito para o sr? (Entrevistadora)

É quando os camaradas são bicho ruim, não? Porque se os camaradas são tudo unidos não tem uma coisa dessas. Aqui, com nós, até agora eu não vejo esses negócios de conflito. Teve aquele homem que mataram. Tu tava aqui nessa época? **Mas foi lá pra cima, lá pra cima do Corta-Corda, mas por aqui não, aqui é um lugar quieto.** Teve um homem que matou a mulher ali pra baixo, mas ele veio de Belém, porque nós aqui mesmo, graças a Deus, não acontece essas coisas (Camponês, 56 anos, morador há 32 anos no Corta-Corda).

Estes conflitos, como foram destacados anteriormente, estão ligados à questão da distribuição desigual da terra, a uma questão estrutural. A desigual apropriação da terra no Brasil, e em especial na Amazônia, é um exemplo de conflito de base estrutural onde a

apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e está na origem da desigualdade de poder político, econômico e de prestígio na sociedade brasileira como um todo. A Amazônia não foge a esta regra constitutiva da nossa formação social (GONÇALVES, 1990, p. 50).

Na maioria das vezes, o conflito que se manifesta é apenas uma pequena parte de um grande e histórico problema estrutural. Além da questão da terra, outros elementos importantes como a desigualdade de renda e de acesso a serviços públicos e necessidades humanas básicas não atendidas, são também problemas estruturais que podem levar a conflitos sociais.

Além das questões estruturais, os conflitos podem ser causados ou agravados por erros nas tomadas de decisão, o que Barbanti Jr. (2003) chama de questões procedimentais. Esses fatores estariam relacionados a “erros técnicos e a falhas no funcionamento das organizações – a problemas de eficácia ou eficiência” (BARBANTI JR, 2003, p.45).

Outro elemento importante na deflagração do conflito é a questão da assimetria de poder. Situações onde nitidamente há uma grande diferença nas relações de poder, acarretam num processo de difícil negociação, ou até mesmo, total falta deste. O que ocorre, segundo Barbanti Jr. (2003), é a legitimação de um poder desigual existente. Não havendo com isto acordos, mas imposições, já que o poder de negociação será muito baixo, devido a pressão e a falta de argumentos. Desta forma, deve-se perceber numa situação conflituosa, tendo como base questões estruturais e com erros de procedimento, quais os tipos e graus de poder existentes entre as partes.

Porém, um outro ponto muito importante sobre conflito, destacado nas análises de Coser (1956), dizem respeito à legitimidade da situação em que o ator social está envolvido. Uma situação de hostilidade só irá levar a um conflito se a parte que se sentir prejudicada a considerar legítimo ou não:

Para que possa ocorrer um conflito social entre os grupos positiva e negativamente privilegiados, para que as atividades hostis se convertam em ação social, os grupos negativamente privilegiados terão que adquirir primeiro a consciência de que, na realidade, são negativamente privilegiados. Devem adquirir a convicção de que a eles são negados certos direitos que lhes correspondem (COSER, 1956, p. 78 – tradução da autora).

Trata-se de um ponto significativo. Se os atores sociais **não se sentirem realmente prejudicados numa relação**, se eles não se sentirem convictos de que estão sendo prejudicados, os conflitos continuarão velados. Outro aspecto destacado, foi de que os atores simplesmente não percebem os conflitos, o que o coloca mais uma vez na latência. E, se os mesmos até perceberem que há uma situação conflituosa, mas sabem que há uma assimetria muito grande de poder e de capacidade de negociação, não haverá mais uma vez o enfrentamento.

Assim, pode-se concluir que os conflitos são constantes, que fazem parte do próprio fazer-se da sociedade, pois apesar de ser fonte geradora de tensões e infelicidade para os indivíduos, não podendo encará-lo, exclusivamente, como um fator dissociante de grupo, mas como um elemento possuidor de uma função unificadora, algo que faz parte da vida de todos. Na Comunidade do Corta-Corda encontrou-se, como foi verificado, o conflito no estágio latente fazendo com que o mesmo não seja percebido explicitamente por todos. Daí a mistura de percepções: de um lado a insegurança de que possam perder suas terras, de outro o deslumbramento por uma cultura que também é vista como alternativa de sucesso econômico, como será visto a seguir.

3.3. O deslumbramento e a resistência: a entrada da soja e visões dicotômicas

A “soja é um fenômeno” ou “os gaúchos só querem nossas terras”. É assim que resumidamente, pode-se ter dentro de uma mesma comunidade visões sobre a expansão e produção econômica da soja. Do deslumbramento ao medo. É o conflito nas suas diversas faces, que pode ser percebido ou não.

A primeira percepção é a de um agricultor oriundo do Ceará, que está na área há 24 anos. É considerado na comunidade como um médio agricultor, por possuir duas das maiores áreas no Corta-Corda, uma de 240 ha e outra de 380 ha, onde está plantando e exportando arroz. Assim como a maioria dos camponeses no Corta-Corda, o mesmo já havia passado por outras áreas antes de ir para Santarém (Goiás e Maranhão), trabalhando em atividades como: agricultura manual, agricultura mecanizada, garimpo, comércio, criação bovina, entre outros. Em relação à entrada da soja na região, o agricultor vê com animação e como uma alternativa lucrativa:

Como o sr. vê a entrada dessa grande quantidade de soja na região?
(Entrevistadora)

Ah, eu acho a coisa mais melhor que pode existir. Tanto é bom pra terra porque tanto ela produz bem como pode fazer duas safras e é próprio pra preparar a terra porque a gente planta arroz se não plantar a soja o arroz começa a cair e tem garantia. A soja é dólar, é dolarizada. Ela produziu, ela tem mais garantia que o próprio arroz. Ainda temos a Cargill que traz benefícios, traz riqueza. Ai de nós se não tivesse um porto pra embarcar os grãos daqui, o que seria de nós? Não adiantava nós trabalhar, ai voltaria o que era aqui há 50 anos que o povo plantava o milho, o feijão, a mandioca, o arroz e deixava se perder porque não tinha pra quem vender. Hoje se fecharem a Cargill o que será de mim? O que eu vou fazer? ir pra cidade, pegar um saco e pedir esmola. Porque não vai ter pra quem vender os produtos que se produziu, não tem porto. A Cargill ela traz riqueza, traz emprego e se ela fechar como eu vou trabalhar se não tem pra onde eu escoar meu produto? (Camponês, 53 anos, morador há 24 anos no Corta-Corda).

O que une os agricultores de diferentes visões é a intenção de permanecer nas suas áreas, mesmo que já tenham recebido proposta de compra. A permanência nas suas terras ocorre pelo entendimento de que esta, é a única possibilidade de reprodução e sucessão para seus filhos, característica, muito clara do campesinato. Além disso, as diferenças entre poderes, sejam eles políticos ou econômicos entre os camponeses e os “gaúchos” ressalta o medo de perder o pouco que eles têm. São situações potenciais, mas que não são percebidas como conflitos:

E o sr. venderia sua área? (Entrevistadora)

Só se fosse por um bocado de dinheiro, pouco dinheiro não, só se colocarem muito dinheiro na minha terra pra eu poder comprar outra, porque por mixaria eu não vendo não (Camponês, 56 anos, morador há 32 anos no Corta-Corda).

O sr. pretende ficar aqui ou pretende ir para outra área? (Entrevistadora)

Não, eu não tenho intenção de vender não porque é daqui que eu tiro meu sustento. Aqui eu não vendo, não dou e nem empresto (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

O sr. já recebeu alguma proposta de compra? (Entrevistadora)

Já. Já veio muitos pra comprar aqui. Eu coloco um dinheirão no preço pro camarada desistir de querer comprar. Mas quanto é esse dinheirão que o sr. fala? (Entrevistadora). Olha, eu tive conversando com o pessoal, se eu pedisse 40 mil real ainda tá barato, então deixa ai mesmo. Quando veio um querendo comprar ai eu pedi 150 mil, ai o cabra não voltou mais, foi embora (Camponês, 58 anos, morador há 20 anos no Corta-Corda).

O sr. pretende ficar aqui pelo Corta-Corda? (Entrevistadora)

Ah, eu pretendo ficar aqui. Eu com a vida que tenho só sairei daqui para o cemitério, porque sem dúvida nenhuma esse extremo norte é a melhor área que eu acho que tem no mundo, chove bem, terra boa, bem propício, aqui plantou dá. Tem muita água, terra boa tem tudo que eu precisava (Camponês, 56 anos, morador há 32 anos no Corta-Corda).

O sr. pretende ficar aqui pelo Corta-Corda? (Entrevistadora)

E eu pretendo ficar no Corta-Corda pra sempre porque aqui é o lugar que nós achamos melhor pra nós viver. Além de ser bom, é um lugar que tem fartura pra nós comer, tem peixe. E eu peguei um lugar sadio, um lugar que não tem ninguém pra ta brigando, pra ta matando ninguém, é um lugar onde o camarada pode viver (Camponês, 56 anos, morador há 32 anos no Corta-Corda).

Eu não tenho plano de ir embora não. É, porque ficar pra cima e pra baixo não adianta não. Meu plano é de ficar, ficar trabalhando, porque não adianta tá pra cima, tá pra baixo. A gente tem que se aquietar na terra que tem, eu já to aclimatado (Camponês, 42 anos, morador há 4 anos no Corta-Corda).

Eu nunca na minha vida, mas nunca tive vontade de vender esse terreno. Nunca. Só saiu daqui morto, mas pra vender esse terreno eu não vendo (Camponês, 58 anos, morador há 20 anos no Corta-Corda).

Na primeira visão, de deslumbramento, a soja é vista como uma saída, uma alternativa econômica numa área onde a terra e o clima são considerados ideais. Porém, todos na comunidade sabem que a soja não é uma cultura acessível a pequenos produtores, pelo menos na Amazônia. Isso os impede de plantarem a soja, devido aos elevados custos relacionados à rede de insumos necessários.

Por que o sr. ainda não começou plantar soja? (Entrevistadora)

Só não tô plantando soja ainda por falta de uma máquina que eu não tenho ainda. Então, eu não tô conseguindo produzir ainda, só tô conseguindo ainda pagar as contas. A região nossa é muito rica, ela é produtiva, acredito eu que é a melhor terra do mundo, aqui é a terra que nós chamamos que produz o leite e o mel, falta a ajuda (Camponês, 53 anos, morador há 24 anos no Corta-Corda).

Qual a máquina que ta faltando para o sr. plantar soja? (Entrevistadora)

Eu tô precisando de duas máquinas. Uma pra plantar grãos finos e uma outra pra grãos graúdos que é soja, milho, feijão, preciso também de um pulverizador, preciso de mais um trator também, só um trator é muito deficiente pra gente trabalhar. A gente que tá lá em cima trabalhando, tá lá pra cima plantando pra vim buscar a carreta aqui pra levar grãos pra plantar, adubo, ai tem que vim carretar, é muito dispendioso pra um agricultor (Camponês, 53 anos, morador há 24 anos no Corta-Corda).

A soja eu acho bonito, mas é muito trabalho. Tem que produzir muito, tem que ter maquinários. Nos que trabalhamos com as mão não vamo tirar a soja com os dedinhos, não consegue mesmo (Campesina, 45 anos, residente há mais de 10 anos no Corta-Corda).

Tem muita soja na estrada ai de Santarém, tá cheio, mas eu não sei se é uma coisa boa ou uma coisa ruim. Eu até queria uma semente dessa pra experimentar, só pra experimentar pra ver se nascia. Mas eu sei que precisa de muita máquina pra plantar. Mas eu não me meto numa dessa, eu sei que o governo dá dinheiro, mas eu sou pobre não ando atropelando, o que eu tenho é meu (Camponês, 70 anos, morador há 55 anos no Corta-Corda).

Olha eu nunca plantei soja não. O que eu vejo ai é muita soja, mas como eu dizia pra senhora, a soja assim como outras plantas, só dá produção pra quem plantar muito. Ai como os grande tem condição, ai eles planta soja, planta grande plantio de arroz porque eles tem o maquinário, eles plantam muito. Mas pra nós que somos pobre de que jeito a gente vai plantar? Pra plantar soja tem que ter maquinário (Camponês, 42 anos, morador há 4 anos no Corta-Corda).

Mas precisa de muita coisa pra plantar? (Entrevistadora) E não é que precisa? Mas aquilo é só pra rico também. Mas porque o sr. acha isso? (Entrevistadora) É porque cadê as comissão pra nós comprar uma máquina daquela. Não dá não (Camponês, 58 anos, morador há 20 anos no Corta-Corda).

Desta forma, há embutido nestas visões uma forte concepção de ligação da soja com progresso, desenvolvimento. Seria um ideal a alcançar para alguns e para outros, apenas um sonho distante. É o agronegócio e a soja como responsáveis por transformações:

O sr. acha que Santarém está se desenvolvendo? (Entrevistadora)

Santarém já está estilo capital. Quando eu trabalhava no garimpo em Porto Velho, ai Porto Velho passou a Estado só que ele era menor que Santarém, muito menor. E Santarém antes de ter essa mecanização que estamos

trabalhando agora era uma Santarenzinha agora é um Santarenzão. Hoje nós estamos produzindo 4 milhões de saca de arroz, 3 milhões de saca de soja e esse dinheiro é tudo derramado em Santarém. Porque aqui ano passado eu produzi 4 mil sacos, ano retrasado 3 mil e esse ano eu vou pra 6 mil e é tudo esse dinheiro investido em mão-de-obra na terra (Camponês, 53 anos, morador há 24 anos no Corta-Corda).

Assim, apesar das visões dicotômicas, de percepção ou não de conflitos sociais, há um movimento se formando, de atores que estão discutindo todas essas transformações, seja local, seja nacionalmente. São os chamados mediadores, que intermedeiam os diversos atores envolvidos, sejam governamentais ou não, em busca da gestão dos conflitos. O próximo passo será então, explicitar como está se processando a atuação desses mediadores como interlocutores e como ocorre a articulação dos atores locais. É o que será visto no próximo capítulo, mostrando a formação da chamada esfera pública que requerem os comentários adicionais que se seguem.

CAPÍTULO IV - FORMAÇÃO DE ESFERA PÚBLICA: UTOPIA OU REALIDADE?

O espaço público não constitui mero palco de encenação política (onde os atores sociais são apenas platéia), mas um lugar ambivalente da topografia social, no qual, de um lado, as relações de poder são reproduzidas, de outro, inovações sociais são legitimadas (...) (COSTA, 2002, p.15, grifos da autora)

No decorrer deste trabalho havia inquietações com várias questões. Uma delas, dizia respeito ao seguinte: será possível, numa área de fronteira e, em meio a conflitos sociais, a formação de uma esfera pública? Uma esfera onde os atores sociais debatem e discutem sobre sua situação, sobre sua sobrevivência? O objetivo deste quarto capítulo será o de analisar como está ocorrendo, ou ainda, se está ocorrendo, a formação dessa arena de discussão no novo cenário permeado de conflitos. Além disso, identificar os atores sociais envolvidos, suas atuações e influências.

Mas porque essa inquietação? No período de abertura política, com o fim do regime militar, Castro destaca que os movimentos sociais “manifestaram uma certa convergência no sentido de uma democratização dos processos de decisão, reivindicando uma participação na elaboração das políticas públicas, particularmente em nível local” (CASTRO, 2001b, p. 24). Era a busca por reconhecimento, mas principalmente por interferência, na elaboração e aprovação das políticas públicas.

Essa convergência retratava a busca de um poder político reprimido que não estava dentro do governo e nem dentro da empresa privada. Era uma força, que segundo Loureiro (1997), não se concentrava nos limites do Estado e que muitas vezes ia de encontro a este. E esse poder político, para a autora, era resultado de pressões que possuíam objetivos dos mais diversos: busca por democratização dos serviços estatais fundamentais a todos e, não apenas a grupos privilegiados, além da luta pela conquista de espaços para o enfrentamento de situações conflituosas, nas quais os grupos sociais eram atingidos. Os resultados esperados dessas pressões eram transformações sociais e políticas que realizassem e contemplassem os objetivos e demandas dos grupos.

Esse novo cenário, diga-se, mais democrático, gerou e gera "novas formas" de participação que buscam, essencialmente, a solução de alguma dificuldade. Esta participação pode no entanto, como destaca Moraes (2004), suscitar alguns problemas. No momento em que

ocorre abertura e atribuições políticas de interferências dos diversos atores sociais significa, por parte do Estado, um “reconhecimento” e, com isso, “permissão” para a sociedade “ingressar, opinar e votar em fóruns decisórios de políticas públicas” (MORAES, 2004, p.34.). Resultando com isso, numa questão de legitimidade dessas inclusões e de seus pesos relativos nos processos políticos. Mas quem irá decidir sobre essas ações? O Estado ou os próprios atores que reivindicam esse poder?

Assim, será discutido a formação da esfera pública como resposta a problemas de exclusão e desigualdades sociais, bem como, a necessidade do que Dagnino (2002) chama de “radicalização da própria noção de democracia, mas também a necessidade de aprofundar o controle do estado por parte da sociedade” (DAGNINO, 2002, p.45). E, será esse campo de atuação e conflitos que será detalhado a seguir.

4.1. Esfera Pública: Campo de Conflitos Sociais

Ao se falar em esfera pública, chama-se a atenção para um debate tanto internacional como nacional sobre sua existência, suas características e atores sociais envolvidos. Esse debate, muitas vezes, direciona-se para lados totalmente opostos e ambíguos, como foi no Brasil que, segundo Costa (2002), sempre foi tratado a partir da sua inexistência.

A idéia em voga sobre esse tema, e que sempre sobressaiu, diz respeito à esfera pública “como um mercado de opiniões” (COSTA, 2002, p. 34). Além disso, costuma ser encarado como um jogo de interesses particulares, que estão longe de representar discussões de origem do conjunto da sociedade, e ainda, como um espaço de “encenação” onde os atores são considerados como mera “platéia”. Foi assim, segundo o autor, que os movimentos sociais, não satisfeitos em fazer parte dessa “platéia”, perceberam que os temas que lhes interessavam não estavam tendo o tratamento adequado no âmbito público, no âmbito da chamada esfera pública, onde organizações ou grupos²⁴, expõem e discutem seus interesses.

Mas afinal, o que se está considerando como esfera pública? Neste trabalho, esta arena de discussão será definida como um espaço de disputas por poderes, sejam poderes materiais, sejam

²⁴ Apesar de Habermas nos colocar o debate da esfera pública o conceito foi criado pelos gregos onde Vernant (1986) já nos apresenta uma construção da chamada esfera pública onde “o recurso a uma imagem especial para exprimir a consciência que um grupo humano toma de si mesmo, o sentido de sua existência como unidade política, não tem simples valor de comparação. Reflete o advento de um espaço social inteiramente novo. As construções urbanas não são mais, com efeito, agrupadas como antes em torno de um palácio real, cercado de fortificações. A cidade está agora centralizada na Agora, espaço comum, sede da *Hestia Koiné*, espaço público em que são debatidos os problemas de interesse geral” (VERNANT, 1986, p. 32-33).

poderes simbólicos, realizando uma espécie de intercâmbio entre os diferentes campos da vida social. Este intercâmbio, como afirma Costa (2002), é uma espécie de agir comunicativo que pode ser realizado por diversas maneiras: por meio de violência, pacificamente, diretamente ou ainda, de forma mediada.

Estas questões estão detalhadas em Costa (2002) na sua obra intitulada *As Cores de Ercília*, apresenta o debate desta temática sob as várias vertentes de análise existentes. Benhabib citado por Costa (2002), fez uma classificação do pensamento contemporâneo de três modelos teóricos considerados opostos de esfera pública: a) o primeiro, com características republicanas e tendo como referência Hannah Arendt; b) o modelo liberal, possuindo como autor representante, B. Ackerman e o terceiro, c) considerado um modelo discursivo, tendo como representante Jürgen Habermas.

Neste trabalho, ressalta-se alguns pontos importantes do modelo discursivo de Habermas explanados na sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, objetivando demonstrar como este autor define esfera pública e quais suas peculiaridades.

Na análise de Habermas (1990a), este autor apresenta o espaço público como uma arena indispensável de discussão democrática entre a sociedade civil e o Estado. Surgindo primeiramente, como uma “esfera de pessoas privadas reunidas em um público”, esta esfera caracterizava-se por ser burguesa. Seria apenas durante o século XVIII que a esfera pública assumiria funções políticas e status normativo “de um órgão de automediação da sociedade burguesa”:

A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do estado: o “social” podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública (HABERMAS, 1990a, p.152).

Será a partir do advento e evolução da imprensa que esse espaço dará lugar a uma busca de legitimidade, não de indivíduos, mas de uma coletividade que discute suas problemáticas num processo comunicativo de **formação de opinião**. A partir de então, será nesse espaço que processará uma intermediação entre o Estado e os interesses e necessidades da sociedade, chamada de necessidades do mundo da vida. Assim, assuntos até então considerados privados ou de circulação limitada, poderão ser divulgados em jornais e revistas com número de tiragens consideráveis para que favoreçam uma discussão maior entre as pessoas e não mais somente

entre os letrados. O espaço público seria então, uma arena de discurso onde a interação entre cidadãos conscientes, solidários e participativos, acontece.

E, será justamente nesse processo vivido no interior da esfera pública que haverá a interlocução e comunicação entre o mundo da vida e o sistema político, resultando num alcance e sensibilização das tomadas de decisões políticas demandadas das necessidades do mundo da vida. Porém, na mesma esfera pública, onde há o recebimento das demandas, há a utilização dos meios de comunicação, seja para a manutenção da lealdade política, seja para a interferência nas formas de consumo.

Habermas (1990b), entretanto, confere centralidade ao papel do Direito como elemento essencial da vida democrática buscando consenso e diálogo entre os subsistemas do mundo da vida e pressupondo condições institucionais para tal. Na visão habermasiana, a esfera pública é o local de disputa e de conflito que, no mundo contemporâneo, corresponde ao conflito entre o Estado e o mercado.

Habermas (1990b) considera a sociedade enquanto esfera simultaneamente pública e política e esta, enquanto deliberação, pressupõe um patamar mínimo de *convergência*. Para isso, a comunicação, assim como a proposição de acordos, apresenta-se como possível apenas, na medida em que o "outro" mostra-se, de alguma forma, como um "igual". O consenso, para ser legítimo precisa ser o resultado de um processo no qual todos os participantes da interação tenham condições de expressarem seus pontos de vista, de forma não coagida e sustentarem perante os outros, com base nos atributos da razão.

Assim, o entendimento através da linguagem é possível porque existem regras capazes de adquirir aceitabilidade e normatividade universal que correspondem a três pretensões de validade requerida pelos participantes: a pretensão de verdade, de justiça e de veracidade. Assim, o discurso na análise habermasiana emerge como uma forma peculiar e idealizada de comunicação no qual todos os participantes, submetendo-se à força do melhor argumento, chegam ao *consenso* capaz de ser considerado válido não somente para eles, mas para todos os sujeitos racionais. A unidade forjada na multiplicidade de suas vozes - portanto, resultado do reconhecimento e expressão da alteridade, "somente na consciência de sua absoluta diferença e impermutabilidade é possível a alguém reconhecer-se no outro" (HABERMAS, 1990b, p.40) e, é por esse motivo porosa e transitória, precisando ser recriada continuamente, através do entendimento mediado pela linguagem.

Tentando relacionar essas questões com a esfera pública, Habermas tenta compreender a evolução da interpretação do conceito, como um espaço que está fora da vida doméstica, fora da igreja, fora do governo, onde as idéias são examinadas, discutidas e argumentadas. Para Habermas, o espaço público não pode ser entendido separadamente da constituição democrática da opinião e vontades coletivas, é a mediação essencial entre a sociedade civil, o Estado e o sistema político. A sociedade civil seria as associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado, o canal onde canalizariam os fluxos comunicativos oriundos do mundo da vida para a esfera pública.

Desta forma, o ideal de esfera pública se revela como uma luta pelo reconhecimento dos direitos e como espaço privilegiado para os esforços, conflitivos, mas solidários, voltados à realização do bem comum, com respeito pelos direitos à diferença.

O espaço público já não pode mais ser representado unicamente como um mercado de interesses em disputa, mas como uma arena que também mede os processos de articulação, de consensos e reflexões de reconstrução dos valores que orientam a convivência social. Uma esfera pública como campo de disputas não pode ser vista também como a centralidade dos meios de comunicação de massa e de ênfase na impossibilidade de entendimento comunicativo. Neste modelo, a idéia de espaço público corresponde a um “palco para a encenação política”, no qual não há real comunicação, mas a “mera disputa de poder entre os diferentes atores” (COSTA, 2002, p. 17).

Costa destaca porém, que as demandas sociais partidas da esfera pública não assumem de imediato, o formato de decisões políticas, que passariam por espécies de estágios. No primeiro, seria o momento da “formulação pública e apresentação de posicionamentos acerca de determinado problema” ou seja, a formação da opinião pública. O segundo estágio, seria quando o tema, que já passou pela opinião pública, é “assimilado pelo sistema político”. Destarte, nesta concepção, um tema quanto mais publicizado e espetacularizado, maior suas chances de entrar na agenda pública. Nesse sentido, há para Costa um “esvaziamento das possibilidades discursivas” (COSTA, 2002, p.17).

A hipótese defendida é de não pode haver possibilidade discursiva de comunicação pública, sem levar em consideração a mídia, as organizações da sociedade civil, os espaços de comunicação interpessoal e as redes informais de intercâmbio.

Costa não descarta desta forma, a importância da espetacularização de um tema e conseqüente perda de argumentação da esfera pública, porém, o que quer enfatizar é que essas características não compõem e não preenchem como um todo esta esfera pública. Não acredita assim, que a “mercantilização” da comunicação social não tenha necessariamente acabado com as relações entre sociedade civil e Estado.

Assim, acredita-se na possibilidade de “encontro” da sociedade para as discussões que lhe são emergentes. Porém, nem sempre essa participação é direta. A mediação de atores sociais organizados deve ser considerada nesse contexto.

4.2. Papel dos Mediadores na Formação da Esfera Pública: atores locais e nacionais na discussão do avanço da fronteira agrícola da soja.

Nesta seção, discutir-se-á as ações das Organizações Não-Governamentais (ONGs) locais e nacionais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Rádio Rural que debatem sobre as mudanças e conflitos decorrentes da expansão da fronteira agrícola da soja e ainda propõem ações bem concretas.

Essa temática, da fronteira agrícola da soja, vem sendo incorporada na agenda desses atores e na agenda do poder público há algum tempo. Pode-se dizer que ocorre uma pluralização do Estado e uma publicização da sociedade através de fóruns de debates locais e nacionais.

Na Comunidade do Corta-Corda, os assuntos do mundo da vida ainda costumam ser tratados no âmbito da própria comunidade. Existe ainda uma privatização de determinados assuntos nesses espaços, como destaca Hebéte, onde “a força dos colonos, no enfrentamento de seus problemas, reduzia-se ao espaço privado da família e da rede de parentesco, dos laços de conterraneidade, das relações pessoais e coletivas de vizinhanças” (HEBÉTTE, 2002, p. 45).

E, será neste contexto, que os mesmos poderão contar com a intervenção e participação de atores sociais, que podem ser considerados fundamentais na formação da chamada esfera pública: os mediadores. Mas quem seriam os mediadores? Estes, segundo Buclet (2002), são grupos que atuam em benefício público e que se colocam em nome da sociedade civil fazendo a mediação, a interlocução entre grupos sociais menos favorecidos e o poder público, ou ainda entre o meio ambiente e a sociedade.

Assim, buscando identificar quais seriam esses mediadores, foi elaborado, através do diagrama de relações institucionais (diagrama de Veen)²⁵, juntamente com os moradores, o Quadro 3 que dividiu os atores sociais em dois grupos de atuação: os grupos que atuam dentro e diretamente na comunidade (*on-site*) e os que atuam fora da comunidade (*off-site*):

Quadro 3. Grupos de interesses identificados em Corta-Corda/Santarém.

Nível institucional	"Stakeholders"
Local (" <i>off-site</i> ")	Prefeitura municipal; Pesquisadores; Organizações Não Governamentais (ONG's); Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Instituições de pesquisa.
Local (" <i>on-site</i> ")	Comunidades locais; Pequeno extrator; Comerciantes; pequeno Pecuarista; médio pecuarista, Médias e grandes Madeiras; Agente de saúde, igreja, professor, delegado sindical, presidente da comunidade, camponeses; Agricultores de média; Gaúchos (Sojeiros).

Fonte: Diagrama de Venn e entrevistas

Como se pode observar, muitos dos *stakeholders* ou atores sociais de interesse, apresentados no quadro, não apareceram no diagrama elaborado pela comunidade. Todavia, foram identificados através do trabalho de campo, como importantes na relação com os mesmos. Dentre esses atores, destacam-se três, que foram citados como aqueles que estão diretamente envolvidos na intermediação entre comunidade e poder público, a saber: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), Centro de Apoio aos Pequenos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) e Rádio Rural. Uma característica dessas organizações é que todas são externas à Comunidade do Corta-Corda, e com exceção do STR, que possui a figura do delegado sindical atuando diretamente na comunidade, as outras não atuam diretamente.

A escolha desses atores partiu da entrevista, onde foi perguntando sobre a quem os camponeses estavam recorrendo para buscarem informações e esclarecimentos sobre as mudanças que estavam ocorrendo na área; e além, do já citado, diagrama de Veen. Os três foram considerados referências e “ponte” (palavras de um camponês) deles com o poder público e/ou

²⁵ Verificar pág. 70

outros grupos de interesse. Desta forma, os três destacam-se no debate sobre a expansão da fronteira agrícola da soja e principalmente sobre a questão fundiária. Além de discussões locais, há um debate nacional e internacional sobre essas questões e que são destacadas neste texto.

4.2.1. Debate local: caracterização e sua importância na formação da esfera pública

Centro de Apoio aos Pequenos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC)

O CEAPAC é uma “entidade não governamental da sociedade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, de assessoria à organização e desenvolvimento comunitário de formação técnico/profissional de caráter educativo, apartidária e areligiosa²⁶.”

Possui uma estrutura de funcionamento contendo objetivos gerais e específicos, áreas de atuação, metodologia de trabalho e critérios para participação em projetos financiados pela ONG (Quadro 4). Foi fundada em 1983, a partir da pastoral da igreja como projeto de aquisição de um barco comunitário para reduzir a dependência de algumas comunidades dos atravessadores comerciais e, somente em 1990 adquiriu personalidade jurídica. Seus fundadores já faziam parte de outros movimentos sociais e foram basicamente: padre Edilberto Sena, Conceição Castro, professora Eloi Sena, Everaldo Portela e o padre João Moz.

Buclet (2002) ao fazer uma classificação de acordo com a atuação de algumas ONG's, classificou a CEAPC como uma ONG Cristã-militante, pois “colocam como prioridade certos valores tais como a tolerância, respeito pelos outros, a ajuda a seu semelhante e a caridade”, além de serem “politicamente mais envolvidas, colocam como prioridade a fiscalização do Estado, a resistência, a defesa das minorias” (BUCLET, 2002, p.31-32). Além disso, segundo o autor, essas ONGs tem algumas características comuns, pois foram:

criadas e/ou dirigidas por estrangeiros, mais ou menos ligados a igreja (padres, ex-padres). Suas ações são orientadas principalmente para a educação, a formação profissional e a conscientização dos desfavorecidos. A maioria dos indivíduos envolvidos reconhece a

²⁶ Informação retirada de seu folder e em entrevista com o técnico da ONG

herança da teologia da libertação e a sua influência na formação da organização (BUCLET, 2002, p.31).

Quadro 4. Estrutura de funcionamento da CEAPAC

Objetivo	Atividades desenvolvidas	Áreas de atuação	Critérios para participação	Estrutura de formação e programas
<p>Contribuir com os grupos de pequenos produtores trabalhando a auto-estima para que se tornem sujeitos de sua história, melhorando a qualidade de vida das famílias e da comunidade através da capacitação e de projetos Alternativos à luz da formação crítica para a vida comunitária e processo coletivo de uso dos meios de produção dos trabalhadores do campo e da cidade.</p> <p>Trabalhar a questão da formação dos agricultores, ou seja, trabalhamos em regiões do campo, regiões rurais, principalmente na área do associativismo e da agroecologia, ou seja, formação para o associativismo e agroecologia. Esses são os objetivos principais nossos.</p>	<p>Assessoria às organizações comunitárias. com informações técnicas de natureza jurídica, econômica, contábil, organizacional e técnicas em geral;</p> <p>Acompanhamento técnico de apoio em atividades de avaliação e planejamento das Associações e seus projetos, principalmente que fortaleçam a agricultura familiar;</p> <p>Desenvolvimento de programas de formação sócio-político – econômico-cultural em seus diferentes níveis;</p> <p>Elaboração e produção de material/pedagógico, como: jornais, cartilhas, relatórios, apostilas e cartazes;</p> <p>Promoção de intercâmbios e articulação das organizações comunitárias para troca de experiências, fortalecimento institucional e comercialização;</p> <p>Elaboração de projetos alternativos para as organizações comunitárias que solicitem apoio técnico;</p> <p>Estudos de viabilidade econômica de projetos alternativos.</p>	<p>Rio Arapiuns Rio Tapajós Lago Grande do Curai Rio Curuá-Una Rio Amazonas</p>	<p>Estar organizado (a) numa Associação, Cooperativa ou Comunidade. Ter estatuto aprovado e objetivos bem definidos;</p> <p>Possuir de 15 a 20 famílias;</p> <p>Apresentar uma proposta de projeto que seja viável, social, política, econômico e ambiental;</p> <p>Estimular a entrada de novos sócios mantendo a equivalência de direito e deveres, considerando as questões de gênero.</p> <p>Gerar a metade do valor de custo do projeto pretendido;</p> <p>Estar comprometido (a) como o processo de aprendizagem para a luta comunitária de transformação da sociedade;</p> <p>Estar comprometido com o fortalecimento da produção familiar e melhoria da qualidade de vida dos envolvidos direta e indiretamente;</p> <p>Assumir o compromisso de devolução do financiamento ao fundo rotativo.</p>	<p>Diretoria Geral constituída por pessoas voluntárias da qual tem o diretor geral, o vice-diretor, tem o secretário, o tesoureiro,</p> <p>Coordenação executiva com as coordenadorias de programa: programa de agroecologia, programa de desenvolvimento institucional, o programa de associativismo e comercialização.</p>

Fonte: Folder da ONG e entrevista realizada no dia 16/06/2004

Sua metodologia tem como prioridade a capacitação dos produtores familiares e, sua ação é baseada no saber científico acumulado, na experiência adquirida pelos participantes e na sua realidade. O conhecimento, então, é construído a partir da prática dos envolvidos, numa troca de saberes entre produtores e assessores e que levam em consideração os seguintes princípios:

1. Todo o processo de assessoria parte da iniciativa do grupo interessado a partir de uma necessidade interna manifestada na comunidade;
2. O trabalho é desenvolvido em parceria com o grupo; as despesas relativas ao trabalho são divididas entre as partes envolvidas;
3. A partir da relação estabelecida o CEAPAC passa a fazer assessorias periódicas respondendo as demandas apresentadas e identificadas com o grupo que já tenha condições de caminhar sozinho e resolver seus problemas;
4. A assessoria desenvolvida possui três eixos metodológicos: a assessoria *in loco*; os cursos e treinamentos de formação e, os encontros de coordenação para troca de experiência, avaliação e planejamento;
5. A assessoria acontece considerando de prazos estabelecidos junto com cada grupo, visando a autodeterminação deles, sem a assessoria do CEAPAC.

O CEAPAC possui um fundo rotativo, através do qual vem apoiando projetos de iniciativa comunitária. As experiências de maior relevâncias apoiadas pelo fundo são os transportes comunitários geridos por associações. As razões dos projetos apoiados pelo fundo rotativo são as dificuldades enfrentadas pelos habitantes da região, sobretudo, àquelas ligadas à produção, transporte e comercialização de seus produtos. Nesse contexto, o CEAPAC tem trabalhado com associações de pequenos produtores e comunidades com projetos que visam a aquisição de barco, caminhão, casa de farinha, poços artesianos, entre outros, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente a ONG está sendo financiada por dois projetos. Um, do Ministério do Meio Ambiente para trabalhar a questão de experimentos agroecológicos e sistemas agroflorestais. E o outro, é um projeto de uma organização holandesa que é quem mantém a estrutura do CEAPAC, que paga os funcionários, que garante os custos administrativos e as viagens. Porém, esta organização não deixa de enfrentar algumas dificuldades, principalmente de cunho financeiro, o que não difere de outras instituições:

Bom, uma das dificuldades nesses tempos, como praticamente em todas as organizações, é o aporte de recursos para desenvolver suas atividades. São regiões distantes, regiões muito pobres, necessitam muito de capacitação e isso demanda uma certa despesa operacional, tá certo? Então pra você manter esse trabalho todo você precisa de recursos tá certo? Nós temos basicamente outros recursos para nossas atividades, mas você tem demandas, há mais necessidades de trabalhar mais, pra que você consiga realizar esses objetivos de forma mais enérgica um pouco (Técnico da ONG CEAPAC).

Mas o que significa ser uma ONG? Qual o seu papel na formação da esfera pública? Para responder a essas questões, faz-se necessário delimitar o conceito de ONG que será usado neste trabalho, sua tipologia e finalidade.

Segundo Rezende (2004), o termo Organização Não Governamental foi usada pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) para denominar grupos supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas através de acordos governamentais.

No Brasil, as ONGs estavam relacionadas principalmente a grupos que objetivavam auxiliar

movimentos sociais e organizações populares de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania em geral; defesa e proteção de direitos; luta pela democracia política e social; proteção e segmentos sociais excluídos e marginalizados; fortalecimento da sociedade civil, com ênfase nos trabalhos de educação popular, elaboração e monitoramento de políticas públicas, com forte atuação junto ao Estado, à sociedade e à imprensa. Enfim, são aquelas instituídas com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável (REZENDE, 2004, p.25).

No Brasil, no período da ditadura militar, foi quando surgiram as primeiras ONGs²⁷ que tinham como objetivo principal a redemocratização, a defesa dos direitos humanos e sociais de minorias, o meio ambiente e ganharam visibilidade ao longo da década de 90 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED/CNUAD – Brasil – Rio 92, a ECO 92. Porém, nos últimos anos ocorreu a multiplicação e diversificação das ONGS no mundo e no Brasil.

Nos últimos anos, caracterizados por mudanças no contexto nacional, as ONGs, inseridas na sociedade civil, também mudaram. Se antes as mesmas, pelo menos no Brasil, lutavam por maior abertura e participação política, passaram a ser formuladoras de políticas públicas e mais, passaram também a ser prestadoras de serviços públicos realizando muitas vezes demandas,

²⁷ Nessa época a maioria das ONGs eram entidades com princípios cristãos marxistas, militantes e profissionais que segundo Aquino (2003) vinham se formando desde os anos 70.

consideradas até então, exclusivas e obrigatórias do Estado. O papel das ONGs passou, do que Dagnino (2002) chama, de um espaço de relação cujo objetivo principal é a “articulação de seus vários setores para exercer pressão e monitoramento sobre a atuação do estado” para um papel muito mais propositivo.

Porém, quem acredita que essas transformações foram ou são pacíficas, engana-se. Segundo Dagnino (2002) apesar da

abertura de canais de interlocução da sociedade civil com o estado foi acompanhado por um processo de ajuste estrutural que previa transferir **responsabilidade do estado para a sociedade** e inserir as ONGs no projeto de colaboração em políticas compensatórias. Ora, apesar do Estado “autorizar” a “intromissão” das ONGs através de arenas de discussões, nos assuntos antes restritos ao âmbito estatal e a busca por uma aproximação a setores da sociedade considerados qualificados e eficientes. As ONGs passaram a ser vistas como mais ágeis e eficazes (DAGNINO, 2002, p. 36 – grifo da autora).

Essas mudanças, muitas vezes, acabam tirando-lhes o caráter de contestador, passando a assumir um aspecto mais técnico e assumindo ações estatais, inclusive, financiadas pelo próprio Estado. Isso fez com que, segundo Dagnino (2002), as organizações da sociedade civil passassem a ser cobradas, e se cobrem a ter que possuir maior qualificação técnica e burocrática para serem capazes de realmente interferirem na formulação de políticas públicas.

No contexto da esfera pública, estes, podem ser considerados como um importante ator e mediador, especialmente na Amazônia, apoiando modelos de desenvolvimento que consideram altamente prioritária à proteção dos recursos, incluindo o fortalecimento dos meios de vida das populações locais. Tanto as ONGs nacionais como internacionais, foram de suma importância para impulsionar a visão de uma opção de desenvolvimento mais sustentável na Amazônia. Neste sentido, “o setor não-governamental tem entrado com frequência em conflito direto tanto com o setor empresarial quanto com as estratégias oficiais, consideradas como incentivadores de destruição de florestas a altos custos sociais, como a violência rural” (Relatório IAG, 2000, p.20).

O risco nessas relações, segundo Dagnino (2002), é de que a ONG pode se transformar numa organização “mais técnica e menos política”, perdendo assim o seu caráter inicial que sempre foi de pressão. É um perigo a tentativa dos governos transformarem esse canal que deveria ser de “voz” da sociedade civil, em órgãos com novas responsabilidades, assumindo inclusive, políticas sociais.

No Corta-Corda, para que as reivindicações saiam do âmbito local, há a necessidade dos mediadores. Ainda não há na comunidade, uma discussão que extrapole o âmbito privado e de vizinhança. As discussões de suas necessidades, do mundo da vida, não conseguem ultrapassar para uma discussão pública.

Apesar do CEAPAC não estar atuando mais diretamente na Comunidade do Corta-Corda, ela foi citada e destacada como de grande importância para tirar quaisquer dúvidas que os camponeses possam ter e, de intermediar com os órgãos públicos as demandas locais.

Um dos pontos centrais desta ONG, além da capacitação e apoio a pequenos projetos, é o esclarecimento relacionado à questão fundiária tendo a rádio rural como um importante canal de divulgação:

A ONG faz algum tipo de recomendação aos agricultores relacionados às questões fundiárias? (Entrevistadora)
Apesar de não ser o objetivo da ONG, mas nós temos um programa na Rádio Rural aos domingos, das 5 da manhã às 6 da manhã, programa Amanhecer nas Comunidades e nós temos exatamente uma participação nesse sentido de fazer esses esclarecimentos e fazer uma dessas recomendações sobre suas terras, sobre a importância da mesma (Técnico da ONG CEAPAC).

Entretanto, essa relação de mediação e negociação entre os interesses dos camponeses e os órgãos públicos, a exemplo da prefeitura, nem sempre é amistosa. Na maioria das vezes é um contato conflituoso. A posição da ONG em relação a forma desorganizada como a cultura da soja está entrando na região, vai de encontro com as aspirações de agronegócio da prefeitura local²⁸:

Como vocês vêem a questão do poder local e a soja? (Entrevistadora)
Tem uma questão interessante. A prefeitura se tivesse 100.000 reais pra ela investir num grupo de 10 agricultores do Mato Grosso e se tivesse um grupo de 100 agricultores daqui de Santarém, nascidos e criados e vividos em Santarém, a prefeitura ia chamar, ia telefonar lá pro Mato Grosso para dar esses 100.000 reais pra esses 10 agricultores de lá e nós achamos que isso não é correto tá certo? Então, diante disso nós não temos um relacionamento de paixão com a prefeitura, nós temos umas idéias antagônicas, nós sentamos, nós participamos de reuniões, de encontros, de negociações, tá certo? Mas não é as mil maravilhas, exatamente por isso, porque a prefeitura hoje, não sei se tem alguma idéia diferente lá dentro, mas em sua totalidade eles são defensores desse modelo que eles chamam de desenvolvimento pra cá pra região e que nós, achamos que esse não é o desenvolvimento pra região, esse é o desenvolvimento sim, é o progresso econômico sim, pra um grupo de pessoas isso tá certo, mas não pra região. Então que eles possam mudar até o discurso

²⁸ O prefeito que estava no período de campo era Lira Maia do PMDB.

dizendo “nós estamos trazendo o desenvolvimento pra algumas empresas, pra algumas pessoas”, mas dizer “nós estamos trazendo desenvolvimento pra região”, isso não é verdade. Então por isso não temos uma relação das melhores (Técnico da ONG CEAPAC).

Porém, independente da relação não ser tão aberta a ONG com o poder local, esta se considera uma intermediadora das demandas dos camponeses junto a prefeitura e outros órgãos:

Vocês acham que conseguem intermediar as discussões locais juntos aos órgãos públicos? (Entrevistadora)

Nós somos mediadores sim e conseguimos alguns resultados, por exemplo, estradas vicinais pra região do Lago Grande. Nós temos plenas possibilidades de negociar independente de antagonismos nas idéias centrais que existem no coração de cada um (Técnico da ONG CEAPAC).

É a discussão na esfera pública, no campo de conflitos, onde os atores buscam consensos, ou pelo menos, procuram espaços para as reivindicações.

Assim, pode-se concluir, que a ONG local está atuante nas discussões sobre o avanço da soja, sendo esta, um canal, uma “ponte” intermediadora de assuntos que ainda são difíceis de sair do âmbito privado da Comunidade do Corta-Corda. Há, apesar dos conflitos e divergências de interesses com a prefeitura local, a possibilidade efetiva da ONG em estabelecer relações mais paritárias com o estado. Destarte, a pressão exercida pelas organizações da sociedade, mostra-se fundamental para um projeto ser participativo, e, é fundamental também, segundo Dagnino (2002), “que a concepção de participação como poder partilhado, como co-responsabilidade e respeito da autonomia da organização seja compartilhada por quem ocupa os órgãos governamentais” (DAGNINO, 2002, p. 45).

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)/Santarém

O STR de Santarém foi fundado em 1973, segundo sua atual presidente Maria Ivete Bastos dos Santos. Porém, segundo a mesma, foi apenas em 1980 que este foi para as “mãos mesmo dos trabalhadores rurais”, passando a ser dirigido também por trabalhadores rurais. Segundo Hebéte (2002), foi justamente nesta época, final dos anos 70 e início dos 80, que os STR's saíram das mãos dos pelegos instalados pelo INCRA.

Possui uma estrutura administrativa responsável em dar direcionamento às ações do sindicato, composta por:

- Diretoria executiva (composta por cinco membros, mais dois suplentes);
- Conselho fiscal (três membros do conselho fiscal);
- Diretores regionais e Delegados sindicais (são os que ficam na base, são os que recebem as mensalidades nas comunidades, ficam também reivindicando nas comunidades).

A duração do mandato de presidente e da diretoria executiva é de três anos, sendo que os mesmos podem ser reeleitos. Os critérios para se candidatar ao sindicato são: estar quite com a entidade, ser sócio pelo menos já há dois anos e ter principalmente “aptidão pela coisa porque na verdade ser dirigente sindical é uma doação muito grande” (Odete, presidente do STR/Santarém). O critério para poder votar é estar quite com as mensalidades pelo menos 15 dias antes das eleições. Segundo a presidente, dos atuais sócios existentes, nem todos são sócios quite. Em fevereiro de 2004 a mensalidade passou a ser três reais, porém, a inadimplência é muito grande. A justificativa para tal situação, segundo Ivete, “são as dificuldades econômicas do trabalhador”, o que acaba inviabilizando uma ação maior, mais eficaz do STR.

Para fazer parte do STR de Santarém são necessários alguns critérios, além do cumprimento de algumas obrigações, para que os agricultores possam ter seus direitos garantidos dentro do sindicato, ver quadro 5. Os direitos dos associados, deixam bem explícito o papel de mediador exercido pelo STR, intermediando reivindicações junto aos governos, tanto municipais, estaduais como federais.

Quadro 5. Informações gerais sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Crítérios para entrar no sindicato	Obrigações do associado	Direitos do associado	Número de sócios	Preço mensalidade
Ser trabalhador especificamente desenvolvam familiar	agrícola ePagar mensalidades, participar quedas Assembléias que são ospelos agricultorafóruns maiores de deliberação, ir aos encontros, reuniões, ser um sócio ativo	Que o Sindicato lute em sua defesa, seus direitos, faça suas reivindicações, elabore propostas e que possa estar reivindicado tanto dos governos do Município, do Estado como do governo Federal.	Mais de 10	mil3 reais mensais

Fonte: Entrevista realizada com a presidente do STR no dia 16/16/2004.

No que diz respeito a participação de jovens no sindicato, a presidente disse que “agora está um pouco melhor”. Foi criado inclusive um núcleo de jovens sindicalistas:

Nós estamos com o objetivo de envolver a juventude no movimento sindical para que as lutas possam ser mais constantes, mais resistentes e elas possam também ser futuras mesmas, que elas continuem cada vez mais fortes essa categoria ela possa lutar cada vez mais (Ivete - Presidente do STR/Santarém).

Antes da década de oitenta, porém, o STR de Santarém possuía outras feições. O mesmo era dirigido por pessoas, que segundo a presidente, eram consideradas “até inimigas dos trabalhadores porque elas aderiam a uma outra política de governo que era totalmente contrária a política dos trabalhadores agrícolas”. Era o período dos governos militares, sendo que seu fundador era o Ministério do Trabalho, ou seja, o próprio Estado. Além deste, o INCRA também assumia a sua criação e orientação. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tinha então, um caráter direcionado e bem específico como explica Hebéte:

o Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais, na verdade, era incipiente no Brasil quando o golpe militar veio silenciá-lo para, depois de castrá-lo, adestrá-lo para outros fins que não os seus. Tinha nascido meio dividido entre forças católicas e forças comunistas (FÜCHTNER, 1980). No Pará, até 1970, época de consagração oficial da fronteira amazônica através da implantação da rodovia Transamazônica, só existiam doze desses sindicatos, nem todos com a carta sindical (GUERRA, 1988); fora os de Alenquer (1967) e de Altamira (1968), todos eram localizados na região de influência de Belém (Microrregiões Homogêneas de Bragança, Salgado, Guajarina e Tomé-Açu), trabalhada pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). De qualquer maneira, o sindicalismo rural tinha sido rigidamente enquadrado pelos governos e se tinha tornado um instrumento de controle social através, inclusive, de delegação de responsabilidade pública pelo Estatuto do Trabalhador Rural de 02.03.1963, e, sobretudo, pela instalação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) (Decreto 61.554 de 17.10.67) e do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) (Lei complementar nº 11 de 25.04.71). Os STRs tornavam-se, desta forma, espécies de secretarias municipais de bem-estar social, fornecendo atendimento médico-hospitalar e dentário e garantindo aposentaria rural. Precisamente entre 1971 e 1979, foram criados no Pará 58 STRs. Em 1972 surgiu o STR de Santarém (HEBÉTTE, 2002, p. 56).

Esse caráter assistencialista dos sindicatos, em muitos casos permanece até hoje. Isso foi verificado, por exemplo na Comunidade do Corta-Corda. Quase 100% dos entrevistados participam do sindicato, porém com objetivos bem específicos: a) conseguir garantias previdenciárias como a aposentadoria (será através de comprovantes emitidos pelo sindicato que os trabalhadores podem comprovar perante o INSS que são agricultores), b) busca de médicos e

hospitais, além de, c) remédios. São características e formas de atuação do STR, segundo Hebéte (2002), que dificultam muitas vezes a adesão dos camponeses.

Isso não quer dizer que a atuação do sindicato se limite a este papel. Ele atua politicamente na área, principalmente em combate a expansão da fronteira agrícola da soja, alertando sobre as conseqüências derivadas desse avanço, como: grilagem, venda de terra e expulsão dos camponeses de suas áreas. Porém, são atividades que se desenvolvem conjuntamente, pois as principais atividades do sindicato são:

organização sindical, a luta pela questão da melhoria da saúde, da educação, onde o sindicato está também como representante dos usuários, o sindicato está na coordenação do conselho municipal de saúde. E também encaminhamos as pessoas para os seus benefícios previdenciários comprovando o seu exercício de atividade agrícola e vários outros movimentos que nós estamos atuando em parceria com outras entidades (Ivete - Presidente do STR/Santarém).

Além disso, o STR não atua sozinho. Ele está ligado à Federação dos Trabalhadores Agrícolas (FETAGRI), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), formando uma rede de relações, ampliando ainda mais as possibilidades de atuação. Ao assumir esse papel de mediador, o STR mobiliza, da forma que consegue, a FETAGRI para que consigam, se não frear, mas pelo menos, amenizar os impactos da expansão da cultura da soja, chamando a atenção dos poderes públicos em todas as instâncias:

Aqui por exemplo pela reação que a gente tá tendo aqui é hoje aqui ainda não se tornou o sul do Pará porque eles pensam duas vezes antes de matar os trabalhadores porque eles vieram preparados para a pistolagem, mas nós não, em nenhum momento nós exitamos, inclusive por pressão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais teve uma operação na Gleba Nova Olinda nesse final de ano onde foram pegadas várias pessoas com armas e como a lei que veio depois, aquele que era pego com arma ia direito pra cadeia e como a operação foi feita antes não sei o que aconteceu que eles não foram presos. Mas foi pego muita arma, inclusive de fabricação estrangeira né?, internacional. E essas armas não era exclusivamente como eles disseram que era pra matar uma caça, porque pra matar uma caça não precisa de mais de 10 armas de grande calibre e as pessoas ficam de boca fechada com muito medo e lá tem até pista de pouso é uma coisa muito mais avançada, mas a gente acredita que consegue vencer (Ivete – Presidente STR/Santarém).

As principais dificuldades enfrentadas pelo sindicato são: a) as dificuldades financeiras, pois o município de Santarém é muito grande, dificultando uma atuação maior; b) diferenças de *status* de poder, principalmente em relação ao poder empresarial, pois estes “fazem uma política

adversa a do sindicato numa tentativa de desvirtuar o nosso trabalho de conscientização, de luta” (Ivete, presidente do STR/Santarém); c) não são todos os camponeses que estão conscientes dessa situação conflituosa.

A forma encontrada para resolver essas dificuldades é tentando acompanhar a “base” o sindicato que possui:

mais de 300 delegacias sindicais e o trabalho que a gente faz não abrange somente o associado, mas sim todos os trabalhadores rurais. A parte financeira nós recebemos as mensalidades e com isso a gente faz o trabalho de acordo com as condições que nós temos por isso não é um trabalho mais expressivo, às vezes nós fazemos um trabalho, um evento em parceria com outras entidade colaborando com agente ai acaba acontecendo e durante quase toda a semana a gente tem uma atividade diferente, é um seminário, é um encontro, é uma assembléia regional, a gente procura estar sempre presente, além da nossa base nós acompanhamos mais 10 regiões do município de Santarém e cada região tem sua diversidade, com suas vantagens, suas dificuldades, seus problemas (Ivete – Presidente STR/Santarém).

Porém, a participação do STR na mediação de conflitos sociais e intermediação de assuntos de interesse dos camponeses, mostra-se essencial. Quando perguntados sobre qual seria o papel do Sindicato na gestão dos conflitos a resposta foi a seguinte:

O nosso papel, que a gente considera mais importante, é estar esclarecendo os trabalhadores a estar lutando, que esses trabalhadores, para que essas pessoas, que sentem a sua vida corrompida, destruída, expulsas, que elas possam ter um papel também na organização, na luta, pela permanência dos trabalhadores na terra (Ivete – Presidente STR/Santarém).

A gente tem atuando, tentando combater um grileiro conhecido na área, que já grilou mais de 60.000 ha e tem mais de 150.000 famílias que moram na beira do rio e estão sendo pressionadas. Então, são esses fatos, mas esse é um dos maiores e mais recentes que eu estou citando. Então nós estamos acompanhando e também ligando para os órgãos que estão envolvidos para que possam garantir a permanência desses trabalhadores lá, que já moram há bastantes anos. Nós ficamos arrasados mesmo como dirigentes sindicais vendo a destruição feita nessa região do Curuá-Una, do Planalto e cada dia mais eles vão conseguir expulsar os trabalhadores da terra e isso pra nós tem sido assim muito difícil, mas a gente tem feito, dentro das nossas limitações, nós estamos lutando, pressionado as instituições, denunciando as irregularidades ambientais e também os órgãos para que possam estar legalizando as áreas dos pequenos que vivem tão desprotegidos e lutando também pelo principal que é o crédito, que é a infra-estrutura, que possam o trabalhador rural, a trabalhadora rural que continuem mais estimulados a permanecerem na terra, algum tipo de subsídio pelo menos para levantar a auto-estima (Ivete – Presidente STR/Santarém).

E, além dessa atuação direta com denúncias e participação em fóruns de debates, o STR produz cartazes (Figura 20) alertando para os camponeses não venderem suas terras, enfatizando a importância desta, para suas sobrevivência e reprodução.



Figura 20. Cartaz elaborado pelo STR de Santarém enfatizando a importância da terra para os camponeses

Desta forma, apesar das dificuldades em conseguir arregimentar agricultores para a luta de conscientização da terra, o STR, ainda apresenta-se como um forte ator social, atuando como mediador entre os camponeses e outros órgãos de decisão, sejam eles públicos ou não. Porém, a passagem do chamado espaço privado para a esfera pública (“onde os comportamentos sociais e políticos são orientados por decisões coletivas”) não acontece de forma tão rápida e consciente. Na Comunidade do Corta-Corda, especificamente, essa passagem ainda não aconteceu plenamente, principalmente porque o conflito está latente, passando muitas vezes despercebido.

Rádio Rural

A rádio Rural é empresa privada, de cotas limitadas, ligada à igreja católica. Ela foi criada em 1964, como um instrumento para a educação de base, o Movimento de Educação de Base (MEB) e, também, para a evangelização, como afirma o então coordenador Padre Edilberto Sena. Desde então, foram acrescentados mais dois objetivos: a educação para a cidadania, e o compromisso com o ouvinte. Sendo estes, os quatro princípios da emissora. Por conta disto, segundo o padre, por ser fiel a esses princípios, é que torna a rádio diferente das outras, que são empresas comerciais.

Porém, ao tentar fidelidade aos princípios da emissora, o padre afirma que isso tem um “preço caro”. Isso porque, em muitos momentos, há uma tensa relação com aqueles que normalmente custeiam uma emissora de rádio, “que é a publicidade, que são os empresários, que são os políticos”. A fala do Padre Sena reflete uma realidade, onde a estrutura de propriedade dos meios de comunicação ou são custeados, ou estão concentrados nas mãos de grupos políticos e econômicos consolidados “que mantêm sob seu controle esses meios utilizando-os como meios de interesses particulares ou de interesses político-partidário” (COSTA, 2002, p. 84). Desta forma, buscar uma autonomia em relação a grupos poderosos é uma decisão que traz consigo conseqüências.

Uma postura da rádio foi, então, manter independência em relação aos políticos causando, desta forma, grande impacto. Essa postura aconteceu, basicamente, devido à história de compromisso com a luta social e de militância política do padre Sena, que segundo este, não está ligado a nenhum partido.

A rádio rural no contexto da esfera pública, torna-se um instrumento importante de debate e de influência de um novo fórum público. A imprensa pode se tornar em um órgão crítico de um **público que pensa política**. Tendo esse caráter, a rádio logicamente não iria agradar a todos:

a rádio rural com esse compromisso com a cidadania, compromisso com o ouvinte, ela passou a divulgar as informações que não interessam a Cargill, aos plantadores de soja, e passamos a fazer análises críticas e então com isso criamos o impasse que veio a desembocar agora recentemente quando a associação empresarial de Santarém em coluio com o Sindicato Rural de Santarém que é dos empresários em apoio à Cargill resolveram fazer um boicote a Rádio Rural pra você ver como a guerra tá feia. Eu tenho me virado de outras maneiras para buscar recursos pra manter a emissora, estamos em dificuldade financeira muito grande por pagar um preço que a gente paga por tentativa de coerência com a defesa da Amazônia, com a defesa do meio ambiente, com a defesa da agricultura familiar, são exatamente os que sofrem as maiores conseqüências da invasão da soja aqui na Amazônia. Eu chamo isso de invasão, invasão acoitada pelo Banco do Brasil, pelo Banco da Amazônia e pela própria Cargill (Padre Edilberto Sena, Coordenador da Rádio Rural/Santarém).

A proposta de um tipo de noticiário mais crítico, principalmente neste momento, relacionado à soja, para uma rádio que mantém uma proximidade do que, Costa (2002) chama de “proximidade geográfica do mercado de anunciantes e do contexto social”, causam decerto, um constrangimento político óbvio para o exercício de um jornalismo crítico.

E, será esse posicionamento crítico, direto, que posiciona a rádio rural num papel importante como mediadora na esfera pública. As informações na Comunidade do Corta-Corda, assim como na maioria das comunidades amazônicas, continuam chegando com maior rapidez via rádio. E será através de um programa na madrugada de domingo, chamado o *Amanhecer das Comunidades*, que os mediadores irão se dirigir ao meio rural, orientando entre outras coisas, sobre os males da soja transgênica, sobre a deteriorização do meio ambiente, dos igarapés com a adubação química, com os inseticidas causando um efeito na comunidade e que Padre Sena considera importante.

A gente não faz assim uma guerra direta, a gente vai alertando, o sindicato dos trabalhadores tem um programa no domingo, alertando para o pequeno agricultor não vender sua terra, por que ele vendendo sua terra ele pega hoje 15, 20, 30 mil reais esse dinheiro vara todo pela mão porque ele vem aqui pra cidade então a gente tenta é despertar a consciência (Padre Edilberto Sena, Coordenador da Rádio Rural/Santarém).

A rádio é então, um canal, uma Fonte importante de esclarecimento e consulta que abre espaços para agentes da sociedade civil organizada, como é o caso da ONG CEAPAC, contribuírem para o esclarecimento dos camponeses elucidando e comentando sobre questões e problemas emergentes.

Desta forma, a rádio rural funciona como um importante canal de interação e esclarecimento do campesinato, contribuindo assim, para a criação da esfera pública onde as comunidades a que se referem, encontram um espaço de atuação, relacionado à sua vida cotidiana. Estas rádios podem possibilitar, assim, a inserção social, ao oferecer um espaço à comunidade para se expressar quanto aos seus interesses locais, como também para se buscar conjuntamente a solução para os problemas da comunidade.

4.2.2. Discussão nacional e busca de consenso: Organizações Não Governamentais (ONGs) e Critérios de Responsabilidade relacionados à soja

Além da discussão local, sobre a expansão da fronteira agrícola da soja, há uma fórum maior, de âmbito nacional, de debate sobre as conseqüências que essa cultura está trazendo para a Amazônia e quais possíveis saídas para a questão ambiental decorrentes desse avanço. Homma (2000) destaca que em 1999

a discussão sobre a expansão da soja na Amazônia passou a se constituir em foco de conflito entre os defensores dessa cultura na Amazônia e aqueles preocupados com as conseqüências da expansão dessa cultura, a exemplo da pecuária. A idéia segundo a qual a soja não ameaça as florestas porque ocupará apenas terras já desmatadas não consola os ambientalistas (HOMMA, 2000, p. 228).

Apesar do foco deste trabalho não estar relacionado diretamente aos impactos ambientais decorrentes da expansão da soja, faz-se necessário destacar alguns **Crítérios de Responsabilidade** que foram pensados, criados e propostos, por Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras, que atuam nas questões de meio ambiente e desenvolvimento social. Estes critérios propõem medidas que podem reduzir os impactos negativos, em termos sociais e ambientais do plantio da soja.²⁹, criando parâmetros e meios que os implementem através dos mecanismos de mercado.

Esses critérios de responsabilidade já podem ser considerados como um avanço nas discussões e na busca de um consenso. Brito e Ribeiro (2003), destacam a capacidade do ser humano, principalmente dos cientistas sociais, de constatar crises, através principalmente do diagnóstico de problemas e de conflitos. Porém, esses autores argumentam que

para que se reúna uma argumentação que provoque, de fato, as mudanças há tempos prometidas pelas ciências humanas (sociais), é necessário ir além da constatação da crise e propor um desfecho inovador que acompanhe as novas exigências da atual sociedade, repensando a própria prática do planejamento que se conhece. Deve-se procurar avistar um horizonte mais próximo e factível, que emane alternativas de desenvolvimento sob outra prática e outro pensar (BRITO e RIBEIRO, 2003, p. 28).

Foram pontos pensados na **Articulação Soja –Brasil**, sendo resultado mais recente de um acúmulo de conhecimento e de debates que vêm ocorrendo entre organizações e movimentos ambientais e sociais que se preocupam com os impactos negativos da produção de soja. A iniciativa da criação da Articulação Soja -Brasil é da Coalizão Rios Vivos em conjunto com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Federação dos Trabalhadores na

²⁹ Ongs propõem medidas para reduzir impactos negativos na produção de soja - 04/06/2004 Fonte: ICV- Instituto Centro de Vida , Link: <http://www.icv.org.br/>

Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-SUL). O projeto está sob a responsabilidade da Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC) e tem apoio financeiro da Fundação DOEN, da Cordaid e de Solidaridad (organizações da Holanda), entre outras.

O debate criado pela Articulação Soja funcionou entre os meses de fevereiro e maio de 2004, com reuniões e um fórum virtual na Internet, e buscou definir os critérios que conformassem um mínimo denominador comum entre as várias proposições apresentadas. Contou com a inscrição de 121 pessoas e a participação ativa de 82 pessoas de 61 ONGs e movimentos ambientalistas e sociais brasileiros em todo o processo de discussão (presencial e virtual).

Um ponto interessante a ser considerado, foi a preocupação dos grupos em relação aos conceitos que seriam utilizados entre os formuladores. Houve uma preocupação em incorporar o conteúdo qualitativo aportado pelos participantes, que “procurou alcançar enunciados simples, claros e efetivos, e que tenham factibilidade operacional” (Articulação Soja –Brasil, 2004).

Outro referencial, que segundo as ONGs foi importante, diz respeito a construção de uma pauta que permitisse entabular um diálogo com outros atores sociais da teia produtiva da soja – de modo imediato e específico, com os grandes compradores europeus de soja. São apresentadas, também, para orientar o processo de negociação, indicações/sugestões de critérios que devem ser adotados globalmente.

Uma mudança que foi considerada importante foi a alteração no uso de conceitos que no geral trazem muitas expectativas e poucos resultados. Um deles foi a troca do conceito de “**produção sustentável**”, por “**produção com menores impactos negativos**”. Deixando claro que o que se quer é reduzir os impactos, já que a produção da monocultura da soja, neste contexto já é inevitável.

Assim, a principal idéia é de que as grandes empresas importadoras/consumidoras adotem esses critérios como suas **responsabilidades sociais**. Isso garantiria e influenciaria o restante da cadeia, que eles estão chamando de **efeito “para trás”**, reorientando o processo produtivo da soja. Destas concepções foram criadas então, como aparece no Quadro 6, uma lista de propostas de critérios de compra para redução de impactos negativos na produção de soja pauta de negociação a ser apresentada aos grandes compradores/consumidores de soja e o setor financeiro privado.

Quadro 6. Critérios de responsabilidade social elaboradas pelas ONGs

Proposta	Verificador
Só adquirirem produção de soja originada de áreas legalmente desmatadas antes de 31 de dezembro de 2003.	<i>A autorização para desmatamento fornecida pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) ou IBAMA será a certificação do produtor a ser apresentada ao comprador.</i>
No bioma Amazônia, como definido pelo IBGE, só deve ser adquirida produção de soja originada de áreas legalmente abertas/desmatadas até outubro de 1999	<i>Imagens de satélite e certificado de autorização para desmatamento emitido pelas agências ambientais estaduais (OEMAs) ou pelo IBAMA.</i>
Para a agricultura familiar/pequeno produtor será aberta uma exceção ao critério 1, acima, para plantios originados de desmatamentos em propriedades de até 04 (quatro) módulos fiscais (no Brasil), limitados a 25% de sua área útil agricultável (excluindo a reserva legal e áreas de proteção permanente)	<i>Cópia das declarações do Imposto Teritorial Rural (ITR);</i>
A propriedade produtora de soja não pode ter sido constituída ou ampliada com a agregação de glebas inferiores a 200 ha, que tenham sido adquiridas após outubro de 1999, principalmente se oriundas de lotes originalmente produzidos para assentamentos da reforma agrária.	<i>Documentos de compra da(s) propriedade(s), cartório local, cadastro no INCRA, STRs locais.</i>
Os fornecedores de soja devem assinar uma declaração de que cumprem a legislação de seus países no tocante ao meio ambiente e às relações de trabalho com seus empregados. Caso seja comprovada a falsidade dessa declaração, o fornecedor será responsabilizado e processado por danos à imagem empresarial do comprador.	<i>Todos os empregados (mesmo que sejam terceirizados através de empresas/pessoas) devem ter documentos formais de contratação, com todos os direitos assegurados pela legislação do trabalho (CLT, no Brasil, e OIT como referência mundial) e os acordos internacionais que tiveram adesão do país.</i>
Procedência regular dos títulos de propriedade do produtor: não devem ser compradas produções originadas de terras griladas ou públicas. Arrendatários devem apresentar seus contratos juntamente com a documentação do proprietário da terra.	<i>Certidões negativas da existência de outros títulos privados ou públicos, documentos dos cartórios locais, do cadastro no INCRA e/ou órgão de terras do estado, contratos de arrendamento.</i>
Averbação e manutenção da reserva legal da propriedade e respeito às áreas de proteção permanente, no caso de legislação brasileira.	<i>Documento registrado em cartório e termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público prevendo a eventual recuperação.</i>
Não adquirir de fornecedores que produzam em áreas onde existiu – sem que se chegasse a uma solução considerada satisfatória pela parte mais fraca – ou ainda persista conflito social pela posse da terra. Devem ser evitados fornecedores/ produtores que desalojaram populações tradicionais que ocupavam terras recebidas de seus ancestrais, mas que não dispunham de título de propriedade.	<i>Aplicar-se-ia o mesmo processo declaratório, por parte do fornecedor, indicado no item anterior. Caso seja comprovada a falsidade dessa declaração, o fornecedor será responsabilizado e processado por danos à imagem empresarial do comprador</i>
Deverá haver total transparência quanto às operações comerciais realizadas em toda a cadeia produtiva do soja com os compradores produzindo e divulgando anualmente um balanço social de suas ações. Nele deverá ser especificado o volume de compras de produção originária da agricultura familiar brasileira.	<i>Balanços sociais divulgados pelas empresas;</i>
No mínimo 20% das compras totais anuais desse grão devem originar-se preferencialmente da produção de agricultura familiar (sendo esta definida pela legislação vigente no Brasil) e comercializadas através de suas próprias cooperativas.	<i>Os balanços sociais anuais das empresas compradoras, conforme especificado no item anterior;</i>
Somente se enquadrarão como fornecedores para a cota disposta no critério 7, acima, aqueles cuja área cultivada com soja na agricultura familiar somente ocupar até 2/3 (dois terços) do total de uso legalmente permitido propriedade, evitando com isso o monocultivo que a descaracterizaria enquanto forma de produção familiar.	<i>Aplicar-se-ia o mesmo processo declaratório, por parte do fornecedor, indicado no item anterior. Caso seja comprovada a falsidade dessa declaração, o fornecedor será responsabilizado e processado por danos à imagem empresarial do comprador. Cópia das declarações do Imposto Teritorial Rural (ITR) também devem ser utilizadas;</i>
A produção não pode ser originária de áreas onde existiam culturas perenes que tenham sido desmatadas após 31 de dezembro de 2003	<i>Aplicar-se-ia o mesmo processo declaratório, por parte do fornecedor, indicado no item anterior. Caso seja comprovada a falsidade dessa declaração, o fornecedor será responsabilizado e processado por danos à imagem empresarial do comprador. Cópia das declarações do Imposto Teritorial Rural (ITR) também devem ser utilizadas;</i>
A produção não pode ser originária de áreas úmidas, de alagados e banhados que sofreram drenagem, após 31 de dezembro de 2003, para permitir seu uso agrícola	<i>Deverá ser negociado para ter abrangência mundial</i> <i>Aplicar-se-ia o mesmo processo declaratório, por parte do fornecedor, indicado no item anterior.</i> <i>Deverá ser negociado para ter abrangência mundial;</i>
Só devem ser adquiridas soja convencional (não modificada geneticamente) ou soja orgânica;	<i>Aplicar-se-ia o mesmo processo declaratório, por parte do fornecedor, indicado no item anterior.</i>

Esses critérios, como foi dito anteriormente, já representam um sucesso, pois partem da identificação dos conflitos para propostas de ação. Porém, como bem reconhecem os próprios formuladores dessas ações, a implementação será coberta por dificuldades, pois envolvem diferentes atores e interesses. Entretanto, pode-se destacar que o mais importante neste momento é justamente a discussão da temática na esfera pública, pois é um tema que “chama” a atenção, está na pauta pública e privada, e que ainda consegue reunir diversas ONG’s com objetivos comuns para pensarem propostas que poderão influenciar e criar políticas públicas.

Além disso, partem de um debate nacional com a interação de grupos locais importantes na construção da esfera pública e que não é apenas uma utopia, pode ser considerada como uma realidade, porém, uma realidade que ainda não está totalmente completa. Isso porque, ainda não há uma percepção de todos os atores locais sobre a situação conflituosa resultante da expansão desta fronteira agrícola. Não ocorrendo assim, uma participação efetiva e muito menos um consenso.

Desta forma, existem atores locais como a ONG CEAPAC, o STR, a Rádio Rural, que estão atuando como interlocutores dos camponeses, que se sentem ameaçados com a expansão da fronteira agrícola da soja. Atuam no campo da esfera pública tentando discutir sobre as conseqüências desta expansão, porém, nem sempre conseguem o consenso almejado. Por outro lado, existe um Estado que atua fortemente no subsídio de infra-estrutura e que tem no seu discurso a expansão da soja como desenvolvimento para o Estado do Pará. Há ainda grupos, os “gaúchos”, que vêm e encontram nesta fronteira, grandes possibilidades de crescimento econômico.

Assim, é preciso enfatizar que no momento atual, com o nível de organização social em Corta-Corda, o papel desses mediadores é essencial para a formação dessa arena de discussão. Porém, ainda há na área, **uma esfera pública ainda não totalmente pública**. Isso porque nem todos os atores sociais interessados estão atuando na mesma direção, ou melhor, participando ou percebendo o que lhes envolve, atuando e interferindo nas políticas públicas locais que afetam diretamente suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia, durante décadas, tem sido alvo das políticas governamentais que pouco levaram em consideração os aspectos sociais e ambientais existentes. As conseqüências dessas ações foram as mais variadas: desapropriação, migração, grilagem e no seu extremo, a violência. A Comunidade do Corta-Corda é um exemplo de como, ainda hoje, as mudanças, com atuação do Estado e do setor privado, em muito alteram seus modos de vida e sobrevivência, tendo a insegurança em relação à terra, o reflexo desse contexto.

Este trabalho buscou, então, fazer uma análise dos conflitos sociais existentes numa comunidade camponesa decorrente da expansão da fronteira agrícola da soja. Logo, o ponto de partida foi fazer uma abordagem sucinta sobre os diferentes períodos de atuação do Estado na “abertura” de fronteiras e suas conseqüências. Percebe-se desta forma, diferenças na atuação do Estado, conservando contudo, algumas questões já estruturais na Amazônia, como a permanência da problemática fundiária, que gera conflitos sociais decorrentes de políticas públicas. Estas, hoje, muito mais explícitas e “planejadas” nos seus Planos Plurianuais, direcionados para onde o Estado quer chegar, o quanto quer investir, em que e quando.

Na Comunidade do Corta-Corda não aconteceu diferente. A mesma, assim como Santarém, entrou no discurso de área a ser apropriada na “corrida” pela utilização dos recursos naturais. Essa concepção está inserida num contexto maior no Estado do Pará que está baseado num paradigma de desenvolvimento que elegeu o Agronegócio como “carro chefe” para suas ações. Porém, essa medida não está em consonância com a conservação do meio ambiente. As preocupações ainda se encontram no campo do discurso e da “retórica” contradizendo o “desenvolver sem devastar” com os elevados números de desmatamentos no Pará.

Neste contexto, os conflitos sociais são inevitáveis. Além de fazerem parte da própria sociedade, e, portanto, não terem surgido agora, os mesmos estão sendo acirrados com este novo investimento na fronteira agrícola da soja, que tem a terra como objeto de expansão do capital.

Porém, esse conflito apresentou uma peculiaridade específica. O mesmo se apresentou na Comunidade do Corta-Corda de forma latente, ainda subentendido, ou seja, não haviam se manifestado de forma violenta. Isso porque, este momento conflituoso não era percebido por todos, resultando numa mistura de percepções: de um lado a insegurança de que possam perder suas terras, de outro o deslumbramento por uma cultura agrícola que também é vista como alternativa de sucesso econômico.

Todavia, há uma reconfiguração no cenário público. Os espaços de “encontro”, de participação da sociedade para as discussões que lhe são urgentes, encontram-se hoje muito mais abertos. Há o que Dagnino (2002) chama de “reconhecimento da pluralidade e da legitimidade dos interlocutores” que é essencial na esfera pública, pois serão nesses espaços que haverá a possibilidade de se argumentar, negociar, fazer alianças. Todavia, nem sempre essa participação é direta. A mediação de atores sociais organizados deve ser considerada nesse contexto, como foi no caso do Corta-Corda. A comunidade, por si só, não está conseguindo levar suas demandas para a arena de discussão da esfera pública e fazer com que essas demandas saiam do âmbito privado da família ou da vizinhança. Nesse sentido, é reconhecido o papel da ONG local (CEAPAC), do STR e da Rádio Rural como “pontes” intermediadoras de discussões entre os camponeses e o estado, sendo que, os moradores do Corta-Corda ainda não possuem independência suficiente para construírem sozinhos seus espaços públicos. Com isso, não se pode afirmar que existam *projetos políticos*.

O que se verifica, então, é que há um conflito de interesses entre diferentes atores como o Estado, os empresários e os camponeses. Isso não significa pensar os conflitos sociais em relações dualistas ou bipolares, muito pelo contrário. Devem ser considerados na sua complexidade e no emaranhado de relações e múltiplos interesses existentes. Nesse meio desse contexto destaca-se também a atuação das ONG's, do STR e da rádio como contrários aos projetos de desenvolvimento como foram pensados para a Amazônia, havendo, com isso, alianças e articulações em redes. Além da existência de canais de comunicação que estão sendo abertos como forma de administrar os conflitos existentes. Mesmo assim, haverá uma esfera pública ainda não totalmente “pública”. Isso porque nem todos os atores sociais interessados estão atuando na mesma direção, ou seja, participando, percebendo o que lhes envolve e interferindo nas políticas públicas locais que afetam diretamente suas vidas.

Outro ponto importante verificado foi a identificação de critérios de responsabilidade para quem irá plantar e comprar soja, como parte de debates nacionais que buscam a interação de grupos locais importantes na construção da esfera pública que não é apenas uma utopia.

Por fim, além dessas ações já em andamento dos grupos locais e nacionais, a necessidade de efetuar uma política pública e tecnológica que concilie, a já inevitável expansão da fronteira agrícola na Amazônia, à manutenção de uma agricultura familiar é

essencial se quisermos minimizar ao máximo os impactos de uma destruição ainda maior nos aspectos socioambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Maria José. **“A casa dos nossos Gens”**: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Enap, 1997. Cadernos Enap, 10.
- BARBANTI JR., Olympio. **Gestão compartilhada e desenvolvimento local**: Estratégias de intervenção e gestão de conflitos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Projeto AMA/GTZ, 2003.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica**: Projeto Rio Formoso. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- BARP, Wilson José. **Fronteira da cidadania**: cartografia da violência na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Campinas/IFCH. Campinas, 1997.
- BARREIRA, César. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARROS, Ana Cristina. Santarém: a prefeitura buscando o seu lugar entre ONGs e projetos de cooperação internacional. In: TONI, Fabiano e KAIMOWITZ, David (org.). **Municípios e gestão florestal na Amazônia**. Natal, Rio Grande do Norte: A.S. Editores, 2003, pp. 105-132.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**, 5ª edição. São Paulo: Ática, 1997.
- BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. **A fronteira em fins dos séc. XX. Outras proposições para um debate sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. UNB/Ed. UFRJ, 1997.
- BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização da Superfície**: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém, Pará: UFPA/NAEA, 2001a.

- BRITO, Daniel Chaves de. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. In: **Ambiente e Sociedade**, Campinas, no.8, jan./jun 2001b, pp.69-90.
- BRITO, Daniel Chaves de e RIBEIRO, Tânia Guimarães. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. In: **Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol.6, no.1, 2003 pp.147-164.
- BUCLET, Benjamin. Uma tipologia das ONGs. In: ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah, LÉNA Philippe (ed.). **Boletim Rede Amazônica. Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais**. Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1. 2002. pp. 29-36.
- CARVALHO, M. Cecília de. **Metodologia Científica. Fundamentos e Técnicas: Construindo o Saber**. 10ª ed. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2000.
- CASTRO, Carlos Potiara. Plantio de Grãos em áreas de fronteira, ação antrópica e desmatamento. Estudo do processo de incorporação ao mercado nacional de novas terras na Amazônia. In: **II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, São Paulo, 2004.
- CASTRO, Edna. Estado e Políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercado. In: CASTRO, Edna et al. (orgs.). **Estado e Políticas públicas na Amazônia**. Gestão do desenvolvimento regional. Belém, Pará: Editora CEJUP, 2001a, pp. 7-32.
- CASTRO, Edna. **Cidadania, Sociedade civil e movimentos sociais no Brasil**. Traduzido por Catherine Prost e divulgado como paper NAEA, nº 54. Belém, Pará: NAEA/UFPA, 2001b.
- CLASTRE, P. Arqueologia da Violência: A guerra nas sociedades primitivas. In: CLASTRE, P.; GAUCHET, M. e LIZOT, J. (org.), **Guerra, Religião e Violência**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977, pp. 11-47.
- COSER, Lewis A. Conflito. In: OUTHWAIT, William e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 47-49. p.120-123.
- COSER, Lewis. **Las funciones del conflicto social**. México: Fondo de cultura econômica, 1956.
- COSTA, Maria José Jackson (org.). **Sociologia na Amazônia: Debates teóricos e experimentos de pesquisa**. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2001.

- COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: Esfera Pública, democracia, configurações pós-nacionais.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2002.
- DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata.** 4ª edição. São Paulo: UNESP, 1997.
- GONÇALVES, Carlos. **Amazônia, Amazônias.** Belém, Pará: Editora Contexto, 1990.
- GUTBELERT, Jutta. Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica. In: **Estudos Avançados**, vol. 16, nº 46, Set/dez 2002, pp. 157-174.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública.** Rio de Janeiro: Tempo Universitário 76, 1990 a.
- HABERMAS, Jürgen. A Unidade da Razão na Multiplicidade de suas Vozes. In: **Pensamento Pós-metafísico: estudos filosóficos.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b, pp. 151-182.
- HEBÉTTE, Jean. Reprodução Social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HEBÉTTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará.** Belém, Pará: EDUFPA, 2002, pp. 205-231.
- HOMMA, A.K.O. A expansão da soja na Amazônia: a repetição do modelo da pecuária?. In: Seminário “**A Geopolítica da Soja na Amazônia**” Belém, Pará, 18/12/2003.
- HOMMA, Alfredo. Meio ambiente e desenvolvimento agrícola na Amazônia. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia**, 25 (suplemento), São Paulo, agosto, 2000, pp. 223-233.
- LÉNA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia (org.). **Amazônia: A fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém, Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão, 1991.
- LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah, LÉNA Philippe (ed.). **Boletim Rede Amazônica. Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 2002, pp 9-22.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia.** Belém, Pará: CEJUP, 1997 (Coleção Amazoniana).

- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém, Pará: Edições CEJUP, 1992.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **A Fronteira - A Desigualdade do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado Nacional. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, 2004, pp. 309-333.
- NISBET, Robert A. Comunidade. In: FORACHI, M. M. & MARTINS, J. S. (org.) **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. 13ª tiragem. Rio de Janeiro: LTC, 1988. pp. 255-262.
- PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**, Vol. I. Brasília: Editora UNB, 1992, pp. 225-229.
- REIS, Fábio W: Cidadania, mercado e sociedade civil. In: DINIZ, E., J. S. L. LOPES e PRANDI, R. (org.), **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/Hucitec, 1994.
- REZENDE, Conceição. **As organizações não-governamentais (ONGS) o que são elas?**. Texto elaborado a propósito de Justificação para Substitutivo do Relator ao PL 2.312/2003, que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional das Organizações Não-Governamentais, em tramitação na Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 2004, pp. 1-8.
- RUBIN, Jeffrey; PRUITT, Dean; KIM, Sing. **Social Conflict. Escalation, stalemate and settlement**. New York, E.U.A: Second edition, 1986.
- SAUL, Renato P. O Dilema do Desenvolvimento no fim do Século XX: entre a justiça social e democracia econômica. In: **Crise Social e Multiculturalismo: estudos de sociologia para o século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 47-66.
- SILVEIRA, J.M.e SILVA, C.J. **Uso de "Stakeholder Analysis" no sistema de Baías Chacoré e Sinhá Mariana, Pantanal de Mato Grosso**. Paper/PEP/UFMT/MPI/ Programa SHIFT (CNPq/IBAMA/DLR), 1999.
- SIMMEL, Georg. **Organizado por Evaristo Moraes Filho**. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

- SOUZA FILHO, Benedito. A produção de Soja no sul do Maranhão e suas implicações para a pequena produção de alimentos. In: **Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi**. Vol. 12, nº 1, 1996, pp. 37-53.
- SOUZA, Jessé. A singularidade Ocidental como aprendizado reflexivo: Jürgen Habermas e o conceito de esfera pública. In: **A modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp. 59-94.
- SZTOMPKA, Piotr. As vicissitudes da idéia de progresso. In: **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 6-81.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. O Processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. In: **Revista Sociedade e Estado**, Campinas, UnB / Dep. de Sociologia, v. IV, n. 02, p. 103-115, 1990.
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três Metodologias: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa**. 2ª edição. Belém, Pará: GRAPEL, 2000.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: CRUZ, M.B. (org.) **Teorias Sociológicas**. Lisboa, Portugal: FCG, 1989, pp. 511-517.
- VERNANT, Jean-Pierre. A crise da Soberania. In: **As Origens do Pensamento Grego**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1986, pp. 27-33.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, outubro, 1996.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica: estudo dos homens nos trópicos**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

Outras Fontes (Nome, data, origem)

1) Jornais

“Vaca Louca na floresta”, 20/05/2003, O Liberal.

Plano Plurianual do Governo Federal é discutido no Pará, 17/06/2003, Starnews.

Asfalto na Santarém-Cuiabá provoca polêmica, 11/07/2003, O Liberal.

Produção de grãos cresce no oeste do Pará, 19/07/2003, O Liberal.

Desenvolver sem Devastar, 19/07/2003, www.pa.gov.br.

Pressão Ambiental pode limitar o avanço da fronteira, 19/07/2003 www.pa.gov.br.
Ambientalista critica os plantios de soja, 21/07/2003, O Liberal.
Do Sul para a Amazônia, 19/07/2003 www.pa.gov.br
Área plantada cresce 150% no oeste do Pará: Produção de arroz, soja e milho alcança mais de 160 mil toneladas no Pólo Tapajós, 19/07/2003, www.pa.gov.br.
Novos produtores de soja chegam ao Pará, 06/10/2003, O Liberal.
Diretor do MPEG diz que soja ameaça a Amazônia, 09/10/2003, Radiobrás.
Cargill vai ressarcir danos ambientais, 26/11/2003, www.gazetadesantarem.com.br.
Soja rompe porteira Amazônia adentro, 29/12/2003, Jornal Pessoal.
Conflitos agrários facilitam avanço da soja na região amazônica, 13/01/2004, <http://www.comciencia.br/>.
“Ouro verde” muda a face do Pará, 26/01/2004, <http://jbonline.terra.com.br/>.
Jornalista alerta para o avanço da soja no Oeste do Pará, 16/02/2004, O Liberal.
Ministério Público ajuíza ação contra a grilagem em Santarém, 25/03/2004, O Liberal.
No Pará e em Tocantins, plantio substitui pecuária, 04/04/2004, O Estado de São Paulo.
Agricultura tem novas fronteiras na região norte, 05/04/2004, O Liberal.
Santarém na expectativa da prisão dos acusados de grilagem, 06/04/2004, Diário do Pará.
PF apreende documentos de quatro suspeitos de grilagem em Santarém, 07/04/2004, O Liberal.
Justiça exige EIA/RIMA da Cargill em Santarém, 27/05/2004, O Liberal.
ONG's propõem medidas para reduzir impactos negativos na produção de soja, 04/06/2004, www.icv.org.br.
Amazônia tem equivalente a um Estado de SE desmatado ao ano, 4/11/2004, Agência do Estado.

2) Sites da internet

ICV Instituto Centro Vida, www.icv.org.br
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, www.inpe.br
Museu Paraense Emílio Goeldi, www.museu-goeldi.br
Mapa de Santarém, www1.folha.uol.com.Br/Brasil-santarem.shtml
Revistas eletrônicas, www.scielo.com.br

3) Documentos oficiais

- Plano Plurianual 2000-2003 – Avante Pará: Agronegócio o Pará investe nisso! Divisão Setorial de Planejamento - DPLAS. Governo do Estado do Pará. Secretaria Especial de Produção, Secretaria Executiva de Agricultura. Belém, 1999.
- Análise atual e propostas para implementação do PPA na SAGRI. Elaboração Departamento – DPL. Governo do Estado do Pará. Secretaria Especial de Produção, Secretaria Executiva de Agricultura. Belém, 2003, pp. 1-9.
- Plano de Desenvolvimento do Assentamento PDA Corta-Corda, Santarém, Pará, 2004.

4) Relatórios

- Relatório Final de Atividades do Museu Paraense Emílio Goeldi. Projeto Avaliação Socioambiental das Populações Humanas da Área do Entorno da UHE Curuá-Una. Santarém-Pará Relatório Final - Ano 1 2004.
- Relatório do Seminário “Geopolítica da Soja na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação”, 2004. 146 p. (Idéias e Debates).
- Relatório do Grupo Consultivo Internacional (IAG), Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras - Décima sétima reunião. Brasil, 15-26 julho 2002. Pg. 2-14.
- Relatório do Plano de Gestão Sócio-Patrimonial Reservatório Curuá-Una. CELPA. Belém, 2002.

5) Leis

Lei Estadual nº 6.265, 21/12/1999 que institui o Plano Plurianual no Pará.